Universidade do Porto

Faculdade de Direito

Nídia Alexandra de Sousa Azevedo

FATORES DE RISCO E TIPOLOGIAS DOS AGRESSORES CONJUGAIS

MESTRADO EM CRIMINOLOGIA

Trabalho realizado sob a orientação do

Professor Doutor Jorge Quintas

2013

Resumo

Esta dissertação tem como objetivos centrais identificar a presença de fatores de risco numa amostra de agressores conjugais acompanhados pelo sistema de justiça penal, diferenciar esses agressores através da construção de uma tipologia e distinguir os tipos encontrados com base nos fatores de risco relevantes para a violência conjugal. Para o efeito, recorreu-se à análise documental de 59 processos de violência conjugal referentes a sujeitos do sexo masculino a cumprir medida na comunidade e aos quais foi imposta a frequência do Programa para Agressores de Violência Doméstica (PAVD). Com base na literatura revista, organizou-se a informação em três grandes níveis de análise – exosistema, microssistema e nível ontogénico – que integram variáveis que têm sido relacionadas com a violência conjugal.

Quanto aos fatores de risco da violência conjugal, verifica-se a presença de baixo estatuto socioeconómico, elevados níveis de violência prévia, atitudes e crenças favoráveis à violência, problemas psicológicos e abuso de álcool.

O estudo permitiu ainda identificar uma tipologia com três tipos distintos de agressores conjugais: os agressores *limitados à família* (LF), os *geralmente violentos ou antissociais* (GVA) e os *disfóricos-borderline* (DB), compatíveis com a classificação de Holtzworth-Munroe e Stuart (1994). Em termos gerais, estes grupos variam do modo previsto na literatura científica. O grupo GVA apresenta os níveis mais elevados de frequência e generalidade da violência e características antissociais, por oposição ao grupo LF. A análise do grupo DB sugere níveis moderados de frequência e generalidade da violência e valores mais elevados nas características disfórico-*borderline*.

Os fatores de risco que melhor distinguem os tipos de agressores situam-se ao nível do microssistema (e.g. antecedentes de violência conjugal, frequência, severidade e generalidade da violência) e ao nível ontogénico (e.g. atitudes legitimadoras do uso da violência em geral, impulsividade, raiva/hostilidade, depressão, ansiedade, experiências traumáticas, manipulação, instabilidade emocional, abuso de álcool).

Palavras-chave: violência conjugal, violência doméstica, agressores conjugais, tipologias, fatores de risco, *limitado à família*, *disfórico-borderline*, *antissocial*.

Abstract

This dissertation aims to identify the presence of risk factors in a sample of intimate partner offenders within the justice system, to differentiate these offenders through the establishment of a typology and to distinguish the subtypes of offenders on the basis of relevant risk factors for domestic violence.

The data collection was carried by analyzing 59 cases of male offenders of intimate partner violence that are under a community sentence order and have to attend a batterer intervention program – Programa para Agressores de Violência Doméstica (PAVD).

Based on the literature reviewed, the information was categorized into three major levels of analysis – exosystem, microsystem and ontogenic level – which comprise variables that have been related to the domestic violence.

Regarding risk factors for intimate partner violence, we have found the presence of low socioeconomic status, antecedents of violence, attitudes and beliefs toward violence, psychological problems and alcohol abuse.

The results also showed that it is possible to identify a typology with three distinct types of intimate partner violence: offenders *family-only*, the *generally violent or antisocial* and *dysphoric-borderline*, which are compatible with the classification of Holtzworth-Munroe and Stuart (1994). Overall, the variations observed in these groups are consistent with previous research studies. The *generally violent/antisocial* group has the highest levels of frequency and generality of violence and antisocial characteristics. On the contrary, the *family-only* group shows opposite results. And the *dysphoric-borderline* has moderate levels of frequency and generality of violence and scored highest on dysphoric-borderline characteristics.

The risk factors which better differentiate types of offenders can be found at the microsystem (e.g. antecedents of domestic violence, frequency, severity and generality of violence) and at the ontogenic level (e.g. attitudes toward the general use of violence, impulsivity, anger/hostility, depression, anxiety, trauma experiences, manipulation, emotional instability, alcohol abuse).

Key-words: conjugal violence, domestic violence, batterers, typologies, risk factors, *family-only*, *dysphoric-borderline*, *antisocial*.

Agradecimentos

Começo por agradecer ao Professor Doutor Jorge Albino Quintas de Oliveira, orientador desta dissertação de mestrado, que acompanhou de perto o desenvolvimento deste projeto. O meu sincero obrigado pela disponibilidade e imprescindível apoio que sempre prestou, pela condução sábia deste trabalho, pelas críticas construtivas e partilha de conhecimentos e pelos desafios lançados e encorajamento suscitado.

Ao Professor Doutor Cândido da Agra pelo espírito critico que sempre nos incutiu e pelo apoio e incentivo prestados ao longo deste trabalho.

A todos os docentes e investigadores da Faculdade de Direito da Universidade do Porto que desde a licenciatura me incutiram o gosto pela investigação e transmitiram os conhecimentos necessários e que tornaram possível a concretização deste projeto.
Agradeço, particularmente, ao Professor Doutor Pedro Sousa pelo esclarecimento de dúvidas e sugestões prestadas e à Mestre Rita Faria e Mestre Miriam Pina pela ajuda e apoio dispensados.

À Direcção-Geral de Reinserção Social e Serviços Prisionais e, em particular, à Delegação Regional do Norte, ao Núcleo da Apoio Técnico e às Equipas de Reinserção Social pela recetividade a este trabalho. Em particular ao Dr. Telmo Pinto e ao Dr. José Gomes por permitirem a sua realização e por se mostrarem sempre disponíveis.

Agradeço ainda a forma acolhedora com que sempre fui recebida na Instituição e a disponibilidade prestada - a todos os que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho o meu sincero obrigado.

Um agradecimento especial à Dra. Ana Paula Agra pelo encorajamento e apoio prestados, que contribuíram decisivamente para a realização desta dissertação.

À Cooperativa de Ensino Superior, Universitário e Politécnico e, em particular, à equipa de investigação responsável pela avaliação externa do Programa para Agressores de Violência Doméstica – Alexandra Serra, Jorge Quintas, Ernesto Fonseca e Hugo Sousa, pelo seu contributo na realização desta dissertação, permitindo a utilização dos dados recolhidos no âmbito desse processo avaliativo.

A todos os amigos que me ajudaram neste percurso. Um agradecimento especial à Vânia Santos, à Claudia Costa, ao Nuno Paixão, à Inês Guedes, à Ana Faria e à Joana Maduro pelo apoio, paciência e por acreditarem que eu seria capaz.

À minha família pela paciência e compreensão demonstradas ao longo desta etapa.

Ao Rui pelo apoio, compreensão e presença constantes, que tornaram este caminho mais fácil.

ÍNDICE GERAL

Introdução…….…..….. 1

Parte I - Enquadramento teórico …….…..… 3

Capitulo 1- Conceitos e dimensão do fenómeno …….…….. 3

1. Delimitação dos conceitos …….…..... 3
2. Violência, tipos de violência e suas consequências …….….. 4
3. Caracterização do fenómeno …….…..... 6
   3.1 Evolução …….…….. 6
   3.2 Dados atuais …….….. 10

Capitulo 2- Violência conjugal e fatores de risco …….….. 14

1. Teorias explicativas da violência conjugal …….…... 14
2. Fatores de risco da violência conjugal …….….. 15
   2.1 Nível Exosistema …… 17
      a) Fatores sociodemográficos …….…. 17
   2.2 Nível Microssistema ……..….. 20
      a) Violência na família de origem …….….…. 20
      b) Historial de violência conjugal ……..….. 22
      c) Fatores ligados ao relacionamento ……..… 22
   2.3 Nível Ontogénico …….…..... 23
      a) Crenças e atitudes pessoais…….…. 23
      b) Características psicológicas ……..... 24
      c) Consumo de substâncias ……..... 28

Capitulo 3 – Tipologias de agressores conjugais ……..….. 31

1. O estabelecimento de tipologias de agressores conjugais …….…..... 31
2. Revisão de estudos tipológicos …….…..... 33
3. A tipologia de Holtzworth-Munroe e Stuart (1994) ……..... 41
4. Estabilidade das tipologias de agressores conjugais …….…..... 43
5. Validade da tipologia de Holtzworth-Munroe e Stuart (1994) ……..…... 47
6. A relevância dos fatores de risco nas tipologias de agressores conjugais ……..... 50

Parte II – Estudo empírico ……... 53

Capítulo 1 - Metodologia …….. 53

1. Objetivos do estudo ……..... 53
2. Caracterização do estudo ……..... 54
3. Amostra ……..... 54
4. Instrumentos ……..... 56
5. Procedimentos …….…..61
6. Estratégia analítica ……... 62

Capítulo 2 - Resultados ……..... 65
1. Identificação de fatores de risco da violência conjugal …….... 65
1.1 Nível Exosistema ……..... 65
a) Fatores sociodemográficos ……..... 66
1.2 Nível Microssistema ……... 66
a) Agregado familiar de origem ……..... 66
b) Historial de violência conjugal ……... 67
c) Fatores ligados ao relacionamento ……..... 70
1.3 Nível Ontogénico ……..... 70
a) Crenças e atitudes ……... 70
b) Características psicológicas ……..... 70
c) Consumo de substâncias ……..... 71
2. Diferenciação de agressores conjugais – Tipologia ……..... 72
3. Diferenciação dos tipos de agressores conjugais ……..... 74
3.1 Nível Exosistema ……..... 75
a) Fatores sociodemográficos …….. 75
3.2 Nível Microssistema …… 76
a) Agregado familiar de origem …….. 76
b) Historial de violência conjugal ……... 78
c) Fatores ligados ao relacionamento …… 80
3.3 Nível Ontogénico ……..... 80
a) Crenças e atitudes ……... 80
b) Características psicológicas ……..... 81
c) Consumo de substâncias ……..... 81
4. Instrumentos do processo avaliativo do PAVD ……..... 83
4.1 Instrumento de Avaliação do Risco de Violência Conjugal (SARA) 83
4.2 Escala de Crenças sobre Violência Conjugal (ECVC) ……..... 84
4.3 Questões gerais sobre os consumos de bebidas alcoólicas (CAGE) ……... 86
4.4 Questionário de Regulação Emocional (QRE) …… 86

Capítulo 3- Discussão de Resultados ……... 87
1. Identificação de fatores de risco da violência conjugal ……..… 87
1.1 Nível Exosistema ……..... 87
1.2 Nível Microssistema ……..... 89
1.3 Nível Ontogénico ……..... 91
2. Diferenciação de agressores conjugais – tipologia …… 94
3. Diferenciação dos tipos de agressores conjugais …….. 96
3.1 Nível Exosistema …… 96
3.2 Nível Microssistema …… 97
3.3 Nível Ontogénico …….. 100
4. Instrumentos do processo avaliativo ……... 103

Conclusão …… 105
Referencias Bibliográficas …….. 110
Anexos …….. 124

Índice de Gráficos

Gráfico 1. Evolução do número de denúncias registadas pelas autoridades policiais (OPC's) e de processos findos nos Tribunais Judiciais de 1ª instância por crime de violência ou maus-tratos contra cônjuge/análogo (2007-2011) …… 11
Gráfico 2. Prevalência da vitimação física, psicológica e sexual em 1995 e 2007 …… 12
Gráfico 3. Prevalência em relação ao total de vítimas por tipo de violência em 2007 …….. 12

Índice de Tabelas

Tabela 1. Idade dos sujeitos à data dos factos (N= 59) …….. 65
Tabela 2. Fatores de risco do nível exosistema – educação, recursos económicos e situação profissional (N= 59) …… 66
Tabela 3. Fatores de risco do nível do microssistema - agregado familiar de origem (N = 59) ……... 67
Tabela 4. Fatores de risco do nível microssistema - historial de violência conjugal (N= 59) …….. 68
Tabela 5. Caracterização dos agressores conjugais quanto às crenças e atitudes face à violência (N=59) ……. 70
Tabela 6. Fatores de risco do nível ontogénico - características psicológicas (N = 59) …… 71
Tabela 7. Fatores de risco do nível ontogénico – consumo de substâncias (N= 59) …….. 71
Tabela 8. *Centros dos clusters* e *ANOVA* (*k* = 3) ……..... 73
Tabela 9. Médias e desvios-padrões para as variáveis: idade atual do sujeito e à data dos factos, em função do *cluster* e da amostra total (N= 59) …… 75
Tabela 10. Proporções das variáveis educação, recursos económicos e situação, em função do *cluster* e da amostra total (N= 59) ……76
Tabela 11. Média e desvio-padrão para a variável número de elementos da família de origem, em função do cluster e da amostra total (N= 59) …….
Tabela 12. Proporções das variáveis ligadas à família de origem: recursos económicos, violência interparental, vitimação na infância e rejeição parental, em função do *cluster* e da amostra total (N= 59) …….. 77
Tabela 13. Proporções das variáveis ligadas ao relacionamento, em função do *cluster* e da amostra total (N= 59) …….. 79

Tabela 14. Proporções das variáveis ligadas ao relacionamento, em função do *cluster* e da amostra total (N= 59)……..... 80
Tabela 15. Proporções das variáveis do nível ontogénico – crenças e atitudes, em função do *cluster* e da amostra total (N= 59)…… 81
Tabela 16. Proporções das variáveis do nível ontogénico – características psicológicas, em função do *cluster* e da amostra total (N= 59)……... 82
Tabela 17. Proporções das variáveis do nível ontogénico – consumo de substâncias, em função do *cluster* e da amostra total (N= 59) …….. 83
Tabela 18. Médias e desvios-padrões para a soma total dos itens do SARA e das quatro dimensões consideradas, em função do *cluster* e da amostra total (N= 59)…… 84
Tabela 19. Médias e desvios-padrões para a soma total dos itens da ECVC e das quatro dimensões consideradas, em função do *cluster* e da amostra total (N= 42)…… 85
Tabela 20. Média e desvio-padrão para o CAGE, em função do *cluster* e da amostra total (N= 24) ……... 86
Tabela 21. Médias e desvios-padrões para o QRE, em função do *cluster* e da amostra total (N= 37) …… 87

Índice de Anexos

Anexo 1. Grelha de análise documental ……... 125
Anexo 2. Itens de cada índice e respetivo valor do alfa de *Cronbach* (α) …… 131
Anexo 3. Variáveis usadas na análise de *clusters* …… 132
Anexo 4. Resultados para *K-means* (k = 2; k =4) ……. 132
Anexo 5. Resultados do teste de normalidade – *Shapiro-Wilks* ……... 133
Anexo 6. Resultados do teste de normalidade – *Shapiro-Wilks*[1] …….. 139

[1] Referente aos documentos do processo avaliativo.

Lista de abreviaturas e acrónimos

AMN – Antissociais de menor nível

AOR – *Adjusted Odds Ratio*

CAGE – Questionário que se refere a questões sobre consumo de álcool

CP - Código Penal

DB - Disfóricos/*borderline*

DGRS – Direcção-Geral de Reinserção Social

DGRSP - Direcção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

DRN – Delegação Regional do Norte

ECVC – Escala de Crenças sobre Violência Conjugal

GVA – Geralmente Violentos ou Antissociais

LF – Limitado à Família

MCMI – *Millon Clinical Multiaxial Inventory*

MMPI – *Minnesota Multiphasic Personality Inventory*

NAT – Núcleo de Apoio Técnico

ONG - Organização Não Governamental

OPC – Órgãos de Policial Criminal

OR – *Odds Ratio*

PAVD – Programa para Agressores de Violência Doméstica

PNCVD - Plano Nacional Contra a Violência Doméstica

QRE – Questionário de Regulação Emocional

RCM - Resolução do Conselho de Ministros

SARA – *Spousal Assault Risk Assessment*/ Instrumento de Avaliação do Risco de Violência Conjugal

SD – *Standard Deviation* (desvio-padrão)

SPSS – *Statistical Package for the Social Sciences*

SPT – Stress Pós Traumático

Introdução

A presente dissertação, apresentada no âmbito do Mestrado em Criminologia, pretendeu verificar a presença de fatores de risco da violência conjugal numa amostra de sujeitos acompanhados pelo sistema de justiça. Tendo em consideração a literatura de relevo na área, que aponta para a heterogeneidade desta população, pretendeu-se ainda, distinguir estes agressores por tipos, os quais foram posteriormente diferenciados também em termos de fatores de risco mais preponderantes na sua distinção.

Esta investigação é resultado do trabalho desenvolvido na Delegação Regional do Norte, da Direcção-Geral de Reinserção Social e Serviços Prisionais (DGRSP), desde o estágio académico (outubro 2010), centrado na monitorização de casos de violência conjugal. Assim, a curiosidade pela compreensão do fenómeno de um ponto de vista diferente – o dos agressores conjugais, conduziu ao início de uma pesquisa sobre o tema e à constatação de que é escassa a pesquisa existente no sentido da diferenciação destes sujeitos, em Portugal, apesar de ser crescente o número de casos sinalizados ao sistema de justiça.

Face aos objetivos de investigação definidos, procedeu-se à revisão da literatura que permitiu identificar os principais fatores de risco relacionados com a violência conjugal, bem como organizá-los segundo três níveis (Dutton, 1995): exosistema, microssistema e ontogénico. O primeiro integra variáveis relacionadas com o contexto social do sujeito (e.g. educação, recursos económicos, emprego). O microssistema é composto por fatores situacionais caracterizadores do contexto abusivo (e.g. historial de abusos, dinâmica da relação). Por último, o nível ontogénico reporta-se a variáveis relacionadas com a história desenvolvimental do sujeito (características individuais do agressor). Assim, ao longo desta dissertação foi sendo seguida esta ordem.

Uma vasta literatura está também focada no estabelecimento de tipologias de agressores conjugais e na sua diferenciação (Densol, Margolin & John, 2003; Fowler & Westen, 2011; Gondolf, 1988; Gottman et al., 1995; Holtzworth-Munroe et al., 2000; Johnson et al., 2006; Saunders, 1992; Stoops et al., 2009; Thijssen & Ruiter, 2011; Tweed & Dutton, 1998; Waltz et al., 2000). No entanto, salienta-se a tipologia de Holtzworth-Munroe e Stuart (1994) que tem sido testada e comparada com outros estudos e tipologias estabelecidas que suportam, na sua generalidade, as conclusões dos autores (cf. Widiger & Mullins-Sweatt, 2004).

Tendo em conta os objetivos enunciados, usámos como metodologia a análise documental de processo. Foi selecionada uma amostra aleatória de 59 processos de violência

doméstica (conjugal) da região Norte de Portugal, acompanhados pela DGRSP e com imposição judicial de frequência do Programa para Agressores de Violência Doméstica (PAVD). A informação foi recolhida numa grelha de análise documental. Posteriormente, foi codificada e transposta para o *software SPSS statistics v.20*, onde se realizou o tratamento estatístico dos dados.

Quanto à sua estrutura, este trabalho é composto por duas grandes partes – o enquadramento teórico e o estudo empírico.

No enquadramento teórico é feita a revisão do *estado da arte*. Esta é composta por três capítulos: o capítulo 1 foca-se na definição de conceitos e na dimensão do fenómeno de violência doméstica (conjugal); o segundo capítulo faz uma revisão dos fatores de risco associados à violência conjugal e o terceiro e último capítulo aborda a questão das tipologias de agressores conjugais.

Na segunda parte, o estudo empírico, é apresentada a metodologia utilizada neste estudo, designadamente, os objetivos que nos propomos alcançar. Posteriormente, fazemos a caracterização deste estudo, da amostra, dos instrumentos utilizados (grelha de análise documental e instrumentos do processo avaliativo do PAVD), dos procedimentos seguidos e da estratégia analítica.

De seguida, serão expostos os resultados obtidos quanto à presença de fatores de risco, à construção da tipologia estabelecida e à diferenciação dos tipos encontrados em função dos fatores de risco e dos instrumentos do processo avaliativo do PAVD que foram considerados.

Na discussão de resultados, comparam-se os dados obtidos com outros estudos da área e sugerem-se algumas interpretações possíveis para os resultados a que chegamos. Finalmente, na conclusão são retomados os aspetos mais relevantes desta investigação e referidas as limitações deste estudo e recomendações futuras de pesquisa na área.

Parte I – Enquadramento teórico

Capítulo 1 - Conceitos e dimensão do fenómeno

1. Delimitação dos conceitos

Atendendo à complexidade do fenómeno da violência doméstica, verifica-se a existência de uma multiplicidade de conceitos avançados por diversos autores e instituições internacionais, que podem ser mais ou menos abrangentes, abarcando ou não comportamentos mais inócuos ou apenas os que são mais marcantes (Manita, 2005). Por exemplo, na literatura disponível sobre violência conjugal, são usados vários termos cujo significado não é o mesmo, embora alguns autores os usem indistintamente - "domestic violence", "intimate partner violence", "partner abuse", "woman-battering", "wife beating", "wife abuse", "family violence", entre outros, para se referirem, em particular, à violência entre parceiros ou ex-parceiros íntimos (Bowen & Gilchrist, 2004, p. 218; Hanson, 2010, p.12; Sartin, Hansen & Huss, 2006, p. 427).

Assim, em termos conceptuais, podemos desde logo falar no conceito abrangente de violência doméstica e no conceito mais restrito de violência conjugal (Gonçalves, 2004). O primeiro inclui na sua definição qualquer ato de violência seja contra cônjuge ou quem viva em situações análogas, filho(a), pai, mãe, avô ou avó ou outros familiares ou ainda que não haja este vínculo que partilhem o mesmo espaço doméstico (APAV, 2010; Magalhães Canotilho & Brasil, 2007; Manita, 2005).

A violência conjugal ou "violência relacional íntima" (Leite, 2010, p. 25), é um conceito mais restrito. Esta é apenas uma das formas de violência doméstica, que ocorre entre parceiros íntimos. Sartin, Hansen e Huss (2006, p. 427) e Cunha e Gonçalves (2011, p. 9), por exemplo, usam o termo violência doméstica, quando na verdade estão apenas a referir-se à violência conjugal - a qualquer dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico/emocional contra parceiro ou ex-parceiro íntimo. Assim, o conceito de violência conjugal abrange qualquer tipo de violência existente nos relacionamentos íntimos, independentemente do sexo da vítima ou do agressor, não se limitando apenas à violência física, nem à violência entre casais legalmente casados ou a coabitar (Baldry, 2003 cf. in Almeida & Soeiro, 2010; Cunha, Gonçalves & Pereira, 2011; Kropp, Hart, Webster & Eaves, 1995).

Por exemplo, Saunders (2004, p.1391), prefere adotar um conceito que considera ser mais amplo do que "maritally violent" ou "husband violence", pois estes abrangem apenas situações de violência entre casais formalmente casados. Assim, o autor opta por usar o

conceito "intimate partner violence", uma vez que inclui, não só casais formalmente casados, mas também casais que apenas coabitam ou mantêm uma relação de namoro. Hanson (2010, p. 11), também propõe uma definição, particularmente, centrada nesta dimensão da conjugalidade e/ou intimidade, em que esta se refere a um "padrão de comportamento usado para manter poder e controlo sobre outra pessoa num relacionamento íntimo", incluindo abuso físico, sexual, verbal, psicológico, emocional e económico, pois muitos estudos da área concentram-se apenas na violência física entre parceiros íntimos casados ou em coabitação e o abuso psicológico é ignorado na maior parte das vezes (Sartin, Hansen & Huss, 2006).

Note-se, ainda, que o uso de determinadas expressões anteriormente referidas – "woman-battering", "wife beating", "wife abuse" (Bowen & Gilchrist, 2004, p. 218; Hanson, 2010, p.12) estão apenas a referir-se às mulheres como vítimas. São, por isso, conceitos mais restritos que o de violência doméstica e mesmo que o de violência conjugal ou entre parceiros íntimos, que não se limitam á violência perpetrada por agressores do sexo masculino contra vítimas do sexo feminino. Um outro exemplo, é o conceito avançado ao nível Europeu, na Recomendação do Conselho de Ministros dos Estados Membros do Conselho da Europa [Rec. (2002)5] que salienta a perspetiva de género e apresenta uma definição de "violência contra as mulheres", que inclui toda a violência que ocorre no contexto familiar ou doméstico mas apenas contra as mulheres.

Em suma, face a uma multiplicidade de conceitos, adotamos o de violência conjugal ou violência entre parceiros íntimos, por se referir à violência perpetrada contra parceiros ou ex-parceiros íntimos, em coabitação ou não. Salienta-se, que uma vez que versamos sobre a violência perpetrada unicamente por agressores do sexo masculino, termos como "woman-battering", "wife beating", "wife abuse" (Bowen & Gilchrist, 2004, p. 218; Hanson, 2010, p.12) também poderiam ser aqui utilizados.

2. Violência, tipos de violência e suas consequências

A violência faz parte das sociedades, é uma "produção e representação social" (Lisboa, Barroso, Patrício & Leandro, 2009, p. 23; McLaughlin & Muncie, 2001). Não há uma definição única deste conceito e os atos considerados violentos variam ao longo do tempo e do espaço (Lourenço, Lisboa & Pais, 1997). É, por isso, um conceito dinâmico, que se refere, em termos latos, a "uma transgressão das normas e dos valores socialmente instituídos em cada momento" (Lisboa et al., 2009, p. 23). Deste modo, a violência desempenha uma função social de regulação do comportamento dos sujeitos (Pais, 1998).

Por exemplo, o Dicionário de Criminologia da Sage (p. 316), define violência como "qualquer tipo de comportamento de um indivíduo que intencionalmente ameaça ou causa dano físico, sexual ou psicológico a outros ou a si mesmo". Note-se, contudo, que nem tudo o que é violência é crime, dependendo da consciência social da sua gravidade, em determinado tempo e contexto (ibid.; Lisboa et. al, 2009). No caso dos maus-tratos contra cônjuge, só a partir de 1982 é que alguns atos passaram a ser definidos como crime no código penal português. Há, por isso, uma passagem de uma violência "soft" - invisível e tolerável, para uma violência "hard" - visível, intolerável e indesejável (Agra, 1999, p. 24-27).

Quanto aos tipos de violência destaca-se a classificação tradicional, que agrupa o comportamento violento em três grandes categorias: violência física, psicológica/emocional e sexual (Almeida, 2009; Coker, Smith, Mckeown & King 2000). Não há uma definição unânime para cada uma das categorias, podendo integrar cada uma delas diversos comportamentos, por ação ou omissão (Almeida, 2009).

A violência física é a que detém maior visibilidade (Dias, 2004) e "consiste no uso da força física com o objetivo de ferir/causar dano físico ou orgânico, deixando ou não marcas evidentes" (Manita, Ribeiro & Peixoto, 2009, p. 17). A violência psicológica/emocional "consiste em desprezar, menosprezar, criticar, insultar ou humilhar a vítima, em privado ou em público, por palavras e/ou comportamentos" (ibid. p. 10; Matos, 2003). Alguns comportamentos englobados neste tipo de violência são do domínio da ameaça e intimidação. Quanto à violência sexual, esta inclui toda a forma de imposição de práticas sexuais contra a vontade da vítima, podendo haver recurso à ameaça, coação, força física para obrigar a vítima a levar a cabo atos de cariz sexual (ibid. p., 19).

Salienta-se que podem aparecer combinados mais do que um destes tipos de violência e que podem ocorrer em diversos contextos (familiar, trabalho e comunidade), podendo a mesma ter ou não um carácter continuado no tempo (Lisboa et. al, 2009, p. 25).

No que respeita à violência conjugal, é ainda importante atender às consequências da vitimação, uma vez que tende a ocorrer frequentemente, durante um período de tempo alargado e no espaço familiar que normalmente é tido como seguro - a casa (Hage, 2000).

O dano físico causado pela violência exercida sobre as mulheres pelos seus parceiros é, geralmente, maior e mais grave que a violência exercida numa situação reversa (Cascardi, Langhinrichsen & Vivian, 1992, cf. in Jacobson et al., 1994). A relação de proximidade vítima-ofensor e o carácter continuado da violência são fatores de aumento dos danos físicos, psicológicos, relacionais, entre outros e do impacto subjetivo da vitimação e da emergência

iminente de re-vitimizações, constituindo a casa um local de risco que alimenta um sentimento de falta de controlo da vítima sobre sua vida (Machado, Gonçalves & Matos, 200-?; Manita et al., 2009).

A Organização Mundial de Saúde, em 2003 (cit. in RCM nº 100/2010 de 17/12, p. 5764), considera este um problema de saúde pública e do qual decorrem consequências que "[...] são devastadoras para a saúde e para o bem-estar de quem a sofre [...] comprometendo o desenvolvimento da criança, da família, da comunidade e da sociedade em geral".

Note-se, ainda, que no âmbito dos problemas conjugais, muitas podem ser as formas de superação dos mesmos, podendo levar, no seu extremo, ao homicídio conjugal ou femicídio (Echeburúa, Fernández-Montalvo, Corral & López-Goñi, 2009), sendo esta a consequência última e a mais grave para a vítima.

De resto, os pesados custos pessoais (físicos, emocionais, saúde), sociais (efeitos negativos nas famílias e na comunidade em geral) e económicos (custos associados ao sistema de justiça, de saúde, segurança social, polícia e intervenção com vítimas, agressores e suas famílias) têm vindo a ser documentados pela literatura científica (Cismaru & Lavack, 2011; Dutton & Kropp, 2000; Manita, 2005).

3. Caracterização do fenómeno

3.1 Evolução

Atualmente, a violência doméstica é considerada um fenómeno complexo e preocupante, mas nem sempre foi assim. Apesar de um problema antigo, que desde sempre existiu nas sociedades, a sua criminalização é ainda algo recente. A minimização e a ocultação da violência cometida *entre portas* deixavam esquecida a vitimação sofrida por mulheres e crianças dentro do espaço doméstico, constituindo este um espaço de medo, perigo e insegurança, mas que era desvalorizado enquanto tal (Saraga, 1999).

Ao nível internacional, só nos anos 70 é que a violência dos homens contra mulheres se tornou o foco de atenção dos movimentos feministas, iniciados nos EUA, que desenvolveram esforços ativos para a proteção das vítimas, trazendo alterações significativas ao nível social, político e legal (Hage, 2000). A partir daí, a pesquisa científica nesta área tem-se desenvolvido, essencialmente, nas sociedades modernas e industrializadas da Europa Ocidental e nos EUA (Flake, 2005).

Em Portugal, só a partir dos anos 80 a violência doméstica passa a ser contemplada como crime – *Maus-tratos contra cônjuge* (Decreto-Lei nº 132/93, de 23/04). Apenas nos

anos 90, se realizam os primeiros estudos sobre violência doméstica e é criada a Associação Portuguesa de Apoio à Vitima (APAV). Esta Organização Não Governamental (ONG) foi pioneira na criação de uma resposta estruturada às vítimas em Portugal, com a missão de as proteger e apoiar. É, ainda, por força da pressão exercida por instituições como esta que, em 2000, se criam as primeiras casas-abrigo para vítimas de violência.

Estes avanços face ao fenómeno da violência doméstica ganharam importância e atenção ao longo do tempo. Se olharmos para a lei penal, nota-se que, em Portugal, até 1982, a violência doméstica não era considerada crime - a lei portuguesa permanecia insensível a este fenómeno. Também a proximidade com o agressor, a relação de poder e controlo frequentemente exercida na relação e a tolerância social face à conduta violenta contra o cônjuge contribuíam para a não denúncia e não problematização destes casos (Saraga, 1999).

Como iremos ver nos parágrafos que se seguem, é notório o impacto progressivo das esferas política e judicial nesta problemática (Cunha et al., 2011; Lisboa et al., 2009).

No plano político, surgem os planos nacionais contra a violência doméstica como evidência da preocupação face a esta problemática e que procuram ir de encontro às orientações internacionais (Nações Unidas e Conselho da Europa).

Estes planos, que de seguida se apresentam, foram, progressivamente, reduzindo o nível de abstração das definições de violência doméstica, alargando os seus objetivos e definindo medidas mais concretas e ambiciosas.

O I plano (RCM 55/99 de 15/06) é aprovado em 1999 com uma vigência de três anos, sendo a violência doméstica considerada em termos muito gerais, como um "flagelo social que coloca em causa a vida em sociedade e a dignidade da pessoa humana". No II plano (2003-2006) há uma maior concretização do conceito: "toda a violência física, sexual ou psicológica que ocorre em ambiente familiar e que inclui, embora não se limitando a, maus-tratos, abuso sexual de mulheres e crianças, violação entre cônjuges, crimes passionais, mutilação sexual feminina e outras práticas tradicionais nefastas, incesto, ameaças, privação arbitraria de liberdade, exploração sexual e económica". Já o III plano (2007- 2010) vem salientar uma perspetiva de violência de género. E, por último, o IV plano (2011-2013), visa a consolidação das estratégias e ações desenvolvidas anteriormente de modo estruturado e consistente. No entanto, note-se que as áreas estratégicas de intervenção que faziam parte dos anteriores planos foram sendo reformuladas e, no plano atualmente em vigor, foi introduzida como nova linha estratégica a prevenção da reincidência, através da intervenção com agressores, que até então era apenas considerada como uma medida entre muitas outras.

No plano legislativo, entre 1982 e 2007, a legislação portuguesa foi-se alterando em relação ao que, atualmente, é tipificado como crime de *violência doméstica* no Código Penal Português (CP).

Com a criminalização dos *maus-tratos contra cônjuge* (art. 153.º[2], n.º 3 do CP) em 1982 (Decreto-Lei nº 132/93 de 23/04), o procedimento criminal não dependia da queixa da vítima, sendo classificado como um crime de natureza pública[3], em que qualquer pessoa ou entidade pode e deve denunciar. Nesta fase, o crime era apenas punido com uma pena que ia dos 6 meses aos 3 anos de prisão e multa até 100 dias. Só eram considerados os maus-tratos físicos e psíquicos, tratamento cruel ou a não prestação de cuidados ou assistência médica à saúde do cônjuge.

Em 1995, com o novo Código Penal (Decreto-lei nº 48/95 de 15/03), o crime passa a ter natureza semipública, ou seja, a lei refere que "o procedimento criminal depende de queixa" do ofendido. Os limites da pena também são aumentados quase para o dobro, podendo ir de 1 a 5 anos. Há também um alargamento das situações que passam a caber neste artigo. São incluídos os maus-tratos não só contra cônjuges, mas também contra quem conviver com o ofensor em condições análogas às dos cônjuges. É ainda introduzida uma nova parte no artigo que está relacionada com o resultado da conduta do agressor. Ou seja, os limites da moldura penal abstrata aumentam para 2 a 8 anos se resultar ofensa à integridade física grave e para 3 a 10 anos de prisão se resultar a morte da vítima.

Em 1998 há uma revisão do Código Penal de 1995. A epígrafe do artigo toma nova designação - **"***Maus tratos e infracção de regras de segurança*" (Lei nº 65/98 de 2/09, art. 152.º). Uma outra alteração que ocorre na lei é a passagem para crime público condicionado (Leite, 2010), isto é, a queixa não era «condição de procedibilidade», pois o Ministério Público podia dar início ao procedimento criminal se o interesse da vítima o impusesse, mas a «prosseguibilidade do procedimento criminal» dependia da não-oposição do ofendido antes de ser deduzida a acusação (art. 152.º, n.º 2, CP). Mantendo-se igual o tipo de comportamentos considerados, molduras penais e as condições face ao resultado que pudesse advir daquele crime.

Em 2000, o crime de *Maus tratos e infração de regras de segurança* assume, novamente, a designação de crime público (Lei nº 7/2000 de 27/05), tal como no CP de 1982.

[2] Neste artigo 153.º estavam também incluídos comportamentos como os maus-tratos ou a sobrecarga de menores ou incapazes em razão de saúde ou gravidez.

[3]Procedimento criminal não dependente de queixa por parte da vítima, bastando denúncia ou conhecimento pelo Ministério Público para promover o processo.

Contudo, há uma válvula de escape através do artigo 281.º do Código de Processo Penal em que se pode decidir pela suspensão provisória do processo mediante livre requerimento da vítima, tendo em especial consideração a sua situação e desde que ao arguido não tenha sido aplicada medida similar por infração da mesma natureza.

Esta revisão do CP traz ainda a possibilidade de serem aplicadas penas acessórias previstas no n.º 6 do art. 152.º: a proibição de contacto com a vítima, incluindo a de afastamento da residência desta, pelo período máximo de dois anos.

Posteriormente, só em 2007 o CP de 1995 voltou a ser revisto e, nessa altura, foram introduzidas profundas alterações relativamente aos maus-tratos, sendo a lei que atualmente vigora em Portugal (Lei nº 59/2007, de 4/09).

Assim, ocorreu uma autonomização do tipo de crime previsto no art. 152.º, passando a ter a designação específica de "*violência doméstica*", e deixando de integrar a tipologia geral do crime de *Maus tratos*. Nota-se, portanto, uma separação daquilo que era diferente e que até então se encontrava misturado num só artigo[4].

Esta revisão veio ainda esclarecer algumas dúvidas que se faziam sentir na jurisprudência. Deste modo, constituem atos de violência doméstica os maus tratos físicos ou psíquicos, esclarecendo-se que os castigos corporais, privações da liberdade e ofensas sexuais também se integram nesta tipologia de comportamentos, dirigidos contra cônjuges, mas também contra ex-cônjuges (e isto é novo na lei). Passa também a incluir quer as relações heterossexuais, quer as homossexuais com quem o agente mantenha ou tenha mantido relação análoga à dos cônjuges, ainda que sem coabitação, o que significa que além de não ser necessário que o casal viva na mesma casa, também não é necessário que a relação ainda se mantenha, bastando ter havido um vínculo de intimidade entre o casal.

São também previstas nos n.ºs 4 e 5, penas acessórias que podem ser aplicadas por um período que pode ir dos 6 meses aos 5 anos e são elas: a proibição de uso e porte de armas, a obrigação de frequência de programas específicos de prevenção da violência doméstica e a proibição de contacto com a vítima que pode incluir o afastamento da residência desta, do seu local de trabalho e o cumprimento da medida pode ser fiscalizado por meios técnicos de

[4] A epígrafe do art. 152.º do Código Penal, até 2007, era "*Maus tratos e infração de regras de segurança*", englobando no mesmo tipo legal categorias distintas de comportamento, que vieram a ser autonomizadas no artigo 152.º (*violência doméstica*), 152.º - A (*maus-tratos*) e 152.º - B (*violação de regras de segurança*).

controlo à distância[5]**.** A pena acessória de inibição de exercício do poder parental pode ser aplicada até um limite máximo de 10 anos.

Por último, há uma ressalva na lei que faz com que este crime reserve um mínimo de pena para atos desta natureza (1-5 anos de prisão), prevendo penas mais graves do que outros tipos legais de crime, como as ofensas à integridade física simples, qualificada e privilegiada, as ameaças, coação, sequestro, violação, importunação sexual ou outros (Leite, 2010). O artigo 152.º CP tem, por isso, uma aplicação ampla, sem prejuízo de se aplicar um tipo legal que preveja pena mais grave que o artigo 152.º CP, embora daqui resulte uma inaplicabilidade das penas acessórias dos n.ºs 4 e 5 do CP.

A par destas alterações na lei penal, surgem outros instrumentos legais focalizados, essencialmente, na proteção da vítima violência doméstica. Por exemplo, a Lei n.º 112/2009, de 16/09 estabelece o atual regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à proteção e à assistência das suas vítimas. Os processos penais por violência doméstica passam a ter natureza urgente, com vista à rápida resolução destes casos e devido aos perigos que estas situações podem trazer, aplicando-se um regime que visa uma maior celeridade processual.

Conclui-se, por isso, que há uma crescente visibilidade do fenómeno de violência doméstica (Matos, 2011) e da intervenção das instituições a vários níveis. Tal verifica-se quer em relação às vítimas quer em relação aos agressores, sendo que a necessidade de intervenção com estes últimos passa a assumir maior relevância.

3.2 Dados atuais

Os primeiros estudos, realizados na década de 90, mostram que uma em cada três mulheres foi vítima de dois ou mais atos de violência e a maior parte ocorreu em contexto doméstico (43%, Lourenço et al., 1997, p. 67). No livro "*Violência contra as mulheres"* (ibid., pp. 46-66), referem ainda que cerca de 52,2% das mulheres entrevistadas[6] tinham sido vítimas de pelo menos um ato de violência e entre estas muitas foram vítimas de vários atos (36%), predominantemente, em contexto doméstico, na forma física e psicológica.

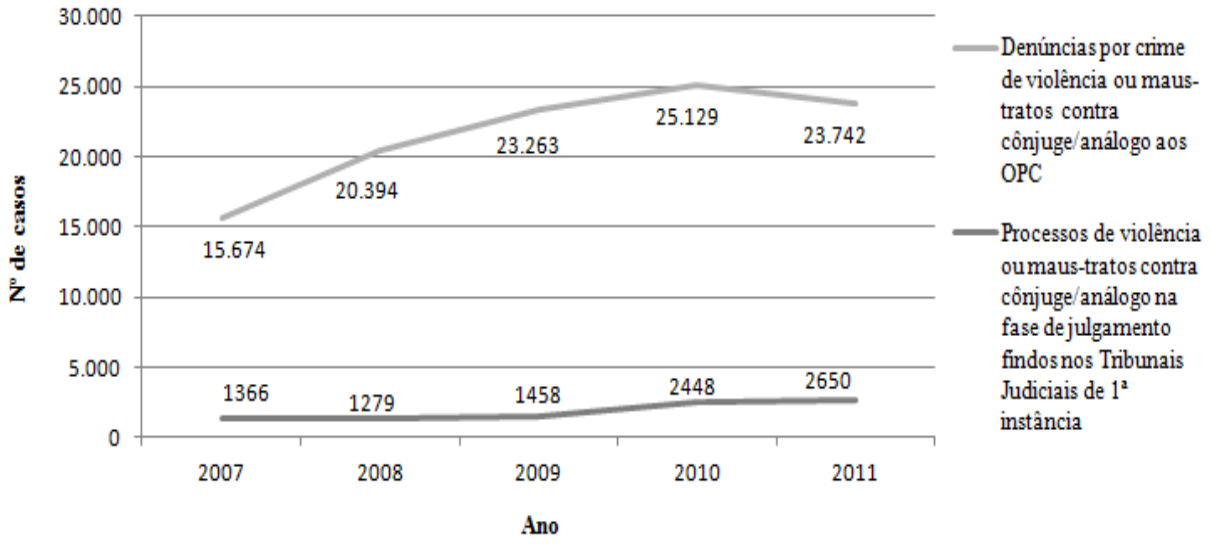
Desde que o tipo legal – *violência doméstica* foi criado (2007), verifica-se que nas estatísticas oficiais da Direção Geral da Política de Justiça (Gráfico 1.) o número de

[5] Posteriormente, a Lei 112/2009 de 16/09 também refere esta possibilidade (art. 35.º), no âmbito da prevenção da violência doméstica e proteção e assistência às vítimas. Contudo, as condições de utilização destes meios no âmbito da violência doméstica foram fixadas apenas em 2010, pela Portaria nº 220-A/2010, de 16/04.

[6] Os autores utilizaram uma amostra de 1000 mulheres, residentes no Continente, com idade igual ou superior a 18 anos. Amostra estratificada por distrito, dimensão da localidade e escalão etário, a partir dos dados do recenseamento geral da população de 1991 (Lourenço et al., 1997, p. 19).

denúncias, por violência conjugal[7] foi aumentando progressivamente até 2010 (de 15.674 para 25.129 casos), tendo-se verificado uma ligeira redução em 2011 para 23.742 denúncias registadas. Em relação ao número de casos julgados em Tribunais Judiciais de 1ª instância[8], desde 2009 que tendem a aumentar (de 1458 para 2650 casos).

Gráfico 1. Evolução do número de denúncias registadas pelas autoridades policiais (OPC's) e de processos findos nos Tribunais Judiciais de 1ª instância por crime de violência ou maus-tratos contra cônjuge/análogo (2007-2011)



Fonte: http://www.siej.dgpj.mj.pt/

Quanto à execução de medidas de âmbito penal na comunidade, por crime de violência doméstica, em 2009, a Direção-Geral de Reinserção Social (DGRS) tinha 637 casos em acompanhamento a nível nacional (DSEP, 2010). Não foram encontrados dados oficiais disponíveis relativos a outros anos para este crime no âmbito das medidas em execução na comunidade.

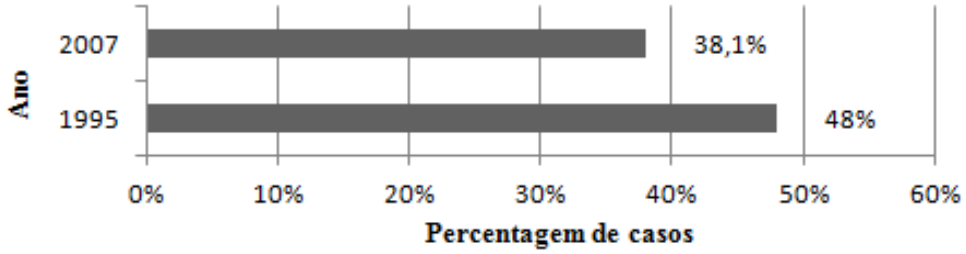
Em 2009, decorrente do projeto experimental da aplicação da vigilância eletrónica ao crime de violência doméstica, os dados oficiais referem que se encontravam, neste ano, iniciadas 3 medidas de vigilância eletrónica (n= 746). Até 2012, o número de medidas aplicadas nesse contexto foi aumentando progressivamente, sendo que nesse ano registavam-se 156 de um total de 884 medidas de vigilância eletrónica (DSEP, 2013). No total, entre

[7] No ano de 2007 foram tidos em conta os casos referentes à categoria "maus-tratos contra cônjuge/análogo". Entre 2008-2011 apresenta-se o número de casos considerados na categoria "violência doméstica contra cônjuge/análogo".
[8] Entre 2007-2011, foram contabilizados os casos referentes às categorias "maus-tratos contra cônjuge/análogo" e "violência doméstica contra cônjuge/análogo".

2009 e 2012, iniciaram-se 255 medidas de vigilância eletrónica no âmbito da violência doméstica para fiscalização da proibição de contactos com a vítima.

Mais recentemente, os resultados do Inquérito Nacional sobre Violência de Género[9] (2007), desenvolvido pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), mostra uma diminuição de cerca de 10%, na prevalência da violência física, sexual e psicológica exercida sobre as mulheres – de 48%, em 1995, para 38.1%, em 2007 (Gráfico 2.).

Gráfico 2. Prevalência da vitimação física, psicológica e sexual em 1995 e 2007



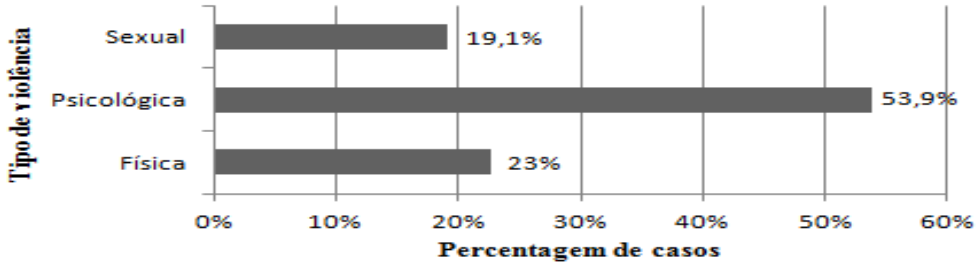
Fonte: Lisboa, M. (2008). Inquérito Nacional Violência de género. Apresentação de resultados. Lisboa: SociNova/CEsNova-FCSH-UNL.

Nesse mesmo inquérito, em 2007, 6.4% das mulheres tinham sido vítimas de atos que integram o crime de violência doméstica, por comparação a 2.3% dos homens.

Destacam-se ainda, os elevados valores registados no tipo de violência psicológica (53.9%), por comparação com os valores para a violência física e sexual (Gráfico 3.).

Os dados estatísticos da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, em relação aos tipos de violência exercidos, no âmbito da violência doméstica em sentido estrito, também destacam os maus-tratos psíquicos (35.9%) nas situações de violência doméstica, seguindo-se os maus tratos físicos - 26,7% (APAV, 2013, p.11).

Gráfico 3. Prevalência em relação ao total de vítimas por tipo de violência em 2007



Fonte: Lisboa, M. (2008). Inquérito Nacional Violência de género. Apresentação de resultados. Lisboa: SociNova/CEsNova-FCSH-UNL.

[9] Amostra de 1000 mulheres, com 18 ou mais anos, estatisticamente representativa, estratificada em função do escalão etário, distrito e dimensão das localidades das mulheres inquiridas (Lisboa, 2008).

Já o número de casos de violência doméstica registados pela APAV subiu de 15724 em 2011 para 16970 em 2012 (ibid., p. 7). Contudo, não estão apenas aqui integradas as situações de violência conjugal. No entanto, salienta-se que, nos casos de vitimação reportados à APAV, o autor do crime é geralmente o cônjuge ou companheiro da vítima, nos crimes contra pessoas adultas.

Em suma, da revisão elaborada neste capítulo, se conclui que há várias maneiras de definir o conceito de violência doméstica (conjugal), não se limitando ao texto da lei, sendo que no plano internacional, são diversas as definições adotadas para efeitos de investigação do fenómeno, como apresentado anteriormente.

Ao longo das últimas décadas têm ocorrido inúmeras mudanças ao nível político e legislativo face à violência doméstica - a maioria no sentido da criminalização e aumento das penas para os agressores (e.g., Worden & Carlson, 2005). Em Portugal, ocorreram mudanças até muito recentemente na lei quanto à tipificação legal desta conduta e parecem ir, também no mesmo sentido.

Os dados mais recentes apontam para a diminuição da prevalência dos casos de violência exercida contra as mulheres, sendo a violência psicológica o tipo de violência que atinge números mais elevados. As estatísticas revelam ainda, um aumento do número de denúncias de casos de violência conjugal às autoridades policiais, sendo que uma das justificações avançadas é a crescente visibilidade do fenómeno. O número de casos julgados nos tribunais judiciais de 1ª instância por este tipo de crime também tem aumentado. Verifica-se ainda, que há uma grande diferença entre o número de denúncias e o de casos julgados.

Quanto às medidas executadas na comunidade, os dados disponíveis são muito limitados. A única conclusão que se pode tirar é que, no âmbito da vigilância eletrónica para fiscalização da proibição de contactos com a vítima, o número de medidas aplicadas tem aumentado de ano para ano (2009-2012).

Contudo, os estudos em torno da violência doméstica (conjugal), em Portugal, têm-se centrado muito na perspetiva da vítima, sendo escassos aqueles que se focam nas características dos agressores conjugais (Cunha et al., 2011; Manita, 2005). Saliente-se, ainda, que em termos de intervenção com agressores, só muito recentemente, no IV Plano Nacional Contra a Violência Doméstica (2011-2013), aquela passou a ser uma das áreas estratégicas de intervenção. Ora, é sobre esta face da violência doméstica - o agressor de violência conjugal, que pretendemos dirigir o nosso foco de atenção na presente dissertação.

Capitulo 2 – Violência conjugal e fatores de risco

1. Teorias explicativas da violência conjugal

Existem vários modelos explicativos da violência conjugal que têm sido estudados e discutidos (e.g. teorias feministas, sociológicas, psicológicas, etc.). Dutton (1995) considera vários aspetos das teorias explicativas deste fenómeno em relação aos agressores, constituindo níveis de risco acrescido. Assim, a um nível teórico mais abrangente, o autor propõe um modelo ecológico para a violência conjugal constituído por níveis: *macrosistema*, *exosistema*, *microssistema* e nível *ontogénico*. Este modelo estuda as variáveis ou fatores de risco que contribuem para a violência conjugal para cada um destes níveis.

Segundo Dutton (1995), o nível mais amplo, o *macrossistema*, inclui variáveis relacionadas com as crenças e os valores culturais, em termos latos. Dutton (1995) exemplifica: "exists in a culture in which maleness is defined by one's hability to respond aggressively to conflict" (p. 50). Neste nível, podemos dizer que se encontra uma ressonância das teorias feministas. Estas encontram na sociedade patriarcal a explicação para a violência conjugal, a qual reforça expectativas tradicionais face aos papéis de género do homem e da mulher, particularmente nos relacionamentos e o desequilíbrio de poder entre os sexos – uma das formas de afirmação da masculinidade é controlo do homem sobre a mulher (Anderson, 1997; Bell & Naugle, 2008; Sugarman & Frankel, 1996).

Um outro nível que inclui fatores mais ligados às estruturas sociais, formais e informais do ofensor (ex: amizades, local de trabalho, grupos de suporte, instituições legais) e que o ligam a si e à sua família a uma cultura mais lata é o *exosistema*. A este nível encontramos a influência das teorias sociológicas que enfatizam o contexto social dos sujeitos (e.g. idade, estatuto socioeconómico, desemprego) como fator que influencia o comportamento dos sujeitos, nomeadamente os atos de violência conjugal (Anderson, 1997).

Em terceiro lugar, o autor refere um nível que inclui características de definição imediata do contexto abusivo (situacionais) – e.g. união familiar, antecedentes de abuso, consequências do abuso, padrões de comunicação e dinâmicas da relação. Este é então apelidado de *microssistema*.

E, por último, o nível *ontogénico*, onde encontramos as variáveis relacionadas com a história desenvolvimental – e.g. características individuais que influenciam a resposta do ofensor às situações stressoras, que ocorrem ao nível do *microsistema* e *exosistema*, incluindo comportamentos aprendidos, cognições e respostas emocionais.

Estes dois últimos níveis parecem ter sido influenciados quer pela teoria da aprendizagem social quer pelas teorias psicológicas. A teoria da aprendizagem social refere que a maioria dos comportamentos é aprendida, incluindo a violência conjugal, através de respostas que são dadas aos nossos comportamentos ou da exposição a modelos desajustados. Salienta ainda o testemunho ou experiência de vitimação na família de origem como principais causas explicativas da violência conjugal (Kalmuss, 1984; Mihalic & Elliott, 1997; Stith & Farley, 1993). As teorias psicológicas focam-se mais nas características individuais do sujeito para explicar a violência conjugal, como personalidade e psicopatologia (e.g., Dutton & Bodnarchuk, 2005; Geene, Lynch, Decker & Coles, 1997; O'Leary, 1993, cf. in Schumacher, Feldbau-Kohn, Slep & Heyman, 2001), em vez de atribuírem significados a fatores socioculturais e contextuais.

A influência combinada dessas variáveis culmina no uso da violência nos relacionamentos íntimos. Este modelo fornece um amplo quadro teórico no qual se consideram as relações mais específicas entre os preditores de violência e entre esses preditores e a violência conjugal. Isto resulta, também, do facto de não haver uma teoria ou conjunto de variáveis, que por si só, explique cabalmente a violência conjugal, mas, em vez disso, cada uma delas tem um contributo próprio para a sua explicação e dá indicações para a exploração dos fatores que lhe estão mais associados (Schumacher et al., 2001).

2. Fatores de risco da violência conjugal

Neste capítulo tentaremos ver o contributo específico de cada uma das teorias e dos fatores de risco que lhe estão associados para a explicação da violência conjugal.

Os fatores de risco[10] da violência conjugal são meros indicadores e não fatores causais da possibilidade de desencadeamento deste tipo de fenómeno. Segundo Andrews e Bonta (2006, p. 47), referem-se às características dos indivíduos e às circunstâncias que estão associadas ao aumento da probabilidade de praticar um crime no futuro[11]. Podem ser dinâmicos – isto é, passíveis de mudança ao longo do tempo, mudanças essas associadas a alterações no comportamento criminal subsequente (e.g. circunstâncias problemáticas em casa, na escola ou no trabalho); ou estáticos - referem-se ao passado e não são mutáveis (e.g.

[10] Quanto mais fatores de risco existirem, maior é a probabilidade de se desencadear determinado comportamento. Os fatores de risco podem ser de vários domínios: individuais, familiares, grupo de pares, escola, na comunidade (Loeber & Farrington, 2000).

[11] A consideração dos fatores de risco é de extrema importância para a tomada de decisão no âmbito do sistema de justiça (McLaughlin & Muncie, 2001, p.251) e para a avaliação da probabilidade de reincidência dos sujeitos (Andrews & Wormith, 1984).

história criminal)[12]. Os fatores de risco devem, ainda, ser entendidos tendo em conta o contexto em que se verificam, sendo que isoladamente podem não constituir um verdadeiro risco.

Existem também fatores de proteção[13] no contexto específico, e que estão associados ao desenvolvimento de comportamentos pró-sociais, funcionando de modo inverso em relação aos fatores de risco, podendo anular ou atenuar estes últimos (Andrews & Bonta, 2006).

Da análise da literatura científica existente sobre o tema, tendo em conta, principalmente, os estudos de revisão e meta-análises[14] realizados, alguns fatores de risco são referidos, na medida em que têm maior ou menor influência na prática de atos de violência conjugal. Contudo, as investigações levadas a cabo na área e que se têm debruçado na identificação de fatores de risco para a violência conjugal, por vezes, prosseguem objetivos diferentes e adotam diferentes metodologias[15]. Alguns estudos focam-se na identificação de fatores de risco para a violência conjugal (e.g., Riggs, Caulfield & Street, 2000; Stith, Smith, Penn, Ward & Tritt, 2004; Thompso, Saltzman & Johnson, 2001), outros focam-se mais na questão da reincidência (e.g. Catanneo & Goodman, 2005; Hanson & Capretta, 2000; Heckert & Gondolf, 2005) ou da desistência dos programas para este tipo de ofensores (Gondolf & Foster, 1991; Jewell & Wormith, 2010), outros identificam fatores de risco para a violência em geral (Borum, 2000; Herrenkohl et al., 2000), mas que acabam por encontrar muitos fatores comuns para a violência conjugal (Webster, Harris, Rice, Cormier, & Quinsey, 1994, cf. in Dutton & Kropp, 2000).

[12] Os fatores de risco dinâmicos devem ser alvo de intervenções direcionadas, sendo que os estáticos, embora não sendo mutáveis, podem também ser integrados no processo de intervenção com os agressores, constituindo uma fonte de reflexão e explicação para algumas das condutas atuais do indivíduo. Estes últimos devem, ainda, ser alvos privilegiados dos programas de prevenção primária neste contexto (Gonçalves, 2004).

[13] À semelhança dos fatores de risco, também podem ser de vários domínios: individuais, familiares, grupo de pares, escola, na comunidade. O comportamento antissocial ou pró-social resulta do peso e influência destes dois tipos de fatores na vida do indivíduo (Loeber & Farrington, 2000).

[14] Método estatístico de revisão de múltiplos estudos, selecionados com base num conjunto de regras objetivas. As meta-análises são úteis para sintetizar os resultados de vários estudos, pois permitem a comparação de estudos separados, tornando possível o uso de *effect sizes*.
São utilizadas em diversas áreas do conhecimento, sendo que na criminologia recorre-se das meta-análises para avaliação da eficácia de vários programas na redução do comportamento criminal, incluindo iniciativas para redução da delinquência, da reincidência e para avaliar a eficácia de diferentes estratégias nesta área (Borenstein Hedges, Higgins & Rothstein, 2011).

[15] Os estudos variam em termos do tipo de amostra utilizada: agressores ou vítimas, da comunidade, clínicas ou de indivíduos acompanhados pelo sistema de justiça, com recurso a vários grupos de comparação ou apenas agressores *versus* não-agressores; e em termos de metodologias adotadas: entrevistas, escalas/instrumentos clínicos de preenchimento pelo próprio sujeito ou pelo técnico, instrumentos de avaliação do risco (atuariais), inquérito por questionário, medição de respostas psicofisiológicas e observação.

Nesta secção serão apresentados os principais fatores de risco que a literatura tem salientado. Seguiremos o modelo de Dutton (1995), dividindo os fatores de risco pelos diferentes níveis estabelecidos pelo autor. Contudo, apenas nos iremos focar em três deles: *exosistema*, *microssistema* e nível *ontogénico*, uma vez que o *macrossistema* centra-se em aspetos culturais da sociedade, em termos latos. Os estudos referenciados também serão apresentados segundo a lógica em que se primeiro são referidos alguns estudos isolados e, posteriormente, resultados de revisões (e.g. Riggs et al., 2000; Schumacher et al., 2001) e de meta-análises (e.g. Stith et al., 2000; Stith et al., 2004).

Saliente-se que o estudo meta-analítico de Stith et al. (2004) foca-se exclusivamente na violência conjugal física. Por este motivo, e como seria de esperar, o abuso emocional e sexual encontra-se muito relacionado com o abuso físico[16]. Thompson et al., (2001) já afirmara que os indivíduos com níveis elevados de violência psicológica contra a parceira tinham mais tendência a ser fisicamente agressivos na relação conjugal, em comparação com indivíduos que apresentavam menores níveis deste tipo de violência.[17]

2.1 Nível Exosistema

a) Fatores sociodemográficos

Segundo Schumacher et al. (2001) os estudos que sejam rigorosos no emparelhamento do grupo de comparação raramente irão encontrar associação entre estas variáveis (e.g. idade, estatuto socioeconómico que engloba o emprego, a educação e os recursos económicos e a etnia/raça) e a perpetração de violência conjugal. O que vai de encontro ao que afirmam Stith et al. (2004): que na sua generalidade este tipo de fatores são os menos ligados à violência conjugal.

Sherman et. al. (1992, cit. in Cattaneo & Goodman, 2005, pp. 159-160) criam a noção de "stake in conformity" (participação em conformidade) associada às variáveis sociodemográficas (e.g. educação, empregabilidade, recursos económicos e estado civil). Segundo a revisão de Cattaneo e Goodman (2005), os indivíduos menos normativos/conformistas, isto é, geralmente com baixo nível de educação, desempregados, com baixos recursos económicos e solteiros têm maior probabilidade de reincidir.

[16] Note-se que o abuso físico, emocional e sexual são "*faces da mesma moeda*" (a violência conjugal), constituindo apenas diferentes tipos de violência. Daí estarem muito relacionados.

[17] Na meta-análise de Stith et al. (2004), o abuso emocional contra a parceira apresenta um *effect size* de (r =.49), considerando-se um importante fator de risco para a perpetração do abuso físico sobre a mesma, assim como a violência sexual cujo *effect size* é (r =.45).

i) Idade

Estudos realizados demonstram que a idade está negativamente correlacionada com a perpetração da violência conjugal, o que significa que quanto menor a idade maior o risco de iniciar este tipo de comportamentos (e.g. Holtzworth-Munroe, Smutzler, & Bates, 1997; Howell & Pugliesi, 1988; McLaughlin, Leonard & Senchak, 1992). Saliente-se que no estudo de Howell e Pugliesi (1988) a idade revela-se uma variável moderadora do impacto de outras variáveis, por exemplo, nos indivíduos mais jovens, o desemprego têm maior impacto, aumentando a probabilidade de desenvolverem comportamentos violentos no âmbito das relações íntimas.

A meta-análise de Stith et al. (2004) confirma que os resultados vão no sentido dos estudos anteriores, apresentando um *effect size*[18] de (r= - .13)[19] para os sujeitos jovens.

ii) Educação

À semelhança da idade, também o nível de educação dos sujeitos está negativamente relacionado com a violência conjugal.

Segundo Coleman, Weinman e Hsi (1980), baixos níveis de educação estão associados a maiores níveis de violência exercida contra a companheira (d = - .67; r = - .32). Walton-Moss et al. (2005) apresentam um *Adjusted Odds Ratio* (AOR)[20] = 2.06, p = .14 para a violência por parte de sujeitos com nível de educação não-superior.

Num estudo longitudinal com indivíduos casados ou em coabitação (n=320), Leonard e Blane (1992) não encontraram uma associação significativa entre nível de educação e violência conjugal. Contudo, a maioria dos sujeitos frequentava o ensino secundário e 16% o ensino superior, sendo que os níveis de agressão física na amostra utilizada pelos autores também eram relativamente baixos.

[18] O *effect size* é uma representação estatística da magnitude de uma relação entre duas variáveis. É uma medida frequente nas meta-análises (Borenstein et al. 2011).

[19] Cohen (1988) estabeleceu a seguinte convenção para a avaliação da magnitude do *effect size*: 0 < r < .30 ou -.30 < r < 0 indica um pequeno efeito, .30 < r < .50 e - .50 < r < -.30 um efeito médio e .50 < r < 1 ou -1 < r < -.50 um efeito elevado. Hanson (2000, cf. in Stith et al., 2004), por sua vez, sugere uma outra forma de interpretar a magnitude do *effect size*: r < .10 é demasiado pequeno para ser considerado como útil na análise; .10 < r < .20 há um pequeno efeito; .20 < r < .30 trata-se de um efeito moderado; r > .30 indica um efeito elevado.

[20] O *Odds Ratio* (OR) é o aumento ou redução da probabilidade de estar numa determinada categoria (e.g., ser agressor conjugal) quando o valor do preditor (e.g. idade do homem) aumenta em uma unidade (Tabachnick & Fidell, 1996). Por exemplo, se o *odds ratio* é maior que 1, o *odds* de estar na categoria *ser agressor conjugal* aumenta quando a variável preditora aumenta. Pelo contrário, se o *odds ratio* é menor que 1, então o *odds* de estar na categoria *ser agressor conjugal* diminui quando a variável preditora aumenta.

A meta-análise de Stith et al. (2004) demonstra que um baixo nível de educação tem um *effect size* de (r = - .13), revelando uma associação negativa, à semelhança dos dois estudos anteriores.

iii) Emprego

Os agressores conjugais em comparação com indivíduos não-violentos, revelam não só menor realização educacional, mas também ocupacional (Kaufman & Straus, 1989). Segundo Riggs et al. (2000), indivíduos desempregados apresentam maior risco de incorrer em atos de violência conjugal. Howell e Pugliesi (1988) distinguiram ainda os trabalhadores *blue-collar* dos *white-collar* referindo que os primeiros têm maior probabilidade de encetar atos de violência conjugal.

A meta-análise de Stith et al. (2004) mostra que a variável emprego está negativamente associada com a violência conjugal (r= - .10).

iv) Recursos económicos

Vários estudos têm encontrado evidência de que baixos recursos económicos estão associados ao aumento do risco de violência conjugal (Coleman et al., 1980). McKenry et al. (1995) apresentam uma relação negativa e significativa ($r = -0.38$; $p \leq 0.01$) na relação entre baixos recursos económicos da família e perpetração de qualquer ato de violência conjugal, numa amostra da comunidade.

Sugarman e Hotaling (1989) usaram uma medida compósita do estatuto socioeconómico, que engloba a situação face ao emprego e os recursos económicos do sujeito e da família. Neste estudo, os indivíduos com níveis de violência severa têm recursos socioeconómicos significativamente mais baixos que os restantes sujeitos da amostra.

McLaughlin et al. (1992) concluíram que os maridos de classe social média ou baixa têm níveis de violência moderada contra o parceiro íntimo que atingem o dobro dos valores obtidos nos sujeitos de classe social alta.

Mais recentemente, na sua revisão, Riggs et al. (2000) afirmam que o baixo estatuto socioeconómico aumenta o risco de perpetração de violência conjugal, particularmente de violência severa. Contudo, entre os diferentes índices do estatuto socioeconómico, parece que são os recursos económicos que apresentam valores mais significativos e relacionados com a violência (Schumacher et al., 2001).

Na meta-análise de Stith et al. (2004) o *effect size* calculado para a relação entre recursos económicos e violência conjugal física é de (r= -.08; $p < 0.001$), corroborando, em

termos gerais, os dados dos estudos anteriores. Contudo, trata-se de uma relação fraca entre as duas variáveis.

Conclui-se, por isso, que quase todas a variáveis sociodemográficas estão negativamente relacionadas com a violência conjugal. Contudo, tendo em conta a meta-análise de Stith et al. (2004), essas relações tendem a ser fracas.

2.2 Nível Microssistema

a) Violência na família de origem

i) Violência interparental

A literatura aponta para mecanismos de diversas natureza que contribuem para a violência familiar[21]: biológicos, psicológicos, sociológicos e teorias sobre o comportamento abusivo (Browne & Herbert, 1997. cf. in Dixon, Hamilton-Giachritsis, Browne, & Ostapuik, 2007).

Osofsky (2003) refere que é frequente a existência de conflitos violentos entre os casais e a exposição das crianças a essas situações. Hotaling e Sugarman (1986, cf. in Dutton Starzomski & Ryan, 1996), na sua revisão de estudos empírico, referem que a violência conjugal está, em 88% dos estudos, ligada à exposição à violência interparental.

Segundo Beasley e Stoltenberg (1992, cf. in Schumacher et al., 2001) o testemunho de violência verbal apresenta um *effect size* de (r = 0.44) e a violência física (r = 0.36).

No estudo longitudinal, em que foram seguidas 543 crianças, durante 20 anos, Ehrensaft et al. (2003) encontra relação significativa entre testemunho de violência interparental e a violência conjugal (n=118; AOR= 2.96, 95% IC = 1.72-5.09, p < .01).

Na revisão de Schumacher et al. (2001) os indivíduos referenciados pelo sistema de justiça têm maior probabilidade de reportar o testemunho de violência na família de origem, em comparação com os grupos não-violentos (r = 0.24 a 0.36).

A meta-análise de Stith et al. (2000) apresenta *effect sizes* médios de (r= .18, p= .001) para a relação entre o testemunho de violência interparental e a violência conjugal.

Este fator, o da exposição e testemunho da violência pode, ainda, contribuir para um ciclo de abuso intergeracional (Gover, Kaukinen & Fox, 2008; Robboy & Anderson, 2011), embora não seja condição suficiente *per si* para o desenvolvimento de comportamentos violentos (Moskowitz, 2004). Há também uma maior probabilidade de as crianças inseridas nestes contextos familiares serem elas próprias vítimas de maus-tratos ou negligência

[21] Isto é, violência conjugal e/ou negligência ou maus-tratos contra as crianças.

(Osofsky, 2003; Slep & O'Leary, 2005), particularmente, por parte do agressor masculino (Dixon et al., 2007).

ii) Maus tratos na infância

Stover (2005) refere que em 60% a 75% das famílias onde ocorre violência conjugal, há também vitimação das crianças. Por sua vez, Hotaling e Sugarman (1986, cf. in Dutton, Starzomski & Ryan, 1996) na sua revisão afirmam que a violência conjugal em 69% dos casos está associada à vitimação direta.

Barnett e Fagan (1993) e Dutton, Starzomski e Ryan, (1996) salientam que o abuso físico e psicológico em crianças está relacionado com o desenvolvimento posterior de comportamentos de violência conjugal. No mesmo sentido, Ehrensaft et al. (2003) encontraram uma relação significativa entre abuso físico ou sexual na infância e a violência conjugal (n = 118; AOR = 2.14, 95% IC = 1.02-4.53, $p < .05$).

No estudo de Caesar (1988, cf. in Schumacher et al., 2001) os indivíduos integrados no sistema de justiça reportam com maior frequência que os seus pais são não só mais violentos (r = 0.27), mas também que, quando recorrem à punição, tendem a usar menos os castigos não-violentos por comparação com os grupos de indivíduos não-violentos (r = -0.44).

Murrell, Christoff e Henning (2007) encontraram diferenças significativas, em termos de frequência da violência conjugal, ao comparar indivíduos que não foram vítimas nem testemunharam violência na infância, com indivíduos que apenas foram testemunhas, ou que apenas foram vítimas de abuso na infância ou ambos ($F (3, 1094) = 26.90$, $p < .001$; $\eta^2 = .069$). Os indivíduos vitimizados cometem mais violência física que os que apenas testemunharam. Além disso, os que passaram quer pela experiência, quer pelo testemunho revelam valores ainda mais significativos quanto à frequência da violência.

O abuso físico das crianças, em contexto familiar, por parte do agressor doméstico, segundo a revisão de Schumacher et al. (2001) apresenta um valor de *effect size* que varia entre (r = 0.20 a 0.32) no caso dos sujeitos identificados pelo sistema de justiça.

A meta-análise de Stith et al. (2000) apresenta *effect sizes* médios de (r = .16, p= .001) para a relação entre experiência[22] de abuso na infância e violência conjugal.

Em suma, a exposição à violência ou a vitimação na infância na família de origem está relacionada com a perpetração de atos de violência conjugal na idade adulta e aumentam o

[22] Contudo, a meta-análise (Stith et al., 2000) não revela diferenças significativas entre os *effect sizes* estimados nos casos em que ocorreu quer a experiência quer o testemunho de violência na infância.

risco destes comportamentos se desenvolverem no futuro – as relações encontradas embora variem entre fracas a moderadas, são consistentes.

Riggs et al. (2000) falam de eventuais variáveis moderadoras que podem limitar os efeitos da exposição a modelos violentos na família de origem, embora não tenha sido dada muita atenção à especificação destes fatores.

b) Historial de violência conjugal

O'Leary et al. (1989) num estudo longitudinal (3 anos), com casais prestes a casarem-se, encontraram evidência de que a violência é relativamente estável ao longo dos primeiros anos de casamento (n=272). Dentro de um conjunto de homens que já eram agressores antes do casamento, 51% continuaram com atos violentos contra a mulher nos 18 meses seguintes ao casamento. Por sua vez, um homem que antes de casar nunca tenha sido violento contra a parceira apresenta 15% de probabilidade de o vir a ser nos próximos 18 meses. Thompson et al. (2001) encontraram evidência de que o abuso físico antes do casamento pelo mesmo parceiro é um fator de risco relevante para a violência conjugal (X^2 (1, N=1946) = 381.98, p < .001).

A maioria dos casais experiencia algum nível de conflito verbal. A violência verbal pode ter um impacto tão forte quanto a física, podendo até levar a atos de violência mais graves. É também de salientar que o uso de ameaças e comportamentos agressivos estão positivamente correlacionados com a prática de violência física. Identifica-se, assim, uma espécie de *continuum* de violência (palavras, ameaças, comportamentos), cuja gravidade pode aumentar ao longo do tempo (Sugarman, Aldarondo & Boney-McCoy, 1996).

Também o relato de violência em relacionamentos anteriores é um fator de risco para a perpetração de violência conjugal numa relação atual. O estudo de Walton-Moss, Manganello, Frye e Campbell (2005) revela que detenções anteriores por violência conjugal são um preditor forte de violência conjugal futura (AOR = 2.66, p = .004). Na meta-análise de Stith et al. (2004) o historial de violência física conjugal no passado está correlacionado com o uso deste tipo de violência no presente (r =.24).

c) Fatores ligados ao relacionamento

i) Satisfação marital

Sugarman e Hotaling, (1989) referem que os agressores tendem a estar menos satisfeitos com o relacionamento do que os sujeitos não-violentos. Contudo, salienta-se que numa grande proporção dos casos em que ocorre violência nas relações conjugais, não há

insatisfação marital reportada (Brinkerhoff & Lupri, 1988) e isto torna-se ainda mais evidente quando a relação ainda está numa fase inicial (O'Leary et al., 1989).

Na revisão de Schumacher et al. (2001), baixos níveis de satisfação marital estão associados à violência conjugal. A meta-análise de Stith et al. (2004) corrobora estes dados, na medida em que esta variável está relacionada com a violência conjugal e apresenta um *effect size* de (r = -. 30).

ii) Ciúme

O ciúme, que pode ser definido como um sentimento de ressentimento ou suspeita de um rival ou potencial rival, também está associado à violência conjugal.

Salienta-se que os ciúmes e a ameaça do abandono tendem a exacerbar os padrões de resposta dos agressores, tornando-os mais hostis e aumentando o seu nível de raiva nessas situações (Holtzworth-Munroe, Smutzler, et al., 1997; Holtzworth-Munroe & Anglin, 1991, cf. in Riggs et al., 2000).

Dutton, Ginkel, et al. (1996) encontraram associação entre os ciúmes e a violência física (r = 0.19; p < .05) e violência física severa (r = 0.19; p <.05), da *Conflict Tactic Scale* de Straus (1979), bem como com agressões ligeiras (r = 0.30, p <.01) e severas (r = 0.19, p <.05) nas subescalas da agressão da *Severity of Violence Against Women Scales* (Marshall, 1992).

Na meta-análise de Stith et al. (2004) os ciúmes apresentam um *effect size* de (r =.17), o que confirma os resultados dos estudos anteriores.

2.3 Nível Ontogénico

a) Crenças e atitudes pessoais

Segundo Wellman (1990, cf. in Polascheck, Calvert & Gannon, 2009) as ações individuais são levadas a cabo para atingir determinados objetivos e guiadas por crenças enraizadas, mais do que por um julgamento objetivo dessas ações pelos outros. As crenças normalizadoras da violência levam a uma dessensibilização para o uso da violência (Anderson & Bushman, 2002; Flood & Pease, 2009) e ao aumento do risco de violência conjugal (ibid; Guoping, Yalin, Yuping, Momartin & Ming, 2010). Assim, homens violentos têm mais probabilidade que os não-violentos para aceitar e justificar o uso de comportamentos violentos contra a companheira, em certas situações (Riggs et al., 2000).

Segundo a revisão de Schumacher et al. (2001) as atitudes legitimadoras da violência parecem estar associadas à violência conjugal física. Atitudes de aceitação da violência

perpetrada contra mulheres aumentam o risco de violência conjugal 2.17 vezes (Kantor et al., 1994, cf. in Schumacher et al., 2001).

Também os estereótipos sexuais parecem apresentar relações significativas com a violência conjugal (Telch & Lindquist, 1984, cf. in Schumacher et al., 2001).

Na sua meta-análise, Sugarman e Frankel (1996) analisaram a relação entre as atitudes em relação à violência, mulheres e papéis de género e a violência conjugal e apresentam os seguintes *effect sizes* médios: ($d = .71$, $p < .001$; $r = .33$) para as atitudes positivas face ao uso de violência; ($d = 0.54$, $p < .001$; $r = .26$) em relação às atitudes tradicionais face ao papel da mulher.

Mais recentemente, também na meta-análise de Stith et al. (2004) os resultados foram semelhantes – atitudes legitimadoras de violência ($r = .30$) e ideologias tradicionais dos papéis sexuais ($r = .29$), corroborando o que os estudos anteriores têm revelado.

b) Características psicológicas

Segundo, Holtzworth-Munroe, Bates, Smutzler e Sandin (1997), os agressores conjugais parecem ter mais problemas psicológicos associados do que os não-agressores.

Como veremos a seguir, fica claro que existe sintomatologia e problemas ao nível psicológico que estão associados à perpetração de violência conjugal (e.g. Riggs et al., 2000; Walton-Moss et al., 2005). Nomeadamente, há dois tipos de desordem da personalidade que parecem estar, particularmente, associados à violência conjugal – "violent husbands may be more likely than nonviolent men to evidence personality disorders, particularly antisocial and borderline personality disorders" (Dutton & Bodnarchuk, 2005; Dutton & Starzomski, 1993; Dutton, Starzomski, et al., 1996; Holtzworth-Munroe, Bates, et al., 1997, p. 68; Riggs et al., 2000). Estes dois tipos de personalidade encontram-se consagrados no DSM-IV (APA, 2002).

Acresce que os diversos sintomas de mal-estar – disforia, depressão, ansiedade, stress pós-traumático (SPT), alguns dos quais associados à perturbação de personalidade *borderline,* estão frequentemente presentes nos estudos com agressores conjugais.

i) Personalidade *borderline* e sintomas associados

Segundo o DSM-IV (APA, 2002) pessoas com personalidade *borderline* podem possuir sintomas psiquiátricos de natureza diversa (afetiva, impulsiva, interpessoal e/ou cognitiva). A personalidade *borderline* (BP), é diagnosticada pela presença de pelo menos cinco dos seguintes critérios: i) a tendência para a instabilidade afetiva e reatividade intensa do humor (e.g. episódios de disforia, irritabilidade ou ansiedade) ii) a tendência para o

estabelecimento de relações interpessoais instáveis e intensas, caracterizada por extremos (idealização e desvalorização ou amor e ódio, etc.); iii) a instabilidade do eu (e.g. autoimagem, gostos e valores instáveis); iv) sentimentos crónicos de vazio e tédio; v) a ansiedade face ao abandono e intolerância de estar sozinho, o que faz com que o sujeito leve a cabo grandes esforços para o evitar; vi) o recurso frequente a atos dramáticos de automutilação e suicídio ou atos violentos contra o parceiro, em vez de atos contra si mesmo; vii) a raiva intensa e de difícil controlo; viii) a impulsividade relacionada com áreas prejudiciais à pessoa e geralmente ligada exageros (e.g abuso de substâncias, promiscuidade, gastos financeiros, condução perigosa, etc.) e ix) sintomas de dissociação (APA, 2002; Gunderson, 2001; Lieb, Zanarini, Schmahl, Linehan & Bohus, 2004).

No estudo de Hamberger e Hasting (1991) os agressores obtiveram valores médios mais elevados do que os sujeitos não-violentos na subescala *Borderline* do MCMI - *Millon Clinical Multiaxial Inventory* (Média= 9.4, SD=7.2; Média = 4.8, SD= 4.2, respetivamente; $F = 12.17$, $p < 0.001$).

Dutton, Starzomski et al., (1996) também apresentam *scores* mais elevados para os agressores (Média = 71) do que para os não-agressores (Média = 59.9), no instrumento de autorrelato sobre a organização da personalidade *borderline* ($t_{score} = 3.31$, p= .001).

Maurício, Tein e Lopez (2007) (n=127) encontram correlação significativa positiva entre as características de personalidade *borderline* e a violência física (.36, $p < .01$) e psicológica (.57, $p < .01$) numa amostra de agressores conjugais.

Note-se ainda que relativamente aos sintomas de mal-estar psicológico, como a depressão, a ansiedade (Hamberger & Hastings, 1986) e o *stress* pós-traumático (Riggs et al., 2000), apresentam-se, em alguns estudos, como relacionados com a violência conjugal.

Estudos com amostras clínicas de agressores conjugais demonstram que estes sujeitos apresentam valores de sintomatologia depressiva superiores aos indivíduos não-violentos (e.g. Julian & McKenry, 1993; Maiuro, Cahn, Vitaliano, Wagner & Zegree, 1988). Hamberger e Hastings (1991) encontraram na escala da depressão do MCMI uma média de 7.6 (S.D = 5,7) para o grupo de agressores, por comparação a uma média de 4.8 (S.D = 3.3) no grupo não-violento.

Pan et al. (1994, cf. in Riggs et al., 2000) através de uma regressão logística, concluíram no seu estudo que um aumento de 20% dos sintomas depressivos está associado a um aumento de 30% do risco de violência conjugal menos severa/leve (e.g., agarrar, empurrar) e a um aumento de 74% do uso de violência severa.

Na meta-análise de Stith et al. (2004) a depressão apresenta um *effect size* de (r =.23).

Estudos com agressores conjugais também encontram uma relação entre ansiedade e violência conjugal. Por exemplo, Hamberger e Hastings (1991) apresentam valores elevados para a ansiedade (Média = 8.0; SD = 6.2) no grupo violento, evidenciando uma diferença significativa em relação ao grupo de controlo utilizado (Média = 4.8; SD = 3.7).

É ainda de referir que a maioria dos estudos refere uma etiologia traumática para a personalidade *borderline*, no sentido de que um historial de trauma na infância (e.g. abuso físico, sexual ou testemunho de violência física) está muito relacionado com o desenvolvimento deste tipo de personalidade (Lieb et al., 2004; Susan, Kenneth & Naomi, 1990). A literatura refere uma associação entre a personalidade *borderline* e a experiência de *stress* pós-traumático (Riggs et al., 2000).

Os estudos indicam que sujeitos com *stress* pós-traumático (SPT) têm um risco considerável de desenvolver comportamentos violentos nas relações íntimas. Jordan et al. (1992) através da análise dos dados de um inquérito - *National Vietnam Veterans Readjustment Survey* e de entrevistas com os sujeitos e as suas parceiras, avaliaram a variedade de problemas maritais e familiares destes sujeitos, encontrando evidência de que os sujeitos com sintomas de SPT têm mais probabilidade de reportar atos de violência do que aqueles que não apresentam esta sintomatologia.

Ainda no estudo de Jordan et al. (1992), no *Standard Family Violence Index a* média para agressores sem SPT é de .54, por comparação com agressores com SPT que têm uma média superior, de 2.08 (X^2 (l, N = 372) = 9.3, p = .002). Também as respetivas parceiras reportam mais violência nos casos em que há SPT do que nos que não há (Média = 1.57 e .51, respetivamente. X^2 (l, N = 373) = 19.18, p < .001). Quanto ao número médio de atos violentos perpetrados no último ano (incluindo ameaças) no caso dos agressores com SPT era de 4.86, em relação a 1.32 nos sujeitos sem SPT (X^2 (l, N = 372) = 8.13, p = .004).

Outros estudos têm chegado a conclusões similares, como Riggs, Byrne, Weathers e Litz (1998) que concluem que agressores com SPT evidenciam mais problemas no relacionamento - X^2 (1, N = 50) = 8.19, p < .005, por comparação com agressores onde não existe desordem de SPT (72% e 24%, respetivamente).

ii) Personalidade antissocial e sintomas associados

A personalidade antissocial, segundo o Manual de classificação das desordens psiquiátricas (DSM-IV-TR), caracteriza-se por: i) falta de conformidade às normas sociais convencionais, praticando comportamentos ilícitos, ii) defraudação, indicadas por repetidas

mentiras, uso de apelidos, ou enganar outro para lucro pessoal ou prazer iii) impulsividade ou falha em se projetar no futuro, iv) irritabilidade e agressividade (repetidas lutas corporais ou agressões), v) descuido face à sua segurança ou de terceiros, vi) irresponsabilidade consistente, indicada por falhas repetidas para manter o comportamento de trabalho consistente ou honrar obrigações financeiras e vii) falta de remorso (indiferença ou racionalização do mal provocado a terceiros. APA, 2002).

Os indivíduos com Transtorno de Personalidade Antissocial podem também experimentar disforia, incapacidade de tolerar o tédio e humor deprimido. Podem ainda ter associados outras perturbações como sejam de ansiedade, depressivas, relacionadas com substâncias, de somatização, jogo patológico e outras ligadas ao controlo dos impulsos. Também têm, frequentemente, características de personalidade que satisfazem os critérios para outros Transtornos da Personalidade, particularmente, o Transtorno da Personalidade *Borderline*. No entanto, tendem a apresentar menor instabilidade emocional e maior agressividade do que aqueles com Transtorno da Personalidade *Borderline* (ibid.).

Swogger, Walsh e Kosson (2007) procuraram distinguir os agressores dos não-agressores, numa amostra (n=172) de sujeitos a cumprir pena de prisão e em que todos preenchiam três ou mais dos critérios de personalidade antissocial acima referidos. Os autores concluem que os agressores domésticos têm maior número de ofensas por outros crimes (que não violência doméstica) do que os não-agressores (OR = 1.14, 95%, IC = 1.04-1.24, p =.01).

Maurício et al. (2007) no estudo com agressores conjugais masculinos (n=127), mostram que as características de personalidade antissocial se encontram correlacionadas com a violência física (.36, $p < .01$) e com a violência psicológica (.47, $p < .01$).

Segundo, Holtzworth-Munroe e Stuart (1994) os investigadores que se focam na personalidade têm-se concentrado em várias das suas dimensões que podem interagir e contribuir para o comportamento agressivo e antissocial, sendo uma delas a impulsividade.

A impulsividade aumenta o risco de levar a cabo comportamentos antissociais (ibid.). Segundo Millon (1987, p. 29, cit. in Babcock, Green, Webb & Yerington, 2005, p. 446) "individuals who score high on the Antisocial subscale tend to engage in duplicitous or illegal behavior and are irresponsible and impulsive". Com base na literatura científica, os indivíduos impulsivos têm maior probabilidade de ser excessivamente sensíveis a recompensas, ter dificuldade em controlar o comportamento mesmo que lhe esteja associada uma potencial punição e têm propensão para a busca constante de experiências novas e de sensações. Essas

hipóteses são potencialmente relevantes para a violência conjugal, especialmente no caso dos agressores *geralmente violentos ou antissociais* (Holtzworth-Munroe & Stuart, 1994).

No entanto os estudos, tendem a não estudar diretamente a impulsividade (ibid.). Geralmente, focam-se nas variáveis relacionadas com essa característica (e.g. raiva/hostilidade, abuso de substâncias, comportamento criminal, recurso à violência sobre influência de álcool ou drogas). Por exemplo, a raiva/hostilidade parecem refletir problemas ao nível da impulsividade e são referidas como preditores consistentes da violência conjugal e associadas aos ofensores *antissociais ou geralmente violentos* (Barbour, Eckhardt, Davison & Kassinove, 1998; Eckhardt et al., 1997; Hershorn & Rosenbaum, 1991, cf. in Holtzworth-Munroe & Stuart, 1994; Holtzworth-Munroe & Stuart, 1994; Maiuro et al., 1988; McKenry et al., 1995). Riggs et al. (2000) afirmam, ainda, que os agressores conjugais tendem também a ser menos assertivos, respondendo às situações, nomeadamente de conflito, com níveis superiores de raiva e hostilidade, por comparação a indivíduos não-violentos.

Contudo, os valores de encontrados apresentam alguma dispersão, situando-se entre (r = 0.18) e (r = 0.52), conforme o estudo e as medidas utilizadas na sua medição (Schumacher et al., 2001). A meta-análise de Stith et al. (2004) apresenta um *effect size* para raiva/hostilidade de (r =.26).

Saliente-se ainda que, geralmente, os indivíduos que se encontram acompanhados pelo sistema de justiça tendem a obter *scores* mais elevados nestas características, que os não-violentos, nas várias medidas utilizadas para medir as duas dimensões (Schumacher et al., 2001).

c) Consumo de substâncias

O abuso de álcool e drogas tem sido associado à violência conjugal em vários estudos (e.g., Almeida, 2009; Field et al., 2004; Kyriacou et al., 1999; Lehmann & Krupp, 1984; Thompson et al., 2001; Walton-Moss et al., 2005).

Os agressores conjugais em comparação com os não-agressores revelam níveis de consumo de álcool superiores (Hanson et al., 1997, cf in Hage, 2000). No caso dos sujeitos sinalizados pelo sistema de justiça há uma associação significativa entre os problemas relacionados com consumo de álcool e a violência (Hamberger & Hastings, 1991; Julian & McKenry, 1993).

Leonard et al. (1985, cf. in Riggs et al., 2000) encontraram níveis de agressão conjugal cerca de três vezes superior (44%) do que nos indivíduos sem desordens ligadas ao consumo

dessa substância (14%). Segundo Leonard e Blane (1992), em cerca de 50% a 70% dos casos de violência conjugal o abuso crónico de álcool está implicado. Por sua vez, Murphy e O'Farrell (1994, cf. in Riggs et al., 2000) referem que numa amostra de sujeitos casados, em tratamento para problemas relacionados com álcool, 66% admitiram ter levado a cabo atos de violência contra a parceira.

Barnett e Fagan (1993) analisaram a quantidade e frequência do consumo de álcool nos sujeitos acompanhados pelo sistema de justiça, em vez da simples existência ou não de problemas relacionados com esta substância. Os autores referem que estes sujeitos reportam um consumo de álcool significativamente maior, em termos de quantidade (F_{ratio}= 6.98, p ≤ .001), do que os grupos de controlo de sujeitos não-violentos. Contudo, em termos de frequência não há grande diferenciação entre os grupos.

Chermack et al. (2008) apresenta uma relação positiva significativa entre consumo de álcool e violência conjugal física (OR = .98, IC= .95-1.00, p < .05).

Na meta-análise de Stith et al. (2004), o *effect size* calculado para o consumo de álcool é de (r =.24).

No que respeita à dependência de drogas, os indivíduos que estão no sistema de justiça por crime de violência contra parceiro íntimo têm scores significativamente mais elevados de dependência desta substância.

Hamberger e Hastings (1991) obtiveram no grupo violento uma média de 17.9 (SD=5.4) e no grupo de controlo de 13.8 (SD=5.2) para o consumo de droga.

Chermack et al. (2008) também encontram uma associação positiva significativa entre uso de drogas pelo sujeito e o recurso à violência conjugal (e.g. para o consumo de cocaína apresenta um OR= .96, IC = .93-.99, p <.01).

A meta-análise de Stith et al. (2004) para o uso ilícito de droga apresenta um *effect size* de (r =.31).

Síntese

É de salientar que as características dos agressores se encontram mais relacionadas com a perpetração da violência conjugal do que as da vítima, estando mais forte e frequentemente associadas com o comportamento violento. Isto vem reforçar, mais uma vez, a importância de nos concentrarmos não só sobre a mulher e no estudo das suas características, como até aqui muitos estudos tinham feito, mas nas características do sujeito e nos fatores de

risco para a violência conjugal – identificando-os e intervindo (Hotaling & Sugarman, 1990; Widiger & Mullins-Sweatt, 2004).

A eficácia dos programas específicos para violência conjugal também depende de um melhor entendimento desses fatores de risco e dos processos envolvidos no despoletar deste tipo de comportamento para que a prevenção e intervenção possa iniciar-se o mais cedo possível (Carlson, 2005; Walton-Moss et al., 2005). Os estudos mencionados anteriormente podem ser úteis a este nível.

Embora tenham sido encontrados vários fatores de risco que estão associados à violência conjugal, os resultados entre os vários estudos por vezes são contraditórios ou pouco consistentes, o que torna difícil para condensar as informações de um modo mais geral sobre o tema (Stith et al., 2004).

Assim, os agressores conjugais por comparação aos sujeitos não-violentos tendem:

i) ao nível do exosistema: a apresentar menores níveis de educação, emprego e baixos recursos económicos;
ii) ao nível do microssistema: revelam maiores níveis de desajustamento na relação conjugal (e.g. historial de violência conjugal, ciúmes);
iii) ao nível ontogénico: tendem a apresentar atitudes tolerantes face à violência conjugal e ideologias tradicionais acerca dos papéis sexuais, traços de desordens da personalidade (particularmente, antissocial e *borderline*) e problemas relacionados com o abuso de substâncias – álcool e/ou drogas (Dutton & Bodnarchuck, 2005; Henning, Jones & Holdford, 2005; Holtzworth-Munroe, Bates et al., 1997; Saunders, 1992; Stith et al., 2004).

É, ainda, importante ressalvar que os problemas psicológicos que têm sido associados à violência conjugal estão muitas vezes relacionados uns com os outros. Por exemplo, o abuso de substâncias e a depressão estão, muitas vezes associados ao distúrbio de *stress* pós-traumático (Shalev et al., 1998). Da mesma forma, que o tipo de personalidade *borderline* é muito associado a uma etiologia traumática, aparecendo correlacionado com sintomas de transtorno de *stress* pós-traumático (Lieb et al., 2004).

Salienta-se, por fim, que a violência conjugal resulta de um conjunto multifacetado de comportamentos e as agressões físicas podem não ser um fenómeno homogéneo, por isso, alguns fatores podem ser relevantes para certos tipos de agressão contra o parceiro, mas não para outros.

Capítulo 3 - Tipologias de agressores conjugais

1. O estabelecimento de tipologias de agressores conjugais

O capítulo anterior focou-se nas diferenças entre agressores e indivíduos não violentos para encontrar fatores de risco. Neste capítulo vamos apresentar os estudos que analisaram as diferenças entre agressores conjugais, originando diferentes tipos, uma vez que a evidência empírica revela a heterogeneidade dos agressores conjugais (Kroop, 2008 cf. in Soeiro, 2010; Thijssen & Ruitter, 2011). É, por isso, importante olhar para essas diferenças, em vez de as ignorar (Gonçalves, Cunha & Dias, 2011; Holtzwoth-Munroe & Meehan, 2004).

Hotaling e Sugarman (1990), também salientam a importância do estudo das características dos agressores conjugais. Os autores afirmam que há maior suporte e consistência na relação entre as características dos agressores e o seu comportamento violento face às parceiras, por comparação ao estudo das características das vítimas que parece ter menor relação com a violência exercida pelos companheiros. Também Boeke e Markman (1992, cf. in Holtzworth-Munroe & Stuart, 1994) ao estudarem as interações entre casais violentos, referem que a maior parte das diferenças encontradas entre os casais tem a ver com diferenças relativamente ao comportamento violento ou não-violento do homem.

Conclui-se, portanto, que o estudo das características e diferenças existentes entre os indivíduos violentos é importante sob dois pontos de vista: i) comparando-os com indivíduos não-violentos – aqui a investigação centra-se nos fatores de risco, considerando os agressores como um todo homogéneo e ii) comparando-os entre si – neste caso estaremos a focar-nos no estudo das tipologias, buscando a diferenciação.

Isto ajudará a perceber a dinâmica da violência conjugal, mas também a identificar os diferentes processos subjacentes à violência (Holtzworth-Munroe & Meehan, 2004). A diferenciação de tipos de agressores conjugais será também importante numa perspetiva de intervenção, devendo esta ser orientada pelos princípios do risco, necessidade e responsividade (Andrews & Bonta, 2006). O encaminhamento para programas apropriados às características dos agressores permitirá melhorar os resultados em termos da sua eficácia, frequência dos agressores e de reincidência conforme sugere o estudo de Huss e Halston (2008).

Atualmente, a pesquisa científica com ofensores conjugais coloca uma questão ainda mais complexa, que é a de saber o que funciona na intervenção com estes sujeitos, com que tipos de agressores funciona e em que circunstâncias (Cavanaugh & Gelles, 2005).

Contudo, a revisão da literatura, mostra que já nos anos 70 foram realizados estudos que procuram estabelecer tipologias de agressores conjugais. O de Elbow (1977 cf. in Saunders, 1992), por exemplo, estabeleceu uma tipologia que diferenciava quatro tipos de agressores – *controller*, *defender*, *approval seeker* e *incorporator*, contudo, não foi empiricamente validada (ibid.). Vários foram os estudos que se seguiram com o objetivo de diferenciar os agressores conjugais e constituir tipos (Gottman et al., 1995; Saunders, 1992; Tweed & Dutton, 1998), particularmente, nos anos 90 (Johnson et al., 2006).

Holtzworth-Munroe e Stuart (1994) referem duas estratégias usadas nos estudos que procuram estabelecer tipologias de agressores conjugais: estratégia racional/dedutiva e empírica/indutiva. Na primeira os investigadores descrevem tipos de agressores com base na sua observação/experiência clínica ou dividem os indivíduos por grupos com base numa especulação teórica *a priori* e comparam-nos entre si; nos estudos empíricos/indutivos é levada a cabo uma análise de *clusters* para identificar subtipos de agressores, muitos destes estudos construíram os grupos com base na utilização de testes/instrumentos padronizados (p.e. *Millon Clinical Multiaxial Inventory* ou *Minnesota Multiphasic Personality Inventory*), sendo que estas tipologias têm-se centrado muito na psicopatologia e desordens de personalidade (ibid.)

O estudo mais conhecido é o de Holtzworth-Munroe e Stuart (1994) em que os autores estabeleceram uma tipologia de agressores conjugais com base na revisão de 15 estudos tipológicos e, mais tarde, realizaram o teste empírico à mesma (Holtzworth-Munroe, Meehan, Herron, Rehman & Stuart 2000). Estes autores são muito referenciados quer pelas preocupações metodológicas quer pelas conclusões alcançadas (Huss & Halston, 2008; Saunders, 2004).

Ainda na atualidade, a tipologia de Holtzworth-Munroe e Stuart (1994) continua a ser alvo de discussão na literatura científica e continuam a ser inúmeros os estudos que se debruçam sobre a questão das tipologias de agressores conjugais. Os estudos mais recentes comparam os seus resultados com os da tipologia de Holtzworth-Munroe e Stuart (1994) e, de certa forma, ainda que com designações diferentes para os grupos encontrados, acabam por confirmar alguma semelhança entre eles (Cavanaugh & Gelles, 2005; Holtzworth-Munroe & Meehan, 2004; Huss & Halston, 2008; Johnson et al., 2006).

2. Revisão de estudos tipológicos

Existem vários estudos internacionais que apresentam tipologias de agressores conjugais. Serão apresentados, nesta secção, alguns desses estudos, descrevendo as tipologias encontradas, bem como as principais características que as diferenciam.

Tal como referido anteriormente, já nos anos 70 alguns autores deram a conhecer à comunidade científica os seus estudos tipológicos.

Podemos nesta altura referir as tipologias de Elbow (1977, cf. in Saunders, 1992) e de Mott-McDonald (1979, cf. in Saunders, 1992). Contudo, ambas foram estabelecidas com base na observação clínica.

Por um lado, Elbow (1977, cf. in Saunders, 1992) apresenta quatro tipos de agressores conjugais: o *controller*, que usa a parceira como um objeto e exerce controlo sobre ela; o *defender*, em que há um misto de amor-ódio e uma dependência do agressor em relação à aceitação e perdão da parceira; o *approval seeker*, que procura reforçar a sua autoimagem e o *incorporator*, que vê a parceira como parte de si mesmo. No entanto, a sua tipologia não foi empiricamente validada.

Por outro lado, Mott-McDonald (1979, cf. in Saunders, 1992) apresenta uma tipologia dicotómica: os *hitters* e os *batterers*. Em termos gerais, o que os distingue é que os agressores do tipo *hitter* tendem a assumir maior responsabilidade pelo comportamento violento e a avisar a vítima do acumular e do aumento da raiva, enquanto os do tipo *batterer* são violentos com maior frequência e gravidade, usam mais a ameaça e recusam-se a assumir responsabilidade pelos seus atos.

Também Sweeney e Key (1982, cf. in Saunders, 1992) encontram dois grupos semelhantes aos de Mott-McDonald (1979, cf. in Saunders, 1992). O tipo *infrequent batterer* assemelha-se ao *hitters* e *o tipo frequent batterer aos batterers.* Estudos empíricos posteriores vieram confirmar a possibilidade desta divisão entre os agressores.

Assim, os *batterers* estariam mais associados a um grupo geralmente violento que exerce violência de modo mais frequente e severo e têm maior probabilidade de ter problemas ligados ao abuso de álcool (Shields, McCal1 & Hanneke, 1988, cf. in Saunders, 199*2),* traços de dominância, menos probabilidade de procurar ajuda (Brisson, 1982, cf. in Saunders, 1992), ter uma visão mais tradicional do papel da mulher (Rosenbaum & O'Leary, 1981, cf. in Saunders, 1992) atitudes a favor do uso de violência, estilo de vida criminal, relacionamentos extraconjugais (Shields, McCal1, & Hanneke, 1988, cf. in Saunders, 1992) e mais probabilidade de terem sido vítimas de abuso na infância (Caesar, 1986 cf. in Saunders,

1992). Os *hitters* assemelhavam-se mais a um tipo de agressores limitados à família e apresentariam sinais de dependência (como a ideação suicida perante uma situação de divórcio), sendo um grupo capaz de mostrar maior afeição e remorso depois da violência.

Nos anos 80, outros autores continuam a distinguir os agressores conjugais. Caesar (1986, cf. in Saunders, 1992), embora usando uma amostra de pequena dimensão, distingue três tipos de agressores: *tyrant, exposed rescuer* e *non-exposed altruist.* O primeiro tipo é similar ao grupo geralmente violento ou *batterer* que falamos anteriormente. No seu estudo estes sujeitos apresentam traços de personalidade psicopática e paranoide, nas escalas do *Minnesota Multiphasic Personality lnventory* – MMPI, assim como o recurso ao medo para controlar a companheira e baixos níveis de remorso.

O tipo exposed rescuer apresenta maior probabilidade exposição à violência interparental na infância, tende a guardar ressentimento e a ter dificuldades em exprimi-lo, a ter problemas com o abuso de álcool, a sentir remorso pelos seus atos violentos. Tem um forte desejo de dependência da companheira em relação a si mesmo.

Por último, o grupo *non-exposed altruist* tende a inibir a raiva, a querer agradar à companheira e a apresentar alguma ambivalência no que respeita à dependência na relação.

Gondolf (1988) também propõe uma tipologia tripartida, através de uma amostra de 550 mulheres residentes em casa-abrigo que relatam a sua experiência de vitimação (violência exercida pelos parceiros e o contexto). Os três tipos encontrados foram: *typical batterers*, *sociopathic* e *antisocial batterers*.

Os *typical batterers* têm os menores níveis de violência verbal, física e sexual, tendência a desculpabilizar-se após o episódio violento e têm menor probabilidade de ter problemas relacionados com álcool ou antecedentes criminais. São, por isso, mais parecidos com os agressores limitados à família ou *hitters*. O Segundo grupo, *sociopathic* (apenas 7% da amostra) pratica as ofensas mais graves, tem maior contacto com o sistema de justiça criminal, tendem a ser violentos fora de casa e maior probabilidade de abusar sexualmente da sua companheira e a exercer violência física sobre os filhos. Tendem também a ter problemas ligados ao abuso de álcool. Por ultimo, o grupo *antisocial* que também revela níveis de violência grave, com grande probabilidade de recorrer a armas, sendo o segundo grupo com maior probabilidade de causar lesões.

Na década de 90, alguns dos estudos realizados tiveram em linha de conta preocupações metodológicas importantes, por exemplo: i) não se limitaram ao uso de

amostras clínicas ou de indivíduos muito violentos[23], mas incorporaram sujeitos da comunidade; ii) o uso de mais do que um grupo de comparação (e.g. casais não-violentos com e sem problemas na relação); iii) analisaram variáveis de diversa ordem (e.g padrões de comunicação, atitudes, características da personalidade ou fisiológicas, etc.); iv) combinaram métodos de recolha de dados diversificados (observação, inquéritos e instrumentos psicológicos) e v) alguns deles, seguiram as amostras ao longo do tempo.

Esses estudos vieram impulsionar uma série de investigações produzidas posteriormente, servindo ainda hoje como estudos de referência quando se trata de abordar as tipologias de agressores conjugais. Um desses exemplos é o estudo de Holtzworth-Munroe e Stuart (1994) que será abordado apenas na secção seguinte.

É também de destacar outros estudos relevantes, como Saunders (1992), Gottman et al. (1995), Tweed e Dutton (1998).

Saunders (1992) estabeleceu a sua tipologia com base nos dados recolhidos de 182 homens que aguardavam avaliação para integração em programa específico para agressores. O autor distingue três tipos de agressores, através da análise de *clusters*: o *family-only*, o *generally-violent* e *emotionally volatile*.

O primeiro grupo é o que reporta menores níveis de violência fora do contexto familiar. Neste grupo, os sujeitos tendem a reprimir os seus sentimentos, mas não são, contudo, emocionalmente voláteis. Reportam também os menores níveis de abuso na infância, maior satisfação no relacionamento e atitudes relativamente liberais sobre os papéis de género. Apenas ocasionalmente abusam de álcool, o que resulta, muitas vezes em detenções apenas por condução sob efeito dessa substância.

O grupo violento – *generally violent* é o que apresenta níveis de violência mais graves e que se estendem para além do contexto familiar e atitudes mais rígidas sobre os papéis de género. Neste grupo, os sujeitos têm maior probabilidade de ter sido vítimas de abuso na infância, o que poderá também estar relacionado com a fraca expressão afetiva que este grupo revela. Também apresenta elevados níveis de consumo de álcool.

O terceiro tipo – *emotionally volatile* é o que apresenta maiores níveis de medo de abandono por parte da sua parceira, ciúmes, depressão, ideação suicida e raiva. Reportam

[23] Estas amostras podem não refletir a variabilidade dos fatores de interesse nos agressores. A integração de indivíduos da comunidade na amostra pretende torná-la o mais representativa possível das características destes indivíduos (Holtzworth-Munroe, 2000). Alguns tipos de agressores serão mais comummente encontrados em amostras da comunidade do que em amostras clínicas.

elevados níveis de abuso psicológico sobre as parceiras e tendência para relacionamentos "infelizes" (Saunders, 1992, p. 272), assim como, atitudes muito rígidas quanto aos papéis de género, o que pode explicar os elevados níveis de ciúme.

Os sujeitos deste grupo reportam níveis de violência física menos graves durante a sua infância e menos violência generalizada do que o tipo de agressores *generally violent*.

Gottman et. al (1995) recorreram a uma amostra clínica de agressores conjugais violentos (n= 61 casais[24]), em relações heterossexuais e estabeleceram uma tipologia em que a varável descriminante é a reatividade do batimento cardíaco.

Os autores partiram da hipótese que a criminalidade tem uma base fisiológica. A literatura científica sugeria que baixos níveis de reatividade fisiológica estavam associados à criminalidade (Raine, 2002) e que variáveis demográficas, sociais ou académicas não mediavam esta relação (Raine, Venables & Williams, 1990 cf. in Gottman et al., 1995).

Uma característica associada aos agressores conjugais era a intensa aceleração da atividade autonómica, ou seja, estes sujeitos deveriam reportar maior nível de ativação fisiológica do que outros homens não-violentos (Dutton, 1995, p.27; Margolin et al., 1988, cf. in Jacobson et al., 1994).

Os autores (Gottman et al., 1995; Jacobson & Gottman, 1998 cf. in Langhinrichsen-Rohling, 2005) estabeleceram uma tipologia que distinguiu dois tipos de agressores: os agressores *tipo I* ou *cobra* e os agressores *tipo II* ou *pit bull*. No primeiro tipo (n=12) verificava-se uma redução do batimento cardíaco durante a interação do casal em laboratório, comparativamente com a *baseline*[25]. Contudo, correspondia apenas a 20% da amostra. No *tipo II* ou *pit bull* (n=49) verificava-se um aumento do ritmo cardíaco.

Em termos de variáveis demográficas (idade, recursos económicos, anos de casamento, número de filhos/crianças e ajustamento conjugal) não havia diferenças significativas entre os grupos. Contudo, verifica-se que os ofensores de *tipo I* têm níveis de raiva superiores aos do *tipo II*, mas não são tão violentos no âmbito da relação como os ofensores de *tipo II*, sendo contudo, mais violentos fora do contexto conjugal. Os ofensores do *tipo I* podem iniciar uma discussão com elevados níveis de agressividade e vão reduzindo ao longo do conflito, enquanto o *tipo II* aumenta esses níveis (Gottman et al., 1995). Além disso, os resultados demonstram ainda uma maior probabilidade dos ofensores de *tipo I* terem

[24] Legalmente casados.

[25] Medida num primeiro momento em que os sujeitos estavam relaxados com os olhos fechados durante 2 minutos, para que fossem obtidos os valores *baseline* das várias medidas fisiológicas utilizadas (Gottman et al., 1995).

sido testemunhas de violência física interparental na infância, revelar traços de antissocialidade e dependência de drogas (ibid.).

Tweed e Dutton (1998), mais centrados na psicopatologia e nos níveis de violência física, dividiram os agressores conjugais em dois grupos: *os instrumentais* (*tipo I*) e os *impulsivos* (*tipo II*). Os autores recolheram informação de uma amostra de 79 agressores, do sexo masculino, que tinham exercido violência física sobre a parceira e estavam sinalizados para frequentar um programa para agressores domésticos. Estes autores usaram a análise de *clusters* para a formação dos dois grupos de agressores.

O tipo *instrumental* (n=32) apresenta maior frequência e níveis superiores de violência física severa, bem como valores elevados nas escalas da antissocialidade, agressividade e narcisismo do MCMI- II. Este grupo apresenta valores baixos nas escalas relacionadas com o afeto, o que sublinha o seu carácter frio e *instrumental*.

Por sua vez, o tipo *impulsivo* (n=38) apresenta maiores sinais de psicopatologia. Este grupo obteve valores significativamente mais elevados em 11 das 25 escalas do MCMI-II[26], em comparação com o tipo *instrumental*. Este grupo também mostra mais sintomas de trauma, níveis superiores de raiva e apresenta um estilo de vinculação inseguro em relação à parceira. Além disso, o grupo *impulsivo*, demonstra também tendências antissociais, no entanto, ao contrário do *instrumental* não apresenta as características típicas de uma desordem da personalidade antissocial.

Mais recentemente, têm sido realizados estudos, igualmente focados nesta distinção entre agressores conjugais (Fowler & Westen, 2011; Johnson et al., 2006) ou na validação de tipologias previamente estabelecidas (Babcock et al., 2005; Stoops, Bennett & Vicent, 2009; Thijssen & Ruite, 2011).

Johnson et al. (2006) estabeleceram uma tipologia que distinguiu quatro tipos de agressores conjugais: *low-pathology*, *borderline*, *narcissistic* e *antisocial*. Usaram uma amostra de sujeitos condenados por violência doméstica em Inglaterra (n=230) e que tinham sido sinalizados pelo sistema de justiça para integrar um programa para agressores conjugais.

[26] As onze escalas são: *avoidant, self-defeating, dysthymic, schizotypal, thought disorder, disclosure, anxiety, depression, borderline, schyzoid, debasement.*

A tipologia destes autores foi criada com base em medidas psicométricas recolhidas por autorrelato. As quatro variáveis que contribuíram para um nível de variância de 57% nos dados foram: psicopatologia, dependência interpessoal, "macho" atitudes[27] e narcisismo.

O primeiro tipo é o de *low-pathology* (n=28) caracterizado, em termos gerais por baixos níveis de psicopatologia e dependência interpessoal, mas com níveis moderados na escala do narcisismo. Apresentou elevados níveis de desejabilidade social, diferente do grupo *borderline* e a*ntisocial*. Em termos de atitudes apresenta um nível moderado de "macho" atitudes e a menor frequência no que respeita à vitimação ou abuso físico na infância e testemunho de violência doméstica. Há menos probabilidade de os membros deste grupo apresentarem ideação suicida.

O grupo *borderline* (n=65) apresenta elevados níveis de psicopatologia e de dependência interpessoal, foi devido a este último fator que a este grupo foi atribuída essa designação. Este grupo apresenta também elevados níveis nas escalas, *borderline* (significativamente superior aos restantes grupos) e na escala da depressão e ansiedade. Contudo, em termos de desejabilidade social e narcisismo é o grupo que apresenta menores valores. Apresenta os níveis mais elevados de abuso ou violência física na infância e de abuso sexual. O grupo *borderline* é também o que apresenta maiores níveis de ideação suicida atual e no passado, os menores níveis de autoestima e um locus de controlo externo maior. Tem também maiores níveis de raiva (significativamente maior que o grupo *low-pathology* e *narcissistic*). Em termos de estilo de apego apresentam um estilo caracterizado pelo medo e preocupação, superior aos outros três grupos.

O terceiro tipo é o *narcissistic* (n=29), revela elevados níveis de psicopatologia e elevados scores na escala *paranoide*. Por ser o que apresenta valores mais elevados na escala de narcisismo, foi-lhe dada esta designação ($p < .03$). Apresenta elevados níveis de desejabilidade social, contudo, este grupo cota baixo nas "macho" atitudes. Em termos de apego este grupo é significativamente diferente do grupo *borderline*, apresentando baixos níveis de medo e preocupação.

Por último, o tipo *antisocial* (n=108) é o maior grupo e cota alto em termos de psicopatologia. Este grupo distingue-se dos restantes, pois apresenta os maiores níveis na escala de antissocialidade do MCMI-III. É o grupo que tem maiores níveis de dependência de álcool e drogas. Apresenta elevados níveis no fator "macho" atitudes (elevados níveis de

[27] As atitudes "macho" derivam da escala de hostilidade em relação à mulher, do questionário de hipermasculinidade, da aceitação de violência interpessoal, esteriotipos de género e da tomada de perspetiva.

hostilidade face às mulheres, no inventário de hipermasculinidade, aceitação de violência interpessoal e papéis sexuais estereotipados), baixos níveis de tomada de perspetiva e um nível moderado na escala do narcisismo. Mais de metade destes sujeitos admitiu ter tido problemas devido a mau comportamento ao nível escolar. Este grupo tem também maior probabilidade de ter maior número de antecedentes criminais que os outros grupos.

Por último, Fowler e Westen (2011) estabeleceram uma tipologia com base nas características de personalidade dos sujeitos, utilizando a *Q factor analysis*. Foram recolhidos dados sobre uma amostra de agressores conjugais[28] (n= 59) descritos por psicólogos e psiquiatras que os acompanhavam, uma vez que estavam integrados em programas de tratamento. A tipologia destes autores é também ela composta por três tipos de agressores conjugais: *psychopathic*, *hostile/controlling* e *borderline/dependent*.

O primeiro tipo – *psychopathic*, apresenta um fraco investimento em valores morais, níveis superiores de impulsividade e falta de remorso, tendência a abusar de drogas ou álcool, e tende a manipular os outros e dominá-los por meio da violência. Este tipo usa a violência de modo instrumental, para controlar a sua parceira, tende a ser violento não só no contexto familiar e a apresentar comportamentos delinquentes ou agressivos desde infância. Tendem a apresentar sinais de uma infância complicada – testemunho de violência, vitimação física (cerca de 50%), sexual (cerca de 25%) ou intervenções do Estado por abuso ou negligência (cerca de 1/3). Na família de origem assiste-se também a elevadas taxas de criminalidade. Este grupo é o que apresenta menores níveis de funcionamento adaptativo e os piores registos em termos de emprego, o que poderá funcionar como fatores *stressores* no âmbito da relação conjugal.

O segundo grupo - *hostile/controlling* tem como principais características elevados níveis hostilidade, forte reatividade ao desprezo percebido, tendência ser controlador, entrar em lutas pelo poder, ser desconfiado, guardar rancor e sentir-se maltratado, exteriorizar culpa e provocar antipatia nos outros. Na família de origem a maioria destes sujeitos reporta alcoolismo (64%) e, muitos deles, à semelhança do grupo anterior, também têm problemas com o abuso de álcool. Contudo, este grupo apresenta níveis inferiores ao anterior em termos de testemunho ou vitimação na infância (física ou sexual).

Por último, o grupo *borderline/dependent* apresenta aspetos relacionados com uma negatividade afetiva (depressão, tendências ruminativas, e sensibilidade à rejeição) e com

[28] Neste estudo foi também constituído um grupo de sujeitos com historial de detenções mas sem relato de violência conjugal (n= 97) e outro grupo que não tinha historial de detenções nem de violência conjugal (n=57). Ambos os grupos eram constituídos por sujeitos que se encontravam em tratamento.

características da perturbação de personalidade *borderline* (desregulação emocional, sentimentos de vazio, incapacidade de se auto-acalmar, tendência de se tornar irracional perante emoções fortes e um profundo sentimento de maldade interior). Além disso, os sujeitos deste grupo tendem a ser carentes e dependentes, sentirem-se desamparados, incompreendidos, vitimizados (ibid.). Apresentam elevados níveis de ansiedade e medo do abandono, são capazes de sentir culpados pelos seus atos e pedir desculpa à vítima. Neste grupo não é comum haver um padrão de violência generalizada, nem relatos de delinquência ou agressividade na infância. Tal como o primeiro grupo, tendem a apresentar elevados níveis vitimação física (cerca de 50%) e sexual (cerca de 1/5) na infância, Contudo, o ambiente familiar de origem parece não apresentar grandes problemas.

Em suma, longe de querermos apresentar todas as tipologias existentes, percorreram-se décadas de investigação dedicadas ao estudo das mesmas e apresentaram-se as principais tipologias, mostrando-se a diversidade de critérios e métodos que os autores podem basear-se para a formação das mesmas. Segundo, Capaldi e Kim (2007) as abordagens tipológicas tornaram-se muito influentes na investigação sobre a violência entre casais.

Verificamos que muitas das tipologias foram construídas com base em amostras clínicas de indivíduos que frequentam algum programa de intervenção ou que estão sinalizados pelo sistema de justiça. Desde cedo que os tipos de agressores foram identificados com recurso a observações/instrumentos clínicos, outros autores usaram o método empírico/indutivo para chegar às diferentes categorizações, como é exemplo a análise fatorial ou a análise de *clusters*, baseadas quer em características da personalidade/ psicopatologia, quer na funcionalidade, generalidade, severidade e até em correlatos fisiológicos da violência.

Conclui-se que as tipologias distinguem dois a quatro tipos de agressores conjugais (cf. Mauricio & Lopez, 2009). Contudo, a este nível podemos ainda afirmar, à semelhança de Tweed e Dutton (1998), que há dois tipos de agressores que são comuns à generalidade das tipologias descritas: *instrumentais/antissociais* e os *impulsivos/borderline*, ainda que os tipos possam ser denominados de outras formas.

O primeiro tipo – *instrumentais/antissociais,* caracteriza-se por apresentar elevações nas escalas psicopatológicas (nomeadamente, nas escalas da antissocialidade e agressividade), supressão das respostas fisiológicas durante os conflitos com as parceiras e um padrão generalizado de violência que se estende para além do contexto familiar. O segundo tipo – *impulsivo/borderline*, embora também evidencie elevados *scores* nas escalas psicopatológicas

(como a depressão e a ansiedade), a sua violência é, geralmente, mais confinada ao espaço doméstico, no âmbito do relacionamento e apresentam um elevado medo de abandono e uma forte negatividade afetiva.

Algumas tipologias apresentam ainda um terceiro tipo de agressores conjugais que difere qualitativamente dos dois anteriores e que é, normalmente, designado como *limitado à família*. Este grupo apresenta menor frequência e severidade da violência exercida contra a parceira, não apresenta um padrão generalizado de violência (fora da família) e não evidencia sinais de psicopatologia.

Podemos ainda dividir os estudos tipológicos tendo por base o critério adotado para a formação de tipos, por exemplo, Tweed e Dutton (1998), Johnson et al. (2006) e Fowler e Westen (2011) tiveram por base a psicopatologia; Saunders (1992) acrescentou a este aspeto fatores ligados ao envolvimento na violência conjugal; Gottman et al. (1995) criou os seus tipos com base as respostas fisiológicas dos agressores durante o conflito conjugal. Assim, os vários estudos focam-se em critérios distintos para diferenciar os agressores conjugais. Note-se que há ainda outros autores que criam tipologias relacionadas com as dinâmicas violentas e motivação o uso da violência (e.g. Johnson, 1995)[29].

Conclui-se que, "the development and testing of typologies is the zeitgeist in partner-violence research" (Chase et al., 2001, p. 567, cf. in Capaldi & Kim, 2007, p. 254). No entanto, é necessária uma consideração cuidadosa na definição dos subtipos de agressores e na explicação de como esses tipos são significativamente diferentes, assim como quanto à validade e utilidade preditiva dos tipos, em termos de gravidade da violência, mas também de reincidência, na desistência dos programas e adequação das intervenções dirigidas a estes agressores.

3. A tipologia de Holtzworth-Munroe e Stuart (1994)

Nesta secção é destacada a tipologia de Holtzworth-Munroe e Stuart (1994), uma vez que os seus trabalhos são inúmeras vezes citados e considerados como os mais influentes na

[29]Para perceber a natureza da violência conjugal, não podemos abordar o fenómeno como algo unitário, devendo-se fazer essa distinção entre diferentes tipos de violência. O falhanço nessa distinção conduz a alguma literatura que pode ser pouco interpretável, acreditando-se que para diferentes tipos de violência estão subjacentes diferentes causas, padrões de desenvolvimento e consequências, requerendo também diferentes tipos de intervenção (Johnson, 2006; Kelly & Johnson, 2008). Os quatro tipos de violência determinados por Johnson (1995; 2005; 2006) distinguem-se pelo papel que a manutenção de um padrão de poder e controlo desempenha na relação e são: o "*patriarchal terrorism*", o "*common couple violence*", o "*violent resistence*" e o "*mutual violent control*" (Johnson, 1995; 2005; 2006).

área (Huss & Ralston, 2008)[30]. Os autores também tiveram em conta aspetos metodológicos importantes, como se descreve em seguida.

Holtzworth-Munroe (2000) criticou o facto de muitos estudos compararem apenas amostras de indivíduos violentos, com indivíduos não-violentos, enviesando os resultados ao admitir que os agressores constituem um grupo homogéneo. Assim, os autores procuraram diferenciar os agressores conjugais. Como já foi revisto anteriormente, a literatura científica na área tem caminhado neste sentido, pois embora partilhem o mesmo problema, é possível diferenciar subtipos de agressores conjugais violentos e diferentes funções e causas do comportamento.

Assim, estes autores, partiram de uma revisão compreensiva de quinze estudos tipológicos para a sua verificação empírica (cf. Holtzworth-Munroe et al. 2000), tendo-se preocupado com questões metodológicas a vários níveis: i) utilizaram uma amostra de indivíduos da comunidade, com dois grupos de comparação não-violentos; ii) a amostra era constituída por homens, mas também pelas suas parceiras; iii) utilizaram métodos diversos: observacionais, inquérito por questionário e instrumentos psicológicos (e.g. MCMI-III); iv) usaram diversos tipos de variáveis (e.g. observação de padrões de comunicação, personalidade, atitudes sobre a violência, abuso de substâncias e outros); v) utilizaram diferentes instrumentos para medir a mesma característica, seguindo-se análises da variância; iv) em termos estatísticos utilizaram o método de análise de *clusters*, realizando várias análises de modo a comparar e validar a classificação dos sujeitos por tipos; vi) analisaram nos diferentes tipos quais os fatores de risco mais relevantes em cada um deles; vii) mediram a desejabilidade social na amostra, conforme recomendam os estudos com esta população; e, viii) preocuparam-se com o seguimento dos sujeitos da amostra por um período subsequente de 3 anos, a fim de verificarem questões relacionadas com a estabilidade da tipologia estabelecida (Holtzworth-Munroe & Meehan, 2004; Lynam, 2004; Saunders, 2004).

Holtzworth-Munroe e Stuart (1994), propõe uma tipologia tripartida de agressores conjugais. Surgem, assim, três dimensões descritivas que permitem distinguir diferentes tipos de agressores: i) a severidade e frequência das agressões conjugais; ii) a generalidade ou extensão da violência (se apenas contra membros da família ou também face membros externos) e variáveis relacionadas como o comportamento criminal e contacto com o sistema judicial; e iii) psicopatologia e desordens de personalidade (ibid.).

[30] Outras tipologias e designações foram estabelecidas por outros autores, sendo possível encontrar pontos de contacto entre elas (conferir secção 5. deste capítulo).

Holtzworth-Munroe e Stuart (1994), no seu modelo teórico, sugerem que os agressores conjugais podem ser classificados como: *os agressores limitados à família* (LF), os *disfóricos/borderline* (DB) e *geralmente violentos ou antissociais* (GVA). Em 2000, é ainda referido um quarto grupo intermédio entre os agressores LF e os agressores GVA, o qual denominam de *agressores antissociais de menor nível* - AMN (Holtzworth-Munroe, 2000). Serão de seguida sintetizadas as características de cada grupo, com base nas três dimensões descritivas:

i) Os agressores conjugais LF (cerca de 50%) constituem o grupo menos violento, que pratica menor quantidade de atos de violência conjugal e de violência fora de casa e com pouca ou nenhuma evidência psicopatológica.

ii) Quanto aos DB (cerca de 25%) praticam uma violência moderada a severa, primeiramente dirigida à mulher, podendo existir evidência de alguma violência externa ao meio familiar. Este grupo exibirá mais dificuldades psicológicas face ao grupo anterior (sintomas de ansiedade e depressão) e mais características de personalidade *borderline* (por exemplo, grande labilidade emocional, relações interpessoais intensas e instáveis, medo de rejeição, ideação suicida e experiências traumáticas).

*iii)*O terceiro grupo, agressores GVA (cerca de 25%), é o mais violento, com elevados níveis de violência conjugal e extrafamiliar e com evidência de características de personalidade antissocial (comportamento criminal, reclusões, falhas na conformidade às normas sociais, abuso de substâncias) (Holtzworth-Munroe, 2000).

iv) O grupo dos agressores conjugais AMN, que apenas surgiu mais tarde, apresenta níveis moderados de antissocialidade, violência conjugal e violência no geral (ibid.).

4. Estabilidade das tipologias de agressores conjugais

No estudo de Gottman et al. (1995) a questão da estabilidade é referida e avaliada, mas no âmbito das relações propriamente ditas, durante um período de follow-up de 2 anos. No *tipo I* ou *cobra* os relacionamentos parecem ser mais estáveis do que os agressores do *tipo II* ou *pit bull*, uma vez que neste último grupo se verificam elevados níveis de separação-divórcio. Também Panchanadeswaran et al. (2010) aborda a questão da estabilidade nesse sentido, referindo que alguns estudos demonstram que independentemente dos elevados níveis de frequência e severidade da violência muitas mulheres continuam na relação com o agressor (e.g. Dutton, 1998, cf. in ibid.), outras decidem quebrar esse ciclo e romper com essas relações (Campbell, Miller, Cardwell & Belknap, 1994).

Ora, o sentido que aqui se pretende dar à questão da estabilidade é outro. É o de saber até que ponto os estudos realizados revelam que os sujeitos uma vez integrados num determinado tipo manter-se-ão nele ou não ao longo do tempo. Tal aponta para o acompanhamento dos sujeitos durante um certo período, através da realização de estudos longitudinais, em vez de estudos transversais (Dixon & Browne, 2003).

Nestes últimos a categorização dos sujeitos é feita em determinado momento, sem, no entanto, haver um período de *follow-up,* para se verificar se os indivíduos se mantem nessa categoria, revelando alguma estabilidade. Ou se, pelo contrário, estes sujeitos são passíveis de passar de um tipo a outro, revelando uma tendência para a mudança ao longo do tempo e apresentando variação nas medidas que servem de base à sua categorização por grupos. Com os estudos transversais mantêm-se as dúvidas relacionadas com o que mudou no comportamento ou no agressor, o como e porquê dessa mudança e as distinções entre aqueles que têm problemas crônicos ao longo do tempo e aqueles que têm problemas transitórios e que podem levar à desistência do comportamento violento (Capaldi & Kim, 2007).

No que respeita à estabilidade dos níveis de violência exercidos ao longo do tempo, autores como Saunders (1992) e Gondolf (1988) sugerem que os agressores podem passar para tipos mais violentos – escalada da frequência e severidade da violência. Por sua vez, outros estudos sobre a violência conjugal referem, por um lado, que o abuso no passado e a gravidade da violência exercida são os preditores mais fortes de futuros abusos e da continuidade da conduta violenta. De tal modo que, indivíduos com baixos níveis de violência severa não irão, necessariamente, aumentá-los ao longo do tempo. Por outro lado, a violência tende a ser menos estável nos indivíduos menos violentos (Aldarondo, 1996; Quigley & Leonard, 1996, cf. in Holtzworth-Munroe, 2000), pela tendência que têm a desistir do comportamento[31].

Isto não significa que todos os sujeitos identificados como perpetradores de violência conjugal física de baixo nível não possam escalar nos níveis de violência, mas antes que aqueles que se afigurem como pertencentes a um grupo menos violento – *limitados à família*, com poucos fatores de risco associados, muito possivelmente continuarão a exibir baixos níveis de violência ao longo do tempo. Assim como, um sujeito que embora tenha violência física de baixo nível, mas cujos fatores de risco associados estão mais ligados ao tipo

[31] Segundo Holtzworth-Munroe e Meehan (2004) no grupo LF 43% desistiram ao fim de 3 anos de *follow-up*, e no grupo AMN desistiram cerca de 23%, por contraposição aos grupos mais violentos – 7% do grupo GVA e 14% do grupo DB desistiram do comportamento violento, sendo que se mantinha o contacto com a parceira e a possibilidade de praticar atos violentos. Considera-se desistência quando nem a vitima nem o agressor reportam atos de violência na *Conflict Tactics Scale -2,* em T2 e T3.

antissocial terá maior probabilidade de escalada da violência exercida (Holtzworth-Munroe & Meehan, 2004).

Holtzworth-Munroe et al. (2003) referem que nos grupos mais violentos - DB e GVA, há uma continuidade do comportamento violento, ao longo do tempo. Estes grupos também apresentam os níveis mais elevados de violência (M=2.96, SD=1.43 e M=2.72; SD=1.38, respetivamente) por comparação ao LF e AMN (M=.91, SD =.58 e M= 1.55, SD=.58), respetivamente). O GVA tende a persistir mais no comportamento violento (Capaldi & Kim, 2007).

Ligada à estabilidade dos níveis de violência está a estabilidade das características individuais dos sujeitos que a literatura relaciona com o uso de violência.

Segundo Holtzworth-Munroe et al. (2003), os tipos vão continuar a ser diferentes ao longo do tempo, da mesma forma como inicialmente o eram em termos de psicopatologia, antissocialidade, impulsividade, competências e atitudes. As características individuais dos agressores mais violentos (e.g. antissocialidade, impulsividade e apego inseguro) são relativamente estáveis, colocando-os em maior risco de praticar violência severa. O que contrasta com os grupos menos violentos - embora a violência possa estar associada a algumas características individuais, estará também ligada a fatores diádicos (e.g. conflito marital), situações de *stress* (e.g. desemprego) e aceitação cultural de baixos níveis de violência entre os casais e não tanto a características individuais que tendem a ser mais estáveis (e.g. antissocialidade, impulsividade). Mantendo, por isso, os baixos níveis de violência[32].

Por último, verificou-se se a determinação inicial dos tipos se manteria ao longo do tempo. Holtzworth-Munroe et al. (2000) referem que nenhum estudo anterior procurou testar a estabilidade da tipologia ou a sua fiabilidade. Segundo Lynam (2004), os trabalhos de Holtzworth-Munroe e Meehan são um bom exemplo de pesquisa científica na medida em que os autores além de estabelecerem uma tipologia vão em busca da sua robustez e estabilidade que ela apresenta ao longo do tempo.

Cavanaugh e Gelles (2005, p. 162) referem que "because there are particular characteristics specific to each type that establishes thresholds distinct to each classification, it is unlikely that an offender will move from one particular type to another". Contudo, Saunders (1992) e Gondolf (1988) sugerem que cada tipo de agressor pode experienciar

[32] Níveis de violência: LF (M=.91; SD= .58), AMN (M=1.55; SD=.58), GVA (M=2.72; SD=1.38) e DB (M=2.96; SD=1.43).

diferentes fases de violência e, por isso, os tipos de agressores não devem ser entendidos como estanques ou categorias estáveis.

Holtzworth-Munroe et. al (2003) acompanharam a amostra (n= 95) por um período de follow-up de 3 anos[33]. Focaram-se, essencialmente, nas diferenças entre os valores iniciais obtidos em T1, por comparação aos resultados de T2 e T3, verificando se havia diferenças significativas na classificação dos sujeitos em subtipos, ao longo do tempo (Holtzworth-Munroe & Meehan, 2004).

Os autores concluíram que há alguma instabilidade nos grupos face à classificação inicial dos sujeitos. Mas, salientam que, quando ocorrem mudanças, a tendência é a diminuição nas medidas usadas na determinação do grupo inicial a que os sujeitos pertenciam (frequência e severidade da violência, generalidade da violência e psicopatologia). Os autores levantam várias hipóteses que podem, eventualmente, explicar isto, mas independentemente de qual delas seja, fazem notar que o facto de os níveis baixarem em cada uma das dimensões revela que estes sujeitos não passariam para tipos mais violentos ou antissociais ao longo do tempo[34].

Em termos gerais, verifica-se grande concordância entre a classificação inicial em T1 com as subsequentes: em T2 mantinham-se 58% dos sujeitos no mesmo grupo, e em T3 a percentagem é semelhante - 54% (Holtzworth-Munroe e Meehan, 2004).

Quando feita a análise grupo a grupo, verifica-se que o LF é muito estável (mais de 90%[35] dos sujeitos mantém-se no mesmo grupo entre T1, T2 e T3). Isto pode ser explicado pelo facto de neste grupo haver fraca evidência de psicopatologia ou de comportamentos violentos generalizados, bem como baixos níveis de outros fatores de risco (e.g. impulsividade ou atitudes em favor da violência).

No grupo AMN cerca de 50% mantêm-se no mesmo grupo, entre T1 e T2, mas em T3 há uma redução para apenas 1/3 dos sujeitos que revelam estabilidade. A maioria dos sujeitos classificados noutro grupo integra o tipo LF – há evidência de menores níveis de violência conjugal e antissocialidade[36].

[33] Acompanharam os sujeitos do estudo de Holtzworth-Munroe et al. (2000) e administraram os intrumentos em 3 períodos distintos - T1 (início do estudo), T2 (dezoito meses após T1) e T3 (36 meses após T1).
[34] Entre os quatro tipos os níveis de violência ao longo do tempo foram: T1 – M=2.34, SD= 1.33; T2 – M= 1.48, SD=1.57; T3 – M= 1.01, SD= 1.38. Os resultados mostram efeito significativo do tempo na classificação inicial dos sujeitos (Holtzworth-Munroe et al., 2003).
[35] Capaldi e Kim (2007) referem que este valor pode dever-se ao facto de terem considerado com sujeitos do grupo LF os indivíduos da amostra que desistiram, caso contrário, deveria ser um valor mais baixo.
[36] Antissocialidade em: T1 – M=3.00; T2 – M= 2.47; T3 – M=2.10.

No grupo GVA cerca de metade mantêm-se em T2 no mesmo grupo, mas em T3 apenas cerca de 25% mantêm-se estáveis. Os 75% integrados noutro grupo, geralmente, são reclassificados como agressores AMN ou LF, pela redução dos níveis de violência e da generalidade da mesma[37].

Estes três grupos (LF, AMN, GVA) fazem parte de um *continuum* de antissocialidade, verificando-se, na sua generalidade, uma melhoria em termos de comportamento violento ao longo do tempo [38,39].

O grupo DB é o menos estável, apenas 15 sujeitos faziam parte deste grupo em T1, em T2 nenhum sujeito encaixava neste tipo e em T3 apenas 1 sujeito se mantinha neste grupo. A maioria destes sujeitos move-se para o grupo LF ou AMN devido a uma redução do nível de medo do abandono ao longo do tempo, mas também, porque é visto como um tipo capaz de experienciar padrões cíclicos de violência e de instabilidade psicológica, bem como aumentos e decréscimos dos níveis de insegurança em termos de apego nas relações.

Por outro lado, não há razões teóricas para que os agressores do grupo DB entrem ou saiam ao mesmo tempo deste grupo. Os autores salientam também que em T1 a classificação deste grupo baseou-se apenas no medo do abandono para diferenciar do GVA e que recorrendo a outras medidas como o ciúme e o apego inseguro para identificar este grupo, verifica-se uma maior estabilidade dos indivíduos ao longo do tempo, no grupo inicialmente determinado[40].

5. Validade da tipologia de Holtzworth-Munroe e Stuart (1994)

A tipologia de Holtzworth-Munroe e Stuart (1994) tem sido alvo de sucessivos testes e comparações com outros estudos e tipologias estabelecidas que suportam, na sua generalidade as conclusões dos autores (Widiger & Mullins-Sweatt, 2004). Alguns dos estudos que a seguir se apresentam testam diretamente a tipologia desses autores, outros, embora não o fazendo deliberadamente, comparam os seus resultados com os resultados encontrados por Holtzworth-Munroe e Stuart (1994).

---

[37] Generalidade da violência em: T1 – M=2.84; T2 – M= 1.44; T3 – M= 1.10.

[38] *Family-Only* (T1 – M= 0.72, SD = .88; T2 M = 0.78, SD=1.02; T3 – M= .89, SD=.71); *Low Level Antisocial* (T1 – M= 3.00, SD 1.29; T2 M = 2.47, SD 1.36; T3 M = 2.10, SD 1.17); e *Generally violent/antisocial* (T1 - M= 3.50, SD 1.40; T2 - M= 3.36, SD 1.69; T3 - M= 3.04, SD 1.59).

[39] Os autores sugerem que em estudos futuros se verifique até que ponto as alterações verificadas na classificação inicial dos sujeitos, ao longo dos 3 anos de *follow-up* se devem efetivamente a uma mudança nos níveis de antissocialidade e à melhoria do comportamento dos sujeitos ou se refletem a instabilidade das medidas usadas para medir essa dimensão.

[40] Cerca de 50% mantém-se em T2. O que mostra que deve ser dada atenção às medidas usadas para a identificação dos tipos.

Segundo Holtzworth-Munroe et al. (2003) pelo menos 23 estudos tipológicos transversais publicados identificaram a tipologias de agressores conjugais similares às teorizadas pelos autores. Também a meta-análise de Dixon e Browne (2003) apresenta uma revisão de estudos publicados desde 1994-2001, sobre tipologias de agressores conjugais, e identifica nove estudos empíricos (Greene et al. 1994; Gottman et al., 1995; Hamberger et al., 1996, cf. in Dixon & Browne, 2003; Holtzworth-Munroe et al., 2000; Langhinrichsen-Rohlin, Huss & Ramsey, 2000; Rothschild, Dimson & Storaasli, 1997; Tweed & Dutton, 1998; Waltz, Babcock, Jacobson & Gottman, 2000; White & Gondolf, 2000) e dois estudos teóricos (Greene et al., 1997; Monson & Langhinnrichsen-Rohling, 1998) consistentes com a tipologia estabelecida por Holtzworth-Munroe e Stuart (1994).

Assim, alguns estudos recentes (e.g. Densol, Margolin & John, 2003; Holtzworth-Munroe et al. 2000; Stoops et al., 2009; Thijssen & Ruite, 2011; Waltz et al. 2000) têm testado a tipologia tripartida de Holtzworth-Munroe e Stuart (1994) e têm encontrado resultados que vão, na sua generalidade, de encontro ao que os autores teorizaram.

No estudo empírico de Holtzworth-Munroe et al. (2000) além dos 3 subtipos - LF (n= 37), o DB (n = 15) e o GVA (n = 16), foi identificado um quarto grupo de *agressores antissociais de menor nível* - AMN (n= 34), que apresenta níveis moderados de antissocialidade, violência conjugal e violência no geral.

Waltz et al. (2000) utilizou uma amostra recrutada na comunidade (n=75). Genericamente, este estudo suporta o modelo de Holtzworth-Munroe e Stuart (1994), distinguindo três grupos: *generally violent*, *pathological* e *family-only.* Contudo, os autores concluíram que os grupos *generally violent* e *pathological* não eram diferentes um do outro em termos de desordens da personalidade, pois ambos mostram elevados scores nas escalas antissocial e *borderline*, diferindo apenas do grupo *family-only*.

Densol, Margolin e John (2003) analisaram até que ponto era generalizável a tipologia de Holtzworth-Munroe numa amostra da comunidade. Usando um outro procedimento estatístico para estabelecer tipologias - *latent class analysis* os autores replicaram o estudo de Holtzworth-Munroe e Stuart (1994) com base nas suas três dimensões descritivas e encontram três grupos - *family-only*, *medium-violence*, e *generally violent/psychologically distressed* que, pelas suas características, têm correspondência com os três tipos de Holtzworth-Munroe e Stuart (1994). Verifica-se que os grupos DB e GVA não aparecem isolados, mas concentrados num só tipo - *generally violent/psychologically distressed.* As desordens de personalidade *borderline* e antissocial, neste estudo, não foram diferenciadoras de dois tipos

de agressores autónomos. No teste de Holtzworth-Munroe et al. (2000) a diferença entre estes dois grupos também era ténue, justificando-se mais pelos elevados níveis que o grupo DB apresentava no item "medo do abandono", do que nas escalas da personalidade antissocial ou *borderline*. No *follow-up* destes sujeitos este dado é confirmado (Holtzworth-Munroe, Meehan, Herron, Rehman & Stuart, 2003). O grupo *medium-violence* é semelhante ao limitado à família em muitos aspetos, mas apresenta níveis de violência mais severos.

Stoops et al., (2009) realizaram estudo tipológico com homens acompanhados pelo sistema de justiça (n=671), tendo por base as três dimensões descritivas de Holtzworth-Munroe e Stuart (1994) para a formação dos *clusters*. Os resultados a que chegaram vêm confirmar as previsões de Holtzworth-Munroe e Stuart (1994). Stoops et al. (2009) designaram os três grupos a que chegaram por: *low level criminality* (similar ao LF), *dysphoric volatile behavior* (similar ao DB) e *dysphoric general violence* (similar ao GVA).

Thijssen e Ruite (2011), através da análise de processos de agressores conjugais em *probation* (n = 146) e com recurso à análise de *clusters*, identificaram quatro tipos: *family-only*, *generally violent/antisocial*, *low-level antissocial* e *psychopathology*, semelhantes aos quatro grupos que o estudo empírico de Holtzworth-Munroe et al. (2000) apresenta.

Note-se que algumas diferenças encontradas, nomeadamente, em termos das proporções dos grupos ou das características que distinguem os tipos estabelecidos estão relacionadas com o tipo de amostra que é utilizada nos estudos. Se são amostras voluntárias com indivíduos da comunidade ou amostras clínicas de sujeitos a frequentar programas de intervenção ou de indivíduos encaminhados pelo sistema de justiça (Dixon & Browne, 2003; Johnson et al., 2006). Segundo a meta-análise de Dixon e Browne (2003), quando se trata de amostras não-voluntárias e de indivíduos enviados pelo sistema de justiça ou a frequentar algum programa encontrámos menos sujeitos no grupo *limitado à família* (37.7%) e mais sujeitos no grupo *antissocial* (36.3%), sendo que o grupo *disfórico/borderline* é o que parece não sofrer grandes alterações (23.7%). Nas amostras voluntárias os resultados são mais próximos (59.3%, 22.9%, 15.5%) para cada um dos três tipos – *LF*, *GVA* e *DB*, respetivamente, por comparação aos valores previstos por Holtzworth-Munroe e Stuart (1994) - 50%, 25%, 25% [41].

[41] Note-se que o tipo de agressores e a severidade da violência exercida será diferente de acordo com o tipo de amostra utilizada, o que se refletirá também nas necessidades que deverão ser tidas em conta na intervenção com estes sujeitos. Existem diferenças significativas entre amostras de sujeitos voluntários e encaminhados judicialmente (X^2= 9.011, df = 2, P < .02, Browne & Dixon, 2003).

Contudo, quando calculada a média global entre os diferentes estudos considerados por Dixon e Browne (2003) as percentagens são de 50%, 30%, 20%, para cada grupo, bastante semelhantes às sugeridas por Holtzworth-Munroe e Stuart (1994).

Em suma, parece haver suporte para a tipologia de Holtzworth-Munroe e Stuart (1994) na generalidade dos estudos, quer nos que se propuseram a testar a tipologia, quer naqueles que embora não o fizessem, ao estabelecer as suas próprias tipologias acabaram por comparar os seus resultados com os de Holtzworth-Munroe e Stuart (1994), concluindo que os tipos de agressores a que chegam são similares.

Verifica-se ainda que nos estudos que utilizam amostras de sujeitos não voluntários, que estão no sistema de justiça ou a frequentar algum programa a distinção é mais clara entre os grupos *geralmente violentos/antissociais* e *disfórico/borderline* do que nos estudos que usam amostras de voluntários, em que o critério psicopatologia não é tão discriminador destes dois grupos.

6. A relevância dos fatores de risco nas tipologias de agressores conjugais

Holtzworth-Munroe e Stuart (1994) salientaram a necessidade de se conhecer informações sobre os correlatos de violência dentro de cada um dos subtipos de agressores identificados para que os fatores de risco e causas de violência conjugal em cada um deles possam ser melhor compreendidos. Gondolf (1988, p. 198) já discutia a questão de que "cada tipo de agressor, nessa visão, ser[ia] suscetível de ser distinguido por um único conjunto de fatores causais".

Uma crítica apresentada aos estudos tipológicos é o uso de medidas relativamente limitadas para obter as tipologias (por exemplo, gravidade e frequência da violência, transtorno de personalidade antissocial), e outros fatores de risco potencialmente importantes tendem a ser negligenciados (Capaldi & Kim, 2007).

Assim, há uma tentativa de analisar os fatores e risco e a relevância de cada um deles nas tipologias, pois alguns fatores estarão mais ligados a certos tipos de agressores que outros. Dixon e Browne (2003) consideram importante que nos estudos os autores não se limitem à diferenciação dos agressores, mas que procurem validar as tipologias recorrendo à comparação entre elas, nomeadamente, em termos de fatores de risco (distais e proximais) para a violência conjugal.

Holtzworth-Munroe e Stuart (1994) apresentaram um modelo teórico desenvolvimental da violência conjugal, identificando as variáveis com interesse e que

poderiam ser discriminadoras dos diferentes subtipos de agressores conjugais, assumindo que estas interagem e aumentam o risco de várias formas de violência conjugal.

Holtzworth-Munroe et al., (2000) testaram esse modelo desenvolvimental recolhendo dados sobre fatores de risco distais[42] e proximais[43] como: ambiente e violência na família de origem, delinquência no grupo de pares, apego-dependência e ciúme, impulsividade, competências sociais (ao nível conjugal e não-conjugal), atitudes em relação à violência e atitudes em relação à mulher (Holtzworth-Munroe, 2000; Holtzworth-Munroe & Meehan, 2004; Saunders, 2004). Os autores consideraram também uma outra medida adicional sobre a desejabilidade social.

Segundo Stith et al. (2004) os fatores distais deveriam obter *effect sizes* menores que os proximais. Além disso, ter em conta quer os fatores distais, quer proximais presentes na vida do sujeito permitiria um trabalho mais integrador, complexo e completo para a compreensão das tipologias dos agressores conjugais (Saunders, 2004).

Quanto mais fatores de risco distais e experiências individuais deste tipo maior a probabilidade de ocorrer violência conjugal na idade adulta. A frequência da exposição a estes fatores e gravidade dos mesmos estaria diretamente ligada ao uso de formas de violência mais severas em adulto. O efeito cumulativo destes fatores, e o aumento da gravidade de cada um deles, aumenta o risco de uma violência mais generalizada e severa (e.g, grupo GVA). Isto não quer dizer que os fatores distais são fatores causais da violência conjugal, mas que estes têm influência no desenvolvimento dos fatores de risco proximais, num conjunto complexo e multifacetado de interações. Por exemplo, uma criança que tenha tido pares delinquentes, por exemplo (fator distal) terá reforçado as suas atitudes positivas face à violência e apresentará maiores *déficits* em termos de competências sociais, aumentando também o risco de desenvolver comportamentos desviantes (fatores proximais) que irão, por sua vez aumentar a probabilidade de recorrer à violência conjugal.

Apresenta-se, assim, o modelo desenvolvimental proposto por Holtzworth-Munroe e Stuart (1994) e as principais conclusões que outros estudos mais recentes têm apresentado.

[42] As variáveis distais são fatores que ocorrem na infância ou antes (por exemplo, fatores genéticos). Segundo, Flay e Petraitas (1994, cf. in Saunders, 2004) ao nível distal existem três grandes áreas: cultura e ambiente, situação social e biologia e personalidade.

[43] As variáveis proximais são características que se revelam na idade adulta e que parecem aumentar o risco de um homem perpetrar atos de violência conjugal. As crenças normativas, sentido de controlo sobre o comportamento e atitudes acerca da violência são alguns exemplos (Saunders, 2004). Comparativamente às variáveis distais, as variáveis proximais têm sido alvo de maior debate e investigação científica.

Os agressores LF terão menores níveis e fatores de risco associados. A violência resultará mais da combinação de dificuldades (pessoais, conjugais ou ambas) e com a escalada dos conflitos conjugais estes indivíduos recorrerão à violência física. Contudo, os baixos níveis de psicopatologia e de problemas relacionados e as suas atitudes positivas em relação à mulher e contra o uso da violência levarão ao remorso e ajudarão a prevenir a escalada dos comportamentos violentos (Holtzworth-Munroe, 2000; Holtzwoth-Munroe & Meehan, 2004; Holtzworth-Munroe & Stuart, 1994; Holtzworth-Munoe et al., 2000).

Quanto ao tipo DB a violência neste grupo resultaria mais de uma tendência genética para a psicopatologia, impulsividade e agressão. Os autores colocam a hipótese de os agressores virem de um ambiente ligado à rejeição e ao abuso parental e, resultado disso, é a dificuldade em estabelecerem ligações seguras, estáveis e confiáveis com uma parceira, tornando-se extremamente dependentes dela, com medo da sua perda e muito ciumentos. Recorrem à violência por não terem aprendido repostas pró-sociais e interpretarem o conflito marital como possível sinal de abandono/rejeição pela companheira. Estes indivíduos tornam-se, por isso, impulsivos, com poucas competências conjugais e atitudes hostis face à mulher e de suporte à violência, o que também dificulta o remorso e aumenta a probabilidade de escalada da violência (Holtzworth-Munroe, 2000; Holtzwoth-Munroe & Meehan, 2004; Holtzworth-Munroe & Stuart, 1994; Holtzworth-Munoe et al., 2000).

Por último, em relação ao grupo de agressores GVA, há fatores genéticos de predisposição à violência, agressividade e antissocialidade. Segundo Holtzworth-Munroe (2000) viriam de ambientes familiares onde experienciaram elevados níveis de violência e haveria uma associação com pares desviantes. Estes indivíduos seriam impulsivos, narcisistas, com poucas competências de resolução de problemas e de relacionamento (conjugal ou não-conjugal), não investindo nas relações de intimidade, revelariam ainda falta de empatia com a vítima, atitudes hostis face à mulher e considerariam a violência como um comportamento aceitável. Assim, neste grupo, a violência conjugal faz parte do uso generalizado de violência e agressividade em relação aos outros (Holtzworth-Munroe, 2000; Holtzwoth-Munroe & Meehan, 2004; Holtzworth-Munroe & Stuart, 1994; Holtzworth-Munoe et al., 2000).

Waltz et al. (2000) testaram o modelo desenvolvimental de Holtzworth-Munroe e Stuart (1994), e referem ter encontrado evidência empírica suficiente que corrobora as hipóteses dos autores. Contudo, referem que quanto à personalidade e aos estilos de apego é necessário maior pesquisa na medida em que os resultados são menos claros na distinção das tipologias, particularmente, entre o grupo DB e GVA. Os resultados do estudo de Holtzworth-

Munroe et al. (2003) vão no mesmo sentido que o anterior (Holtzworth-Munroe & Meehan, 2004).

Holtzworth-Munroe et al. (2000) ao testar empiricamente quer a tipologia quer o modelo desenvolvimental de Holtzworth-Munroe e Stuart (1994) encontraram muitas das diferenças que foram colocadas como hipótese no modelo teórico. No entanto, os autores salientam que os dados usados são de natureza transversal, e alguns acedidos retrospetivamente, podendo conter algumas imprecisões. Assim, sugerem que no futuro se desenvolvam estudos longitudinais que analisem os fatores que a literatura científica tem assumido como preditores da violência, entre amostras de adolescentes ou crianças e, posteriormente, a relação entre essas variáveis e a emergência da violência conjugal.

Parte II – Estudo empírico

Capítulo 1 – Metodologia

1. Objetivos do estudo

Com base no que a literatura científica considera relevante no estudo das características dos agressores conjugais e na compreensão da sua diversidade, pretende-se com esta dissertação prosseguir os seguintes **objetivos:**

i) Identificar a presença de fatores de risco da violência conjugal;

ii) Verificar a existência de tipos distintos de agressores conjugais;

iii) Diferenciar os tipos de agressores em termos de fatores de risco relevantes para cada um deles.

Com a realização deste estudo poder-se-á contribuir para a prevenção e, consequentemente, para o planeamento de uma intervenção mais focalizada nas necessidades criminógenas de cada tipo de agressores.

Assim, descritos os objetivos prosseguidos por este estudo, espera-se que seja possível estabelecer uma tipologia de agressores conjugais, que à partida possa apresentar alguma semelhança com os tipos estabelecidos por Holtzworth-Munroe e Stuart (1994), que diferenciaram um grupo limitado à família (*family-only*), um disfórico/*borderline* (*borderline-dysphoric*) e um geralmente violento ou antissocial (*generally violent-antisocial*).

Em termos de diferenciação dos tipos, pretende-se explorar as dimensões que melhor distinguem a tipologia.

2. Caracterização do estudo

Trata-se de um estudo de base qualitativa, com recurso à análise documental de processos. Assim, recolheu-se e analisou-se a informação necessária dos processos judiciais de agressores conjugais, que foram alvo de medida ou sanção na comunidade, pela prática de um crime de violência doméstica contra parceiro íntimo (violência conjugal), na região Norte do país. Desses processos fazem parte as peças processuais e os documentos do processo avaliativo do *Programa para Agressores de Violência Doméstica* (PAVD), levado a cabo pela equipa de investigação da entidade avaliadora externa - Cooperativa do Ensino Superior, Politécnico e Universitário (CESPU).

Das peças processuais fazem parte: o expediente remetido pelo tribunal, o guião de entrevista semiestruturada para casos de violência conjugal, relatórios produzidos pela DGRSP (pré-sentenciais, de acompanhamento (periódicos e finais) e de anomalias em alguns casos), registo das diligências efetuadas pelo técnico junto de outras entidades (OPC's, instituições de apoio à vítima, familiares do arguido, etc.) e outros documentos (normalmente, dos serviços de saúde e de OPC's).

Os documentos do processo avaliativo são: o Instrumento de Avaliação do Risco de Violência Conjugal – SARA (Kropp, Hart, Webster & Eaves, 1995; versão portuguesa de Almeida & Soeiro, 2005), a Escala de Crenças sobre Violência Conjugal - ECVC (Matos, Machado & Gonçalves, 2001), Questões gerais sobre os consumos de bebidas alcoólicas e drogas (Ewin, 1984; adaptação por Quintas, Serra & Sousa, 2010) e o Questionário de Regulação Emocional – QRE (Gross & John, 2003; versão portuguesa de Vaz & Martins, 2008).

Procedeu-se à transposição dos dados recolhidos nos processos amostrados, para uma grelha de análise documental e, posteriormente, as categorias resultantes dessa análise foram introduzidas no programa estatístico *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) *v.20* com vista ao seu tratamento quantitativo.

3. Amostra

O universo populacional é constituído pelos sujeitos, do sexo masculino, com processo judicial por crime de violência doméstica (conjugal), no âmbito de relações heterossexuais e aos quais foi aplicada a medida judicial de frequência do *Programa para Agressores de*

Violência Doméstica.[44] Este programa teve a sua fase experimental, unicamente, na zona Norte de Portugal. Entre 2009 e 2012 foi aplicada a obrigação de frequência do Programa para Agressores Domésticos a cento e setenta indivíduos. A idade média do universo populacional é de 48.14 anos de idade (SD = 11.37).

Esta delimitação deve-se ao facto de a implementação do PAVD ter-se iniciado a partir de 2009. Isto implicou que os processos começassem a ser remetidos para o Núcleo de Apoio Técnico (NAT) da Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP) da Delegação Regional do Norte (DRN) e que passasse a haver um conjunto de documentos padrão com diretrizes específicas para os casos de violência conjugal, a ser enviados para a instituição. Deste modo, é na *DGRSP da DRN* que se encontram reunidos todos os processos de todas as equipas de reinserção social da região Norte, sendo a DGRSP a instituição que acompanha e supervisiona o cumprimento da medida judicial imposta.

Por estes motivos a escolha da instituição está relacionada com fatores de conveniência que tornaram mais fácil o acesso a esse tipo de dados. Está também subjacente uma perspetiva de continuidade dos trabalhos iniciados[45] e de conhecimento da base de dados que permite monitorizar todos os casos referentes a crimes de violência doméstica.

Deste universo populacional foi extraída uma amostra com os seguintes critérios de inclusão:

i) os processos a selecionar teriam de estar disponíveis para consulta no NAT da DGRSP (N= 166)[46];

ii) teriam de ter a designação de "completo" - entenda-se por casos com documentação completa aqueles em que se encontram reunidos nos processos do NAT da DGRSP a documentação mínima para o preenchimento da grelha de análise documental: as peças processuais, os relatórios sociais e o guião de entrevista semiestruturado, preenchido com as respostas dadas pelo sujeito (N= 127) [47];

iii) teriam de ter disponível o Instrumento de Avaliação do Risco de Violência Conjugal que faz parte do processo avaliativo do programa – SARA (Almeida & Soeiro, 2005) (N= 108)[48].

[44] Desenvolvido sob a alçada da DGRSP - Ministério da Justiça e da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG). É avaliado externamente pela equipa de investigação da *Cooperativa do Ensino Superior, Politécnico e Universitário – CESPU*.
[45] Realização de estágio académico na mesma instituição entre 2010-2011.
[46] A idade média dos sujeitos em PAVD com processo acessível (n=166) é de 48.13 (SD = 11.30).
[47] A idade média dos sujeitos em PAVD com processo completo (n=127) é de 48.77 anos de idade (SD = 12.04).
[48] A idade média dos sujeitos em PAVD, com processo completo e com o instrumento de avaliação do risco do processo avaliativo (n=108) é de 48.96 anos de idade (SD = 12.43).

Dos 108 processos que cumpriam os critérios amostrais foram selecionados aleatoriamente cerca de metade (55%). A amostra final é constituída por 59 indivíduos, com idade média de 46.97 anos (SD = 11.89), a maioria dos sujeitos são casados ou unidos de facto (54.2%), com baixos recursos económicos (61%), desempregados (44.1%) e apenas com a instrução primária (44.1%).

4. Instrumentos

A recolha de dados foi feita com recurso à análise documental. Esta permite encontrar nos documentos informações relativas a aspetos que têm particular interesse para o estudo em concreto. Além de ser considerada uma fonte acessível, neste caso mediante autorização da instituição que reúne esses documentos, é também um método económico de recolha de informação. Contudo, por vezes, apresenta também algumas desvantagens que se prendem, essencialmente, com a qualidade da informação que se encontra reunida nessas fontes e a falta de objetividade e validade questionável, podendo representar escolhas abusivas, de certos aspetos a serem considerados nesses documentos.

Contudo, importa referir que a documentação a que se pretende aceder neste estudo é oficial e técnica, segue diretrizes rígidas e previamente fixadas, com modelos específicos a seguir. Alguma dela encontra sustentação na literatura científica para a problemática específica da violência conjugal. Salienta-se que a maioria dos documentos a analisar são produzidos por Técnicos de Reinserção Social, no âmbito da assessoria aos tribunais, seguindo orientações específicas quer para a avaliação dos casos de violência conjugal, através de entrevista semiestruturada com um formato específico e padronizado, quer para a elaboração dos relatórios com a memória descritiva pré-estabelecida.

Note-se que em alguns casos, a disponibilidade dos sujeitos e a sua colaboração são fatores que influenciam o modo e o tipo de informação que se consegue recolher.

É também de ressalvar que o maior problema coloca-se relativamente aos documentos externos à DGRSP, nomeadamente, dos tribunais, OPC's e instituições da rede comunitária, cuja informação nem sempre segue um formato estandardizado e se encontra completa.

4.1 Grelha de análise documental

Como já referido anteriormente os dados analisados nos processos individuais dos sujeitos foram registados numa grelha de análise documental (Anexo 1). Esta grelha foi construída com base na literatura sobre os fatores de risco relevantes para a violência

conjugal, sobre as tipologias de agressores conjugais e no conhecimento prévio do conteúdo destes processos.

Em relação à primeira área da grelha de análise documental, dados como a idade, estado civil, habilitações académicas, situação profissional e recursos económicos permitem, desde logo, traçar uma caracterização sociodemográfica dos agressores. Algumas destas características são relacionadas com a violência conjugal na literatura científica.

Na segunda área, é recolhida informação relativa à duração e estabilidade do percurso escolar e laboral dos sujeitos. No que respeita à terceira área pretende-se saber se o sujeito tem tempos-livres estruturados e/ou problemas ao nível do relacionamento social na zona de residência, sendo que estes dados constam frequentemente constam dos relatórios sociais.

Na quarta área e porque se revela um dos fatores de risco mais importantes para a prática de crime, recolhe-se informação acerca da história criminal do sujeito, designadamente, sobre o início do contacto com sistema criminal, processos e condenações anteriores e violação de medidas impostas noutros processos.

Tratando-se do estudo de agressores conjugais, a quinta área também é de extrema importância, referindo-se ao historial de violência do sujeito. Nesta área pretende-se verificar em que contexto os sujeitos recorrem à violência (dentro/fora de casa) e quais as suas vítimas.

Na sexta área – historial de relacionamentos, são registadas as informações relativas à existência de relações anteriores à que mantém/manteve com a vítima do processo e significado das mesmas para o sujeito. Também são recolhidos dados que se reportam apenas ao relacionamento a que se refere o processo atual, designadamente, sobre idade de início da relação com a vítima, satisfação marital, tipo de comportamentos violentos, intensificação e frequência desses comportamentos, crenças e atitudes do agressor face aos papéis de género e à violência, entre outras. Note-se que alguns destes itens referem-se a fatores de risco relevantes da área da violência conjugal, daí a importância de ser recolhida informação acerca dos mesmos.

Na área sete registam-se comportamentos e informações referentes ao agregado familiar de origem, entre eles destaca-se a exposição à violência interparental e a experiência de vitimação na infância, uma vez que são fatores recorrentemente analisados e relacionados com a violência conjugal na literatura científica da área.

A identificação de características psicológicas no agressor realiza-se na área oito, no sentido de se saber até que ponto os agressores conjugais possuem essas características,

embora se saiba que não há uma relação de causa-efeito. Contudo, a literatura salienta que algumas delas poderão contribuir para o desenvolvimento e manutenção da conduta violenta.

Por último, a nona área visa perceber em que medida o consumo de substâncias (álcool e drogas) está presente na nossa amostra, uma vez que a literatura também relaciona esta variável com a violência conjugal.

Cada grelha de análise de cada processo contém, logo no início, um número de identificação que é atribuído a cada caso ("ID"). Esse é o primeiro elemento da grelha a ser preenchido.

Posteriormente, cada um dos processos é analisado e é recolhida a informação necessária ao preenchimento dos itens referentes a cada uma das áreas acima referidos. A maior parte desses itens são de resposta fechada e do tipo "sim" ou "não" (e.g. processos anteriores por violência doméstica, violação de medidas processuais, satisfação no relacionamento, características psicológicas). Existem ainda outros itens cujas opções de resposta também são fechadas, mas não dicotómicas (e.g. estado civil, recursos económicos, situação profissional, consumo de substâncias).

A grelha contempla ainda alguns itens de resposta aberta (e.g. idade do sujeito, habilitações académicas, idade de contacto com sistema de justiça, tipo de relação afetiva com vítimas de violência dentro/fora do contexto familiar).

Cada um dos itens referentes a cada uma das dez dimensões da grelha de análise documental pode ser consultado no Anexo 1.

4.2 Documentos do processo avaliativo

Foram também recolhidos os dados reunidos nos documentos que fazem parte do processo de avaliação do Programa para Agressores de Violência Doméstica, os quais são de autorrelato, isto é, preenchidos pelo próprio sujeito, à exceção do Instrumento de Avaliação do Risco de Violência Conjugal que é preenchido pelo técnico de reinserção social.

Assim, foram analisados os seguintes documentos:

a) Instrumento de do Risco de Violência Conjugal - SARA

A *checklist Spousal Assault Risk Assessement* (Kropp, Hart, Webster & Eaves, 1995; versão portuguesa de Almeida & Soeiro, 2005) – Instrumento de Avaliação do Risco de Violência Conjugal é preenchida pelo técnico de reinserção social que faz o acompanhamento do sujeito durante o cumprimento da medida judicial, sendo que existe um manual específico sobre a sua utilização e formações ministradas aos técnicos.

A codificação na base de dados respeitou os procedimentos para a avaliação dos itens determinados pelos seus autores[49] (ibid.). Ressalva-se que apenas será tida em conta a primeira[50] avaliação feita com recurso ao SARA na equipa de reinserção social.

O SARA permitirá comparar facilmente os grupos em termos de fatores de risco presentes em cada uma das cinco áreas: história criminal, ajustamento psicossocial, história de violência conjugal e índice de ofensas.

b) Escala de Crenças sobre Violência Conjugal – ECVC

A Escala de Crenças sobre Violência Conjugal (Matos, Machado & Gonçalves, 2001) permite avaliar as crenças em relação à violência conjugal física e psicológica.

É composta por um conjunto de 25 itens, com escalas do tipo likert[51], podendo ser usada com a população em geral.

O somatório direto dos itens desta escala corresponde ao valor total obtido pelo sujeito na ECVC, medindo, deste modo, o grau de tolerância do sujeito relativamente ao uso de violência no âmbito das relações íntimas, do tipo físico e psicológico.

Contudo, podem também ser somados os itens correspondentes a cada uma das quatro componentes da ECVC: legitimação e banalização da pequena violência (16 itens), legitimação da violência pela conduta da mulher (10 itens), legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas (8 itens) e legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar (6 itens).

c) Questões gerais sobre os consumos de bebidas alcoólicas e drogas

Neste questionário a parte que se refere às questões sobre o consumo de álcool (adaptação por Quintas, Serra & Sousa, 2010), resulta da adaptação do Instrumento CAGE (Ewin, 1984) – cujo acrónimo significa: "**C**ut down on drinking, **A**nnoyances with criticisms about drinking, **G**uilt about drinking, and using alcohol as an **E**ye opener"[52].

[49] Procedimentos para avaliação dos itens do SARA: - = Omisso (informação insuficiente); 0= Ausente; 1= Eventualmente ou parcialmente presente; 2= Presente.

[50] A todos os sujeitos da amostra foi imposta a frequência do Programa para Agressores de Violência Doméstica. Esses serão avaliados com recurso ao SARA em vários períodos do seu acompanhamento pela equipa de reinserção social, para fins de avaliação externa do impacto do programa. Por isso, se ressalva que apenas será tido em conta o primeiro SARA cotado para cada sujeito.

[51] 1 – discordo totalmente; 2 – Discordo; 3 – Nem concordo nem discordo; 4 – Concordo; 5- Concordo totalmente.

[52] Citado em: http://counsellingresource.com/lib/quizzes/drug-testing/alcohol-cage/ [em linha], consultado em 10.10.2012. Onde pode também ser consultada a versão original do instrumento.

O questionário CAGE (Ewin, 1984) consiste apenas em 4 questões[53] que permitem verificar a presença ou ausência de problemas relacionados com o consumo de álcool. É um instrumento simples e curto, que facilmente se aplica – "making the CAGE questionnaire one of the most efficient and effective screening tools" (cit. O'Brien, 2008, p. 2054). Permite recolher informação sobre as tentativas de redução do consumo de álcool, sentimento de culpa devido ao consumo de álcool, aborrecimentos com críticas que outros possam ter feito em relação aos seus hábitos de consumo e sobre o uso de álcool como "eye opener", isto é, para alívio de sensações de mal-estar.

Na sua versão original as perguntas reportam-se a comportamentos ou sentimentos que têm ocorrido durante toda a vida do sujeito até aquele momento. Contudo, na versão utilizada para este estudo, adaptada por Quintas, Serra e Sousa (2010) as questões apresentadas ao sujeito reportam-se apenas aos 6 meses que antecederam o preenchimento do questionário.

Quanto à cotação deste instrumento é de referir que um *score* entre 2 e 3 apenas indica um elevado nível de suspeição sobre a existência de problemas de alcoolismo e um *score* de 4 pontos aponta para um diagnóstico de alcoolismo.

d) Questionário de Regulação Emocional – QRE

O Questionário de Regulação Emocional (Gross & John, 2003; versão portuguesa de Vaz & Martins, 2008) é frequentemente usado na avaliação de estratégias de regulação emocional com adultos.

Esta escala baseia-se em duas categorias de estratégias de regulação emocional:

i) a primeira, focalizada no antecedente – ou seja, que precedem uma situação perspetivada pelo sujeito como potencialmente desencadeadora de (des) regulação emocional (Sloan & Kring, 2007). Neste caso, Gross e John (2003, 2004) falam da reavaliação cognitiva (mudança no modo como se pensa acerca de uma potencial situação desencadeadora de emoções) como estratégia de regulação emocional. Note-se que os autores (John & Gross, 2004) salientam que o uso desta estratégia poderá levar a padrões mais saudáveis afeto, funcionamento social e bem-estar.

ii) a segunda focalizada na resposta – isto é, que são ativadas quando o sujeito já se encontra na situação, a experienciar emoções (Sloan & Kring, 2007). Gross e John (2003, 2004) designam esta estratégia de regulação emocional de repressão expressiva (mudança da forma como se responde ao nível do comportamento a uma situação que desencadeia emoções).

[53] Respostas do tipo Não/Sim (*score* 0 ou 1).

A reavaliação cognitiva e a repressão expressiva são duas estratégias muito utilizadas pelos sujeitos, principalmente perante emoções negativas (Gross, Richards & John, 2006).

Por último, toda a informação recolhida nos processos foi transposta para o *SPSS Statistics 20,* na medida em que a análise desses dados foi quantitativa.

5. Procedimentos

Em primeiro lugar, procedeu-se à elaboração do pedido de autorização para consulta dos dados internos da instituição, sobre os casos de violência doméstica (conjugal), deixando claro que se destina unicamente a fins de investigação científica, no âmbito da elaboração da dissertação do 2º ciclo de estudos em Criminologia na Faculdade de Direito da Universidade do Porto. Foram identificados os objetivos e metodologia adotada. Garantiu-se total anonimato e confidencialidade das informações recolhidas (Hagan, 2010), através da utilização de um número de identificação para cada sujeito[54].

Foi também pedida a autorização à equipa de investigação da Cooperativa de Ensino Superior, Politécnico e Universitário, responsável pela avaliação do Programa para Agressores de Violência Doméstica, para utilização de algumas das escalas e questionários que estavam a ser aplicados no âmbito da avaliação do programa.

Procurou-se conciliar as necessidades do estudo com o material já disponível para análise, uma vez que, encontrando-se os sujeitos a ser intervencionados e avaliados por baterias de escalas e questionários, seria prejudicial e desvantajoso para a instituição e para os próprios sujeitos passar novos instrumentos e conseguir a adesão e disponibilidade dos mesmos, pois teriam de se deslocar propositadamente às equipas para o efeito, sendo que a frequência do módulo de 20 sessões, por si só, já implica um esforço significativo na maioria dos casos.

Na DRN é possível ter acesso a todos os processos judiciais em que o crime imputado seja violência doméstica (conjugal), desde que correspondam à área regional do Norte.

Deste modo, em primeiro lugar procedeu-se à elaboração da grelha de análise documental. A consistência desta grelha deriva do facto de as dimensões que nela constam serem criadas com base na literatura científica na área da violência conjugal, especificamente, sobre os fatores de risco e as tipologias de agressores conjugais. Contribuiu também para a sua construção o conhecimento adquirido anteriormente acerca da documentação e

[54] Este número constava da base de dados da DGRPS.

informação que, normalmente, constava destes processos. Este conhecimento decorreu, essencialmente, do trabalho realizado entre outubro de 2010 e maio de 2011 na instituição.

Construída a grelha de análise documental, ao longo do processo de recolha de dados novas categorias tiveram de ser incluídas nessa grelha, designadamente, no que respeita a características da família de origem e algumas informações acerca do relacionamento com a vítima.

A recolha de dados na grelha de análise documental foi feita da seguinte forma: em primeiro lugar, era lido o processo para ter uma ideia geral do mesmo, depois com a grelha de análise à frente buscava-se na documentação os elementos que serviam de base para o preenchimento dos campos de informação necessários. Sempre que existia alguma dúvida era anotada nessa grelha de recolha para posterior verificação ou comparação com outros casos.

Este processo repetiu-se para cada um dos casos da amostra e, no final, a codificação dos dados recolhidos no papel foi transposta para o *SPSS Statistics v.20.*

Posteriormente, foram adicionados os dados resultantes das escalas e questionários do processo avaliativo, a maioria de autopreenchimento. Essa informação também foi transposta para o *SPSS*, junto com o que resultou da análise documental. Criou-se, assim, um ficheiro único em *SPSS* para o tratamento quantitativo de toda a informação existente.

6. Estratégia analítica

Passando à descrição dos procedimentos levados a cabo para a análise estatística dos dados recolhidos, comece-se por referir que foi usado o programa *IBM SPSS Statistics 20*[55]. A análise realizada teve em conta os objetivos da investigação. Como afirma Ravitch e Riggan (2012, p. 81) "data analysis is a series of choices about how you interact with the data". Passamos, portanto, a descrever o modo como foi tratada a informação.

Para a análise da estatística descritiva, foram utilizadas algumas medidas de tendência central e de dispersão.

No caso das variáveis quantitativas (e.g., idade do sujeitos, *scores* obtidos nos instrumentos do processo avaliativo) foram utilizadas medidas como a média amostral (X) e o desvio-padrão (SD) para verificar a dispersão em relação ao valor médio.

No caso das variáveis qualitativas, foram usadas percentagens (e.g., recursos económicos, habilitações académicas) para contabilizar o número de pessoas correspondentes

[55] O *IBM SPSS Statistics "*é o *software* de manipulação, análise e apresentação de resultados de análise de dados de utilização predominante nas Ciências Sociais e Humanas" (Marôco, 2010, p. 17).

a cada classe da variável. Pela sua natureza, estas variáveis não permitem o cálculo da média e desvio-padrão, pelo que esta foi a melhor solução encontrada para apresentar os resultados obtidos.

Foi também realizada uma análise de *clusters*. Contudo, importa referir, que em primeiro lugar foram criados os índices para, posteriormente, proceder à formação dos *clusters*. Assim, foram criados 2 índices: i) índice da antissocialidade e ii) índice de disforia/*borderline*. O índice de antissocialidade resulta da agregação dos itens impulsividade, raiva/hostilidade e comportamento instável e o índice de disforia/*borderline* dos itens depressão, ansiedade generalizada, ideação suicida e experiências traumáticas.

De seguida, verificou-se qual a fiabilidade dos itens que deram origem aos índices para medir o mesmo constructo (consistência interna). Para tal foi utilizada a medida de alfa (α) de *Cronbach*[56] (Hagan, 2010). Deste modo, o índice antissocialidade tem um α de 0.785 o que se considera razoável. O índice disforia/*borderline* apresenta um α de 0.63, considerando-se que embora fraco seja aceitável.

Foi também realizada uma análise de *clusters* - consiste numa série de procedimentos estatísticos que podem ser usados para agrupar sujeitos por observação das semelhanças e dissemelhanças entre eles (Marôco, 2010). A informação existente para cada uma das variáveis[57] consideradas para a formação dos *clusters* - índice de antissocialidade, índice de disforia/*borderline*, generalidade da violência e frequência da violência é agrupada, através deste método, de maneira a que os indivíduos de determinado grupo sejam o mais semelhantes possível aos elementos desse mesmo grupo e diferentes dos que fazem parte dos outros *clusters*.

Recorreu-se ao método não-hierárquico[58] de *clusters* que consiste no agrupamento de sujeitos num conjunto de *clusters* cujo número é definido *a priori*. O método usado no agrupamento não-hierárquico foi o *k-means* (Johnson & Wichern cf. in Marôco, 2010). Para determinar à partida quanto *clusters* criar, seguimos a orientação dada pela revisão da

[56] Este índice varia entre 0 e 1, sendo que a obtenção de valores mais próximos de 1 significa que há maior consistência e fiabilidade. Pestana e Gageiro (2005, pp. 525-532) sugerem a seguinte interpretação: $\alpha < 0{,}60$: Inaceitável; $0{,}60 < \alpha < 0{,}70$: Fraco (mas aceitável); $0{,}70 < \alpha < 0{,}80$: Razoável; $0{,}80 < \alpha < 0{,}90$: Bom; $\alpha > 0{,}90$: Excelente.

[57] A seleção das variáveis de partida, caracterizadoras de cada sujeito, devem ser escolhidas cuidadosamente e os grupos formam-se sem ser necessário definir uma relação de causa entre as variáveis utilizadas.

[58] Este método tem como vantagens: i) poder ser facilmente aplicado a matrizes de dados grandes; ii) geralmente permite uma classificação mais rigorosa que o método hierárquico; iii) a probabilidade de agrupar erradamente um sujeito num *cluster* é menor do que nos métodos hierárquicos (Marôco, 2010).

literatura efetuada. Foram experimentadas soluções para *k*= 2, *k*= 3 e *k*= 4, sendo que a solução mais considerada mais adequada foi a de três *clusters* [59].

Procedeu-se à comparação de contagens e/ou médias entre os indivíduos dos diferentes *clusters* e amostra total. Tal permitiu a verificação da existência de diferenças entre os três grupos de sujeitos nas variáveis a analisar. Os testes utilizados (paramétricos ou não-paramétricos) foram selecionados tendo em conta a verificação ou não dos seus pressupostos. Quando não puderam ser aplicados testes paramétricos, pela não verificação do pressuposto da normalidade, a solução foi o recurso a testes não-paramétricos[60] adequados (Marôco, 2010).

Assim, para testar a Normalidade da distribuição, usou-se o teste de *Shapiro-Wilks* (n < 50). Quando *p-value* >.05, considera-se que a variável segue uma distribuição normal sendo utilizados testes paramétricos para comparação de médias entre amostras independentes.

Para comparar as distribuições dos *clusters* formados, utilizou-se o teste *ANOVA* ou o teste não-paramétrico *Kruskal-Wallis*[61], uma vez que se tratava de comparar mais de dois grupos. No entanto, estes testes apenas nos permitem testar a hipótese de haver grupos com médias (paramétricos) ou medianas (não-paramétricos) diferentes, ou seja, apenas nos informam sobre a existência ou não de diferenças significativas entre os grupos considerados. Assim, para saber qual ou quais os pares de *clusters* que são diferentes, recorremos ao teste de *Tukey* (paramétrico) ou ao teste de *Dunn* (não paramétrico).

Para a comparação entre grupos independentes, mas em relação a determinadas características (variáveis qualitativas) recorreu-se ao teste de *Fisher* (não-paramétrico) uma vez que não se encontravam preenchidos os critérios para aplicação do teste do *Qui-quadrado* (X^2)[62]. O teste de *Fisher* permite testar se duas ou mais amostras ou grupos independentes, de pequena dimensão são diferentes em relação a uma determinada característica. Ou seja, se a frequência com que os sujeitos da amostra se distribuem pelas classes de uma variável

[59] A informação estatística relativa à formação de k=2, 3 e 4 *clusters* encontra-se na Tabela 8 e no Anexo 4.

[60] Embora geralmente se diga que os testes não paramétricos são menos robustos que os paramétricos, tal só é verdade quando se tratam de amostras grandes e de igual dimensão. Para amostras de pequenas, de dimensão diferente e quando as variáveis não cumprem os pressupostos dos testes paramétricos, o recurso aos não-paramétricos pode ser uma boa solução, na medida em que se revelam mais potentes. Estes testes não devem ser vistos apenas como uma alternativa aos paramétricos, pois em certas situações não se constituem como uma alternativa, mas sim como a solução mais adequada (e.g., o teste de *Kruskal-Wallis* quando se trata de variáveis ordinais).

[61] Utilizado apenas para variáveis ordinais, prevendo-se, por isso, a possibilidade de, em alguns casos, recodificar os dados para tornar viável o seu cálculo.

[62] Para sua aplicação têm de estar cumpridos os seguintes requisitos: i) N > 20; ii) as frequências esperadas referentes a cada classe e em cada grupo sejam todas superiores a "1"; iii) pelo menos 80% das frequências esperadas sejam iguais ou superiores a 5.

nominal é aleatória ou não. Considera-se que existe significância estatística quando *p-value* <.05 para o teste bilateral (*2-tailed*).

Capítulo 2 - Resultados

1. Identificação de fatores de risco da violência conjugal

Tendo em conta a revisão da literatura científica efetuada e os dados recolhidos, segue-se uma descrição dos fatores de risco da violência conjugal que procura verificar a sua presença ou ausência na amostra selecionada.

Para melhor sistematização dos dados, seguiremos a proposta de Dutton (1995) na nossa análise (exosistema, microssistema e nível ontogénico).

1.1 Nível Exosistema

a) Fatores sociodemográficos

A este nível, conforme a revisão da literatura, foram consideradas as variáveis: idade, educação, recursos económicos e situação profissional (emprego).

Quanto à idade atual do sujeito apresenta um valor médio de 46.97 anos (SD = 11.89) e a idade média dos sujeitos à data dos factos é de 41 anos (SD = 14.03).

Para saber se a nossa amostra é constituída por indivíduos mais novos ou mais velhos dicotomizou-se a variável idade à data dos factos. Considerando-se indivíduos mais novos os que têm até 30 anos e como mais velhos os que têm idade superior. Assim, verifica-se que na amostra selecionada existe maior proporção de sujeitos mais velhos (> 30 anos) do que mais novos (Tabela 1.).

Tabela 1. Idade dos sujeitos à data dos factos (N= 59)

Idade à data dos factos	N	%
≤ 30 anos	18	30.5
>30 anos	41	69.5

Pela análise da tabela 2., concluímos também que os sujeitos da amostra têm, na sua maioria, baixo nível de escolaridade (44.1% possui habilitações académicas até ao 4º ano), embora na maior parte dos casos selecionados o percurso escolar seja pautado, essencialmente, pela sua regularidade (61%). Possuem baixos recursos económicos (61%) e são maioritariamente desempregados (44.1%). Contudo, verifica-se que na sua maioria os sujeitos da amostra têm percursos laborais pautados por relativa estabilidade (69.4%).

Tabela 2. Fatores de risco do exosistema – educação, recursos económicos e situação profissional (N= 59)

Variável	N	%
Educação		
1º Ciclo (1º - 4º ano)	26	44.1
2º Ciclo (5º - 6º ano)	17	28.8
3º Ciclo (7º - 9º ano)	11	18.6
Ensino Secundário (10º -12º ano)	2	3.4
Ensino superior	3	5.1
Recursos económicos		
Baixos	36	61
Médios	17	28.8
Elevados	6	10.2
Situação Profissional		
Desempregado	26	44.1
Empregado	21	35.6
Reformado	12	20.3

Em suma, ao nível do exosistema conclui-se que os fatores de risco presentes na nossa amostra são: o baixo nível de escolaridade, baixos recursos económicos e o desemprego. Quanto ao fator de risco idade, verifica-se que na nossa amostra a idade média dos sujeitos é relativamente elevada – 46.97 anos e a maioria dos sujeitos têm idade superior a 30 anos (69.5%). Assim, contrariamente ao que aponta a literatura, na nossa amostra não são os indivíduos mais novos que tendem a praticar violência conjugal. No entanto, é necessário algum cuidado na interpretação deste resultado, pois trata-se de uma amostra de sujeitos do sistema de justiça penal e em que tivemos em conta a idade do sujeito atual e a idade do sujeito à data dos factos reportados no processo e não à data do início deste tipo de conduta pelo sujeito.

1.2 Nível Microssistema

a) Agregado familiar de origem

i. Caracterização do agregado familiar de origem

Em termos de caracterização do agregado familiar de origem os dados recolhidos mostram que quanto à sua composição, a média do número de elementos que fazem parte desse agregado é de 6.72 (SD = 3.00)[63].

[63] Note-se que em 16.9% dos casos (n= 10) não foi possível obter informação relativa a esta variável.

Verifica-se também que a maioria dos agregados familiares de origem destes sujeitos (69.5%) possuía baixos recursos económicos (Tabela 3.)

ii. Violência interparental

Na Tabela 3. encontram-se os valores relativos ao testemunho de violência na infância, no contexto familiar de origem. Cerca de 39% dos sujeitos da amostra selecionada testemunharam atos de violência interparental, de natureza psicológica e/ou física.

iii. Vitimação na infância

Pela análise dos dados que constam da Tabela 3., conclui-se que mais de 1/3 dos sujeitos reportam experiência de vitimação na infância (37.3%), principalmente na forma física. Verifica-se ainda que a maioria dos atos de abuso ou rejeição parental são levados a cabo pela figura paterna (37.3%).

Tabela 3. Fatores de risco ao nível do microssistema – agregado familiar de origem (N = 59)

Família de origem	N	%
Recursos económicos		
Baixo	41	69.5
Médio	12	20.3
Elevado	6	10.2
Violência interparental		
Sim	23	39
Física	19	32.2
Psicológica	21	35.6
Sexual	0	0
Não	36	61
Vitimação na Infância		
Sim	22	37.3
Física	22	37.3
Psicológica	15	25.4
Sexual	0	0
Não	37	62.7
Vitimação/rejeição parental		
Pelo pai	22	37.3
Pela mãe	12	20.3

b) Historial de violência conjugal

i. Processos anteriores por crime de violência doméstica (conjugal)

Embora a maior parte dos sujeitos sejam primários pelo crime de violência doméstica, 25.4% dos sujeitos já teve processos anteriores desta natureza. Verifica-se, ainda, que apenas dois sujeitos violaram a medida de proibição de permanência e ausência de contactos, no passado (Tabela 4.).

ii. Violência no passado

Mais de 80% dos sujeitos da amostra referem já ter tido relacionamentos anteriores ao que mantinham com a vítima. Contudo, a maioria desses relacionamentos são classificados pelos sujeitos como namoros insignificantes (44.1%).

É ainda de referir que 59.4% da amostra refere ter tido mais do que um relacionamento anterior ao que deu origem ao presente processo.

Verifica-se que em 55.9% dos casos já existiu violência contra cônjuge ou análogo antes do processo atual e que 33.9% da amostra recorreu à violência fora do contexto familiar.

iii. Violência exercida na relação com a vítima

Pela análise da Tabela 4., onde constam o tipo de comportamentos de violência conjugal relatados nos documentos analisados podemos concluir que os mais frequentes são: a violência psicológica e física. Por sua vez, a violência sexual é o tipo de comportamento menos frequente por parte do agressor.

Conclui-se ainda que em 32% dos casos há um recurso frequente à violência contra a vítima e que na maioria dos casos há uma intensificação ou escalada desses comportamentos violentos (78%). Em oito casos já houve violação das medidas impostas por tribunal (13.6%).

Tabela 4. Fatores de risco ao nível microssistema – historial de violência conjugal (N= 59).

Historial de violência conjugal	N	%
Processos anteriores por crime de VD		
Sim	15	25.4
Não	44	74.6
Violação de medidas anteriores por crime de VD		
Sim	2	3.4
Não	57	96.6
Generalidade da violência		
Sim	20	33.9
Não	39	66.1
Violência Intrafamiliar		
Contra cônjuge/análogo	33	55.9
Contra outro familiar	8	13.6
Violência exercida na relação com a vítima (no processo)		
Tipo de violência		
Violência física	57	96.6
Violência psicológica	58	98.3
Violência sexual	7	11.9
Frequência da violência		
Episódio raro/único	3	5.1
Ocasional	24	40.7
Frequente	32	54.2
Escalada da violência		
Sim	46	78
Não	13	22
Violação de medidas no processo atual		
Sim	8	13.6
Não	51	86.5

c) Fatores ligados ao relacionamento

i. Satisfação marital

Nos documentos analisados, quando é referida a satisfação do sujeito face ao relacionamento com a vítima, verifica-se que maior parte deles diz-se satisfeito com a vítima no relacionamento (55.9%).

ii. Ciúme

Consideramos ainda a variável ciúme extremo demonstrado com a vítima do atual processo. Verifica-se que mais de metade dos casos demonstra ciúme extremo na relação atual (62.7%).

Em suma, verifica-se que ao nível do microssistema os fatores de risco presentes na nossa amostra são, em relação ao agregado familiar de origem, a integração em agregados relativamente numerosos (em média cerca de 7 elementos) e com baixos recursos económicos. Salienta-se também uma elevada percentagem de sujeitos que testemunhou violência entre os pais (39%) ou que foi vítima de violência física na infância (37.3%). Os atos de violência ou rejeição parental são maioritariamente levados a cabo pela figura paterna.

Quanto ao historial de violência conjugal conclui-se que ¼ da amostra já teve pelo menos outro processo por crime de idêntica natureza e 55.9% já tinha exercido violência contra cônjuge ou análogo. Salienta-se ainda que 33.9% dos sujeitos foi violento fora do contexto familiar. No processo atual 13.6% dos sujeitos já violou o cumprimento das medidas impostas no âmbito do mesmo. Note-se que estes constituem dos fatores de risco mais relevantes da violência conjugal.

Nas relações que originaram o processo atual verifica-se que a violência física está quase sempre presente (96.6%). A violência psicológica é referida em 76.3% dos casos, sendo um fator de risco importante para a passagem a tipos de violência mais graves ou severos. Na amostra verifica-se que a maior parte dos sujeitos recorre frequentemente ao uso da violência contra a vítima do processo (54.2%) e em 78% dos casos ocorreu uma intensificação da violência exercida sobre mesma. Em 11.9% dos casos houve também violência sexual, que embora seja o tipo de comportamento menos relatado é necessário ter em conta que segundo a literatura a relação entre "sexo forçado" e violência física é muito forte.

Da análise dos fatores ligados ao relacionamento o fator de risco da violência conjugal que se destaca na amostra é o ciúme extremo na relação atual (62.7%). Quanto à (in)

satisfação marital, embora não se verifique na maioria dos casos, a percentagem em que é referida ainda é elevada (44.1%).

1.3 Nível Ontogénico

a) Crenças e atitudes

A Tabela 5. revela que os agressores conjugais da amostra selecionada possuem crenças enraizadas sobre os papéis de género (72.9%). Estes sujeitos tendem também a negar o seu comportamento violento, ou atenuar os efeitos que o mesmo pode ter na vítima.

Na sua totalidade os sujeitos da amostra justificam o seu comportamento, recorrendo, essencialmente, a motivos externos e não devido à sua conduta ou a si mesmo. Por último, 33.9% da amostra revela atitudes legitimadoras do uso da violência.

Tabela 5. Caracterização dos agressores conjugais quanto às crenças e atitudes face à violência (N=59)

Crenças e atitudes	N	%
Observância rígida dos papéis de género	43	72.9
Negação da violência conjugal	44	74.6
Atenuação ou minimização da violência conjugal	51	86.6
Externalização/justificação da violência	59	100
Legitimação do uso da violência em geral	20	33.9

b) Características psicológicas

Na Tabela 6. encontra-se o modo como se distribui na amostra de agressores conjugais selecionada as características psicológicas consideradas neste estudo.

De um modo geral, mais de metade da amostra apresenta sinais de impulsividade, instabilidade emocional, défices de assertividade e ansiedade generalizada. Por sua vez, é menos frequente na amostra a ideação suicida, a admiração exagerada pela sua própria imagem (narcisismo), a tentativa de influenciar o comportamento do outro (geralmente em benefício próprio – estilo manipulador) e as experiências traumáticas.

Tabela 6. Fatores de risco ao nível ontogénico - características psicológicas (N = 59)

Características psicológicas	N	%
Impulsividade	41	69.5
Raiva/hostilidade	24	40.7
Comportamento instável	15	25.4
Diagnóstico de psicopatia	0	0
Ideação suicida	12	20.3
Depressão	13	22
Ansiedade generalizada	31	52.5
Experiências traumáticas	5	8.5
Narcisismo	6	10.2
Estilo manipulador	10	16.9
Instabilidade emocional	45	76.5
Relações intensas e instáveis	28	47.5
Medo de abandono pela vítima	27	45.8
Défices de assertividade	47	79.7

c) Consumo de substâncias

Analisados os dados referentes ao consumo e abuso de substâncias nos agressores conjugais da amostra selecionada verifica-se que é mais comum o consumo e abuso de álcool do que de drogas.

A Tabela 7. Mostra que apenas 18.6% dos sujeitos não são consumidores de álcool, enquanto 89.9% não consome drogas.

Quando olhamos para a categoria do abuso de álcool os números revelam que grande parte destes sujeitos tem problemas aditivos em relação a esta substância (49.2%) e apenas 32.2% consomem álcool sem, no entanto, serem dependentes da substância. Não há registo de indivíduos com problemas de toxicodependência, e apenas 10.2% da amostra consume drogas.

Tabela 7. Fatores de risco ao nível ontogénico – consumo de substâncias (N= 59)

Consumo de substâncias	N	%
Álcool		
Não consumo de álcool	11	18.6
Consumo de álcool	19	32.2
Abuso de álcool	29	49.2
Drogas		
Não consumo de drogas	53	89.8
Consumo de drogas	6	10.2
Abuso de drogas	0	0

Em suma, ao nível ontogénico, quanto à presença de fatores de risco da violência conjugal, conclui-se que as crenças sobre papéis de género e as atitudes de negação, minimização/atenuação, justificação do comportamento e de legitimação do uso da violência estão muito presentes nos agressores conjugais. Em relação às características psicológicas dos sujeitos verifica-se que as mais comuns entre estes sujeitos são impulsividade, instabilidade emocional, os défices de assertividade, ansiedade generalizada, a tendência para o estabelecimento de relações intensas e instáveis, o medo de abandono pela vítima e raiva/hostilidade, apresentando os valores mais próximos ou superiores a 50% da amostra. Tal não significa que os agressores conjugais têm todos problemas ao nível do funcionamento psicológico, mas que alguns deles podem ter e que os mesmos podem constituir fatores de risco acrescido para a perpetração da violência conjugal.

Por último, em relação ao consumo de substâncias verifica-se que um fator de risco muito presente na amostra é o abuso ou consumo de álcool (49.2% e 32.3%, respetivamente). O consumo de drogas apenas foi identificado em 10.2% dos casos, sendo, por isso, um fator de risco menos frequente nesta amostra.

2. Diferenciação de agressores conjugais - Tipologia

Procuramos diferenciar os agressores conjugais através de uma análise de *clusters,* tendo em conta outros estudos tipológicos que também recorreram a este tipo de análise para esse efeito (e.g. Gondolf, 1988; Greene et al., 1994; Rothschild, Dimson & Storaasli, 1997; Tweed & Dutton, 1998; Holtzworth-Munroe et al., 2000; Thijssen & Ruiter, 2011). Trata-se de um método que permite classificar os sujeitos em grupos homogéneos.

Em particular, escolhemos o método não-hierárquico, pelos motivos já enunciados na descrição da estratégia analítica[64]. Utilizamos o *K-means*. A literatura refere que as tipologias apresentam, geralmente, entre 2 a 4 *clusters*. Assim, determinamos, *a priori*, a formação de dois, três e quatro *clusters,* de modo a verificar qual seria a solução ótima ou mais ajustada para os dados recolhidos.

Para proceder à análise de *clusters* escolhemos quatro variáveis de *input* (Anexo 3.): índice de antissocialidade (0-3), o índice de disforia (0-4), a generalidade da violência (0-1) e a frequência da violência (0-2). As variáveis foram estandardizadas (*Zscores*).

[64] Conferir Parte II, Capítulo 2, Ponto e) desta dissertação.

Verificou-se que a solução ideal é k = 3, ou seja, uma tipologia tripartida, à semelhança da de Holtzworth-Munroe e Stuart (1994). Em anexo (4) podemos verificar os resultados obtidos para k = 2 e k = 4.

Assim, para k = 3, os resultados parecem ser mais consistentes, revelando a existência de diferenças esperadas (tabela 8.), segundo a literatura revista.

Tabela 8. *Centros dos Clusters* e *ANOVA* (k = 3)

Centros dos *clusters* *Zscores*				
Cluster	***Frequência da violência***	**Generalidade da violência**	**Antissocialidade**	**Disforia/*Borderline***
1 (n = 24)	-.61285	-.36093	-.80214	-.58360
2 (n = 22)	.39418	.62288	.97704	-.11054
3 (n = 13)	.46434	-.38778	-.17258	1.26449

Distância entre os centros dos *clusters*			
Cluster	***1***	***2***	***3***
***1* (n = 24)**	-	2.318	2.230
***2* (n = 22)**	2.318	-	2.059
***3* (n = 13)**	2.230	2.059	-

Análise da variância						
Variável	***Cluster Mean Square***	***df***	***Error Mean Square***	***df***	***F***	***Sig.***
Frequência	7.618	2	.764	56	9.975	.000
Generalidade	6.808	2	.793	56	8.590	.001
Antissocialidade	18.415	2	.378	56	48.715	.000
Disforia/*Borderline*	14.615	2	.514	56	28.446	.000

O *cluster* 1 é composto por 24 sujeitos, que apresentam *Zscores* negativos para todas as dimensões consideradas. É, portanto, o grupo que apresenta menor frequência da violência e menores níveis de generalidade da violência, antissocialidade e disforia/*borderline*. Por isso, denominamos este grupo de agressores como *limitados à família* (LF).

O *cluster* 2, com 22 sujeitos, caracteriza-se por elevados níveis de generalidade da violência e de antissocialidade, apresentando *Zscores* positivos e elevados e uma frequência da violência também relativamente elevada. No entanto, apresenta níveis de disforia/*borderline* negativos, embora, mais elevados que o *cluster* 1. Assim, atribuímos a designação de *geralmente violento*s ou *antissociais* (GVA) a este grupo.

No *cluster* 3 foram integrados 13 sujeitos, cujas características são: elevada frequência da violência, baixos níveis de generalidade da violência e de antissocialidade, mas um elevado

nível de disforia/*borderline*, que o distingue dos dois grupos anteriores que apresentavam *Zscores* negativos para este índice. Por este motivo denominamos este grupo de agressores como *disfóricos-borderline* (DB).

Adotamos, assim, a proposta de Holtzworth-Munroe e Stuart (1994), nomeadamente, quanto às expressões utilizadas para designar os *clusters*: *limitado à família* (1), geralmente violento ou *antissocial* (2) e *disfórico-borderline* (3).

Na tabela 8. os valores que se referem à matriz de distâncias entre os centros dos *clusters* têm uma distância entre si próxima.

Podemos ainda afirmar, através da análise da variância, que todas as variáveis utilizadas na formação dos *clusters* contribuem significativamente para a sua diferenciação, pois o *p-value* calculado para cada uma delas é sempre inferior a 0.05. Pode ainda concluir-se que as variáveis antissocialidade (F= 48.715) e disforia/*borderline* (F= 28.446) são as que contribuem mais para a discriminação dos clusters, pois apresentam os valores F mais elevados. Por sua vez, as variáveis frequência e generalidade da violência são as que diferenciam menos os *clusters* (F= 9. 975 e F= 8.590, respetivamente).

Note-se, que estamos conscientes de que se o agrupamento por *clusters* é feito com o objetivo de agregar os sujeitos mais semelhantes entre si e o mais diferentes possível dos outros num *cluster*, é normal que as variáveis que servem para a sua determinação obtenham resultados significativamente estatísticos para a diferenciação dos grupos obtidos.

7. Diferenciação dos tipos de agressores conjugais

Após a formação dos *clusters*, foi realizada uma série de testes cujo objetivo era verificar a existência de diferenças significativas entre os *clusters* para determinadas variáveis, consideradas fatores de risco da violência conjugal.

Para tal, em primeiro lugar procedeu-se à realização de testes de normalidade das distribuições a fim de escolher o método mais adequado para testar essas diferenças (testes paramétricos – *ANOVA* ou teste do *Qui-quadrado* ou testes não-paramétricos – teste de *Kruskal-Wallis* ou teste de *Fisher*).

Os resultados dos testes de normalidade encontram-se no Anexo 5, sendo que são normais as distribuições com *p value* > 0.05, para os três *clusters*. Deste modo, apenas as variáveis idade atual do sujeito e idade do sujeito à data dos factos possuem uma distribuição normal. Todas as outras não preenchem o pressuposto da normalidade, pelo que serão utilizados os testes não-paramétricos na análise que se segue.

3.1 Nível Exosistema

a) Fatores sociodemográficos

i. Idade

Relativamente às variáveis idade atual do sujeito e idade à data da prática dos factos que constam do processo de violência doméstica (conjugal), verifica-se que não há diferenças significativas entre os *clusters* de agressores conjugais, após realização do teste *ANOVA one-way* (*p-value* > .05). Os resultados obtidos encontram-se descritos na Tabela 9.

Tabela 9. Médias e desvios-padrões para as variáveis: idade atual do sujeito e à data dos factos, em função do *cluster* e da amostra total (N= 59).

Variável	Amostra Total	Cluster			*P*
		LF	GVA	DB	
	M (SD)	*M (SD)*	*M (SD)*	*M (SD)*	
Idade atual do sujeito	*46.97 (11.87)*	*46.83 (2.35)*	45.95 (2.78)	48.92 (3.13)	.779
Idade do sujeito à data dos factos	41 (14.03)	41.08 (2.70)	41.95 (3.14)	39.23 (4.22)	.861

Comparamos ainda os indivíduos mais novos (≤30 anos) com os mais velhos (>30 anos) em cada um dos *clusters*, realizando o teste não-paramétrico de *Kruskal-Wallis*, uma vez que se trata de variáveis ordinais. Conclui-se que não há diferenças significativas a este nível (*p-value* = .383).

ii. Educação, Recursos económicos e situação profissional

No que respeita às variáveis educação e recursos económicos, uma vez que são do tipo ordinal, utilizou-se o teste não-paramétrico *Kruskal-Wallis*, por se revelar o teste adequado à comparação de grupos independentes quando as variáveis são deste tipo. Para a variável situação profissional usou-se o teste não-paramétrico de *Fisher*.

Na tabela que se segue (10) está representada a proporção de sujeitos por cada variável e em cada *cluster*. Pela análise do *p-value* das variáveis educação (.750), recursos económicos (.610) e situação profissional (.749) conclui-se que não há diferenças significativas entre os grupos (*p-values* > .05).

Tabela 10. Proporções das variáveis educação, recursos económicos e situação profissional, em função do *cluster* e da amostra total (N= 59).

Variável	Amostra Total		Cluster						*P*
			LF		GVA		DB		
	N	*%*	*N*	*%*	N	%	N	%	
Educação									
1º Ciclo (1º - 4º ano)	26	44.1	9	37.5	10	45.5	7	53.8	
2º Ciclo (5º - 6º ano)	17	28.8	9	37.5	5	22.7	3	23.1	
3º Ciclo (7º - 9º ano)	11	18.6	3	12.5	6	27.3	2	15.4	.750
Ensino Secundário (10º -12º ano)	2	3.4	0	0	1	4.5	1	7.7	
Ensino superior	3	5.1	3	12.5	0	0	0	0	
Recursos económicos									
Baixos	36	61	14	58.3	12	54.5	10	76.9	
Médios	17	28.8	7	29.2	9	40.9	1	7.7	.610
Elevados	6	10.2	3	12.5	1	4.5	2	15.4	
Situação profissional									
Desempregado	26	44.1	12	50	9	40.9	5	38.5	
Empregado	21	35.6	9	37.5	8	36.4	4	30.8	.749
Reformado	13	20.3	3	12.5	5	22.7	5	30.8	

3.2 Nível Microssistema

a) Agregado familiar de origem

i. Número de elementos do agregado familiar de origem

A fim de verificar se havia diferenças significativas entre os *clusters*, tendo em conta o número de pessoas que constituíam os agregados familiares de origem, realizou-se o teste de *Kruskal-Wallis*. Da análise da Tabela 11. é possível verificar que *p-value* > .05, logo os resultados obtidos não são estatisticamente significativos.

Tabela 11. Média e desvio-padrão para a variável nº de elementos da família de origem, em função do *cluster* e da amostra total (N= 59).

Variável	Amostra Total	Cluster			*P*
		LF	GVA	DB	
	M (SD)	*M (SD)*	*M (SD)*	*M (SD)*	
Nº de elementos do agregado	*6.72 (3.00)*	*5.86 (.57)*	7.05 (.73)	7.18 (1.16)	.590

ii. Violência Interparental

Da análise dos resultados obtidos a partir do teste de *Fisher* (Tabela 12.) verifica-se que não há diferenças significativas entre os três grupos no que respeita à existência ou não de violência interparental na família de origem e quanto ao tipo de violência exercida nesse contexto. Todos os valores *P* são superiores ao alfa considerado (α = .05).

iii. Vitimação na infância

Os três grupos também não são significativamente diferentes quanto à experiência de vitimação na infância e quanto ao tipo de vitimação sofrida. Considerou-se ainda a variável rejeição ou vitimação por parte do pai ou da mãe. Os resultados também não revelam diferenças significativas entre os grupos, tendo em conta os *p-values* da Tabela 12.

Tabela 12. Proporções das variáveis ligadas à família de origem: recursos económicos, violência interparental, vitimação na infância e rejeição parental, em função do *cluster* e da amostra total (N= 59).

Variável	Amostra Total		Cluster						*P*
			LF		GVA		DB		
	N	*%*	*N*	*%*	N	%	N	%	
Recursos económicos									
Baixos	41	69.5	17	70.8	13	59.1	11	84.6	.442
Médios	12	20.3	2	8.3	9	40.9	1	7.7	
Elevados	6	10.2	5	20.0	0	0	1	7.7	
Violência interparental									
Sim	23	39	7	29.2	8	36.4	8	61.5	.184
Não	36	61	17	70.8	14	76.6	5	38.5	
Tipo de violência interparental									
Física	19	32.2	7	29.2	6	27.3	6	46.2	.521
Verbal	21	35.6	7	29.2	6	17.3	8	61.5	.101
Psicológica	12	20.3	5	20.8	3	13.6	4	30.8	.545
Vitimação na infância									
Sim	22	37.3	8	33.3	7	31.8	7	53.8	.375
Não	37	22.7	16	66.7	15	68.2	6	46.2	
Tipo de violência de que foi vitima									
Física	22	37.3	8	33.3	7	31.8	7	53.8	.375
Verbal	15	25.4	6	25.0	5	22.7	4	30.8	.863
Psicológica	9	15.3	3	12.5	3	13.6	3	23.1	.726
Vitimação/ rejeição parental									
Pai	22	37.0	6	25.0	10	45.5	6	46.2	.291
Mãe	12	20.0	4	16.7	6	27.3	2	15.4	.702

Nota: O *p-value* da variável recursos económicos é referente ao teste *Kruskal-Wallis*, uma vez tratar-se de uma variável categórica ordinal. Os restantes valores *P* são referentes ao teste de *Fisher*.

b) História de violência conjugal

i. Processos anteriores por crime de violência doméstica (conjugal)

Analisada a variável existência de processos anteriores por crime de violência doméstica, em cada um dos *clusters*, verifica-se que existe uma diferença significativa na amostra utilizada (*p-value* < .05), através do teste de *Fisher*. Pela análise da Tabela 13. conclui-se que é no grupo GVA que há maior percentagem indivíduos com processos anteriores por crime desta natureza (50%), por comparação ao grupo LF e DB. Note-se que o número de sujeitos do grupo *antissocial* com processos anteriores por violência doméstica representa metade do número total de sujeitos que fazem parte deste *cluster* (n= 22).

A variável violação de medidas anteriores (no passado) por crime de violência doméstica não apresenta valores estatisticamente significativos que diferenciem os grupos (*p-value* = .509).

ii. Violência conjugal no passado

Quando analisamos na Tabela 13. a existência de relacionamentos anteriores ao referido no presente processo, encontramos uma diferença significativa (*p-value* = .041). O grupo *disfórico-borderline* tem menor percentagem de sujeitos (61.5%) com relações anteriores, por comparação aos grupos LF e GVA (79.2% e 95.5%, respetivamente).

Se olharmos para a existência de violência conjugal no passado também encontramos dados estatísticos significativos, sendo que o grupo *antissocial* difere significativamente dos restantes (*p-value* = .24). No entanto, embora não haja diferenças significativas quanto à violência exercida no passado contra outros familiares, há diferenças significativas em relação à violência exercida contra não-familiares (fora do contexto familiar), sendo o grupo antissocial significativamente diferente dos outros dois grupos (*p-value* = .001).

iii. Violência exercida na relação com a vítima

Nenhum tipo de violência (física, psicológica ou sexual) exercida sobre a vítima do atual processo é diferenciadora dos grupos. Os valores *p-value* são todos superiores a 0.05 (Tabela 13).

Em relação à frequência da violência conclui-se que os grupos DB (76.9%) e GVA (72.7%) são os que recorrem frequentemente à violência contra o cônjuge, por comparação ao grupo LF (*p-value* = .002). Verifica-se ainda diferenças significativas no que respeita à escalada ou intensificação da violência exercida sobre a vítima (*p-value* = .002). É também o grupo GVA e o DB que apresentam maior percentagem de sujeitos aumentam os níveis de violência ao longo do relacionamento ao qual diz respeito o processo atual (95.5% e 92.2%, respetivamente).

Saliente-se ainda que, no que respeita violação de medidas impostas no atual processo, encontra-se também uma diferença significativa (*p-value* = .02) entre os grupos. O grupo DB mostra uma maior percentagem de sujeitos que violaram as normas às quais estavam obrigados no atual processo (23.1%), seguido do grupo GVA (22.7%).

Tabela 13. Proporções das variáveis ligadas ao relacionamento em função do *cluster* e da amostra total (N= 59).

Variável	Amostra Total		Cluster						*P*
			LF		GVA		DB		
	N	*%*	*N*	*%*	N	%	N	%	
Processos anteriores por crime de VD									
Sim	15	25.4	2	8.3	11	50	2	15.4	.004*
Não	44	74.6	22	91.7	11	50	11	84.6	
Violação de medidas anteriores por crime de VD									
Sim	2	3.4	0	0	1	4.5	1	7.7	.509
Não	57	96.6	24	100	21	95.5	12	92.3	
Generalidade da violência									
Sim	20	34	4	16.7	14	63.6	2	15.4	.001*
Não	39	66	20	83.3	8	36.4	11	84.6	
Violência contra cônjuge/análogo (passado)									
Sim	33	55.9	9	37.5	17	77.3	7	53.8	.024*
Não	26	44.1	15	62.5	5	22.7	6	46.2	
Violência contra outros familiares (passado)									
Sim	8	13.6	3	12.5	2	9.1	3	23.1	.550
Não	51	86.4	21	87.5	20	90.9	10	76.9	
Relacionamentos anteriores									
Sim	48	81.4	19	79.2	21	95.5	8	61.5	.041*
Não	11	18.6	5	20.8	1	4.5	5	38.5	
Violência exercida na relação com a vítima no processo									
Física	57	96.6	22	91.7	22	100	13	100	.342
Psicológica	58	98.3	23	95.8	22	100	13	100	1.000
Sexual	7	11.9	2	8.3	3	13.6	2	15.4	.774
Frequência da violência									
Episódio raro/único	3	5	3	12.5	0	0	0	0	.002*
Ocasional	24	41	15	62.5	6	27.3	3	23.1	
Frequente	32	54.2	6	25	16	72.7	10	76.9	
Escalada da violência									
Sim	46	78	13	54.3	21	95.5	12	92.2	.002*
Não	13	22	11	45.8	1	4.5	1	7.7	
Violação de medidas no processo atual									
Sim	8	13.6	0	0	5	22.7	3	23.1	.020*
Não	51	86.5	24	100	17	77.3	10	76.9	

Nota: *Valor estatisticamente significativo para $p < .05$

c) Fatores ligados ao relacionamento

i) Satisfação marital e ciúme

Foram analisadas estas duas variáveis nos três *clusters*. Através da análise da Tabela 14., verifica-se que nenhuma delas revela valores estatisticamente significativos, que permitam afirmar que os grupos são diferentes (*p-value* > .05).

Tabela 14. Proporções das variáveis ligadas ao relacionamento, em função do *cluster* e da amostra total (N= 59).

Variável	Amostra Total		Cluster						*P*
			LF		GVA		DB		
	N	*%*	*N*	*%*	N	%	N	%	
Satisfação marial									
Sim	33	55.9	12	50	14	63.6	7	53.8	.668
Não	26	44.1	12	50	8	36.4	6	46.2	
Ciúme extremo na relação atual									
Sim	37	62.7	11	45.8	17	77.3	9	69.2	.077
Não	22	37.3	13	54.3	5	22.7	4	30.8	

3.2 Nível Ontogénico

a) Crenças e atitudes

No que diz respeito às crenças e atitudes dos sujeitos, verifica-se que não há diferenças significativas entre os grupos quanto às crenças sobre os papéis de género, quanto às atitudes de negação, atenuação/ minimização e justificação/ externalização da violência conjugal. Os valores *P* obtidos através da realização do teste de *Fisher* para estas variáveis são superiores ao valor de *alfa* (α) considerado (.05), conforme demonstra a Tabela 15. No entanto, as atitudes de legitimação do uso da violência em geral já adquirem significado estatístico relevante (*p-value* = .014). Verifica-se ainda que é no grupo GVA e DB que há maior percentagem de sujeitos com este tipo de atitudes, tendo estes dois grupos percentagens muito próximas (50% e 46.2%, respetivamente), comparativamente com o grupo LF cujos valores são os mais baixos (12.5%).

Tabela 15. Proporções das variáveis ao nível ontogénico – crenças e atitudes, em função do *cluster* e da amostra total (N= 59).

Variável	Amostra Total		Cluster						*P*
			LF		GVA		DB		
	N	*%*	*N*	*%*	N	%	N	%	
Papéis tradicionais de género									
Sim	43	72.9	15	62.5	18	81.8	10	76.9	.360
Não	16	27.1	9	37.5	4	18.2	3		
Negação da violência									
Sim	44	74.6	15	62.5	18	81.8	11	84.6	.257
Não	15	25.4	9	37.5	4	18.2	2	15.4	
Atenuação/ minimização da violência									
Sim	51	86.6	20	83.3	20	90.9	11	84.6	.708
Não	8	13.4	4	16.7	2	9.1	2	15.4	
Externalização/justificação da violência									
Sim	59	100	24	100	22	100	13	100	-
Não	0	0	0	0	0	0	0	0	
Atitudes de legitimação do uso da violência em geral									
Sim	20	33.9	3	12.5	11	50	6	46.2	.014*
Não	39	66.1	21	87.5	11	50	7	53.8	

Nota: *Valor estatisticamente significativo para $p < .05$.

b) Características psicológicas

Através da análise da tabela 16., que apresenta os resultados obtidos com o teste de *Fisher*, verifica-se que existem variáveis diferenciadoras dos grupos estabelecidos (*p-value* < .05). As variáveis impulsividade, raiva/hostilidade, instabilidade comportamental e estilo manipulador apresentam valores estatisticamente significativos (*p-value* = .000). O grupo GVA é o que apresenta maior percentagem de indivíduos para cada uma delas, seguido do grupo DB. O grupo LF, geralmente, é o que apresenta valores mais baixos ou inexistentes.

Também as variáveis as variáveis ideação suicida, ansiedade generalizada, experiência traumática, depressão, instabilidade emocional, medo de abandono pela vítima e défices de assertividade apresentam valores *p* inferiores a .05, contribuindo significativamente para a diferenciação dos *clusters*. Neste conjunto de variáveis o grupo DB é o que tem maior percentagem de sujeitos com essas características. Os *clusters* GVA e LF têm, por esta ordem, valores mais baixos quando comparados com grupo DB.

Apenas as variáveis narcisismo e relações instáveis e intensas não apresentam valores estatisticamente significativos e que permitam diferenciar os *clusters*.

Tabela 16. Proporções das variáveis ao nível ontogénico – características psicológicas, em função do *cluster* e da amostra total (N= 59).

Variável	Amostra Total		Cluster						*P*
			LF		GVA		DB		
	N	*%*	*N*	*%*	N	%	N	%	
Impulsividade									
Sim	41	69.5	10	41.7	21	95.5	10	76.9	.000*
Não	18	30.5	14	58.3	1	4.5	3	23.1	
Raiva/hostilidade									
Sim	24	40.7	0	0	20	90.9	4	30.8	.000*
Não	35	59.3	24	100	2	9.1	9	69.2	
Comportamento instável									
Sim	15	25.4	0	0	14	63.6	1	7.7	.000*
Não	44	74.6	24	100	8	36.4	12	92.3	
Ideação suicida									
Sim	12	20.3	2	8.3	2	9.1	8	61.5	.000*
Não	47	79.7	22	91.7	20	90.9	5	38.5	
Depressão									
Sim	13	22	2	8.3	4	18.2	7	53.8	.008*
Não	46	78	22	91.7	18	81.8	6	46.2	
Ansiedade generalizada									
Sim	31	52.5	5	20.8	13	59.1	13	100	.000*
Não	28	47.5	19	79.2	9	40.9	0	0	
Experiências traumáticas									
Sim	5	8.5	0	0	1	4.5	4	30.8	.003*
Não	54	91.5	24	100	21	95.5	9	69.2	
Narcisismo									
Sim	6	10.2	1	4.2	5	22.7	0	0	.092
Não	53	89.8	23	95.8	17	77.3	13	100	
Estilo manipulador									
Sim	10	16.9	1	4.2	9	40.9	0	0	.001*
Não	49	83.1	23	95.8	13	59.1	13	100	
Instabilidade emocional									
Sim	45	76.5	13	54.2	20	90.9	12	92.3	.005*
Não	14	23.5	11	45.8	2	9.1	1	7.7	
Relações intensas e instáveis									
Sim	28	47.5	10	41.7	12	54.5	6	46.2	.712
Não	31	52.5	14	58.3	10	45.5	7	53.8	
Medo de abandono pela vítima									
Sim	27	45.8	6	25.0	13	59.1	8	61.5	.031*
Não	32	54.2	18	75.0	9	40.9	5	38.5	
Défices de assertividade									
Sim	47	79.7	15	62.5	20	90.9	12	92.3	.035*
Não	12	20.3	9	37.5	2	9.1	1	7.7	

Nota: *Valor estatisticamente significativo para $p < .05$

c) Consumo de substâncias

Pela análise da Tabela 17. verifica-se que apenas relativamente ao álcool há diferenças significativas entre os grupos (*p-value* = .007). No que respeita ao consumo/abuso de drogas tal não se verifica (*p-value* > .05).

Assim, conclui-se que o consumo de álcool é frequente nos indivíduos do grupo LF (58.3%), mas não nos do grupo GVA e DB (13.6% e 15.4%, respetivamente). Contudo, se falarmos do abuso desta substância o grupo GVA e o grupo DB demarcam-se do LF, com mais de metade dos sujeitos de cada grupo a abusarem do consumo dessa substância.

Quanto à droga, não há registo de abuso deste tipo de substância na amostra selecionada. Também não se registam diferenças significativas entre os grupos quanto ao consumo e não consumo de droga (*p-value* = 1.000).

Tabela 17. Proporções das variáveis ao nível ontogénico – consumo de substâncias, em função do *cluster* e da amostra total (N= 59).

Variável	Amostra Total		Cluster						*P*
			LF		GVA		DB		
	N	*%*	*N*	*%*	N	%	N	%	
Álcool									
Não consumo de álcool	11	18.6	2	8.3	7	31.8	2	15.4	
Consumo de álcool	19	32.2	14	58.3	3	13.6	2	15.4	.007*
Abuso de álcool	29	49.2	8	33.3	12	54.5	9	69.2	
Drogas									
Não consumo de drogas	53	89.8	21	87.5	20	90.9	12	92.3	
Consumo de drogas	6	10.2	3	12.5	2	9.1	1	7.7	1.000
Abuso de drogas	0	0	0	0	0	0	0	0	

Nota: *Valor estatisticamente significativo para $p < .05$

4. Instrumentos do processo avaliativo do PAVD

4.1 Instrumento de Avaliação do Risco de Violência Conjugal (SARA)

Relativamente ao SARA tivemos em conta não só o valor total obtido no Instrumento de Avaliação do Risco de Violência Conjugal, mas também consideramos, individualmente, quatro áreas nele identificadas: i) história criminal, ii) ajustamento psicossocial, iii) história de violência conjugal e iv) índice de ofensas.

Verificamos como se distribuíam as somas totais e parciais do SARA na amostra total e nos três *clusters*, em termos de médias e desvios-padrões (Tabela 18).

Tabela 18. Médias e desvios-padrões para a soma total dos itens do SARA e das quatro dimensões consideradas, em função do *cluster* e da amostra total (N= 59).

Variável	Amostra Total	Cluster			*P*
		LF	GVA	DB	
	M (SD)	*M (SD)*	*M (SD)*	*M (SD)*	
SARA					
SARA total	*14.14 (11.60)*	*10.17 (5.58)*	18.14 (16.97)	14.69 (5.06)	.012*
História criminal	1.10 (1.32)	.71 (1.08)	1.55 (1.47)	1.08 (1.32)	.113
Ajustamento psicossocial	4.60 (3.90)	3.54 (1.98)	5.32 (5.74)	5.31 (2.10)	.088
História de violência conjugal	6.80 (9.08)	4.63 (2.73)	9.18 (14.32)	6.77 (2.31)	.041*
Índice de ofensas	1.64 (1.32)	1.29 (1.33)	2.09 (1.34)	1.54 (1.13)	.097

Nota: *Valor estatisticamente significativo (*p-value* < .05).

Para sabermos se existiam diferenças significativas entre os grupos efetuamos testes de normalidade sobre as distribuições a fim de selecionar o método de comparação de grupos independentes mais adequado (Anexo 6.).

Uma vez que nenhuma das dimensões respeitava o critério da normalidade foi usado o teste de *Kruskal-Wallis.* Pela análise dos valores *P* (Tabela 18), verifica-se que apenas a soma total do SARA e a dimensão história de violência conjugal produziram resultados significativos (*p-value* < .05).

Para saber quais os grupos estatisticamente diferentes utilizamos o teste de *Dunn*[65]. Relativamente à soma total do SARA o mesmo revelou que os grupos LF e GVA (*p-value* = .08) e LF e DB (*p-value* = .19) são diferentes. Quanto à história de violência conjugal também os grupos LF (*p-value* = .37) e LF e DB (*p-value* = .31) são significativamente diferentes. O grupo GVA e DB não apresentam valores significativos (*p-value* > .05) nos dois casos, pelo que não são estatisticamente diferentes um do outro.

4.2 Escala de Crenças sobre Violência Conjugal (ECVC)

A Escala de Crenças sobre Violência Conjugal é um instrumento preenchido pelo próprio sujeito. Também relativamente a ela foram considerados os valores totais e os valores para cada uma das dimensões que mede: i) legitimação e banalização da pequena violência, ii) legitimação da violência pela conduta da mulher, iii) legitimação da violência pela sua

[65] Utilizamos o *p-value* assintótico não-ajustado, em vez do *p-value* ajustado, tendo em conta a dimensão das amostras e o conservadorismo do *p-value* ajustado.

atribuição a causas externas e iv) legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar.

Em primeiro lugar, calculamos as médias para o valor total e para cada uma das dimensões obtidas na escala de crenças (Tabela 19), quer para a amostra total, quer para cada um dos *clusters*.

Tabela 19. Médias e desvios-padrões para a soma total dos itens da ECVC e das quatro dimensões consideradas, em função do *cluster* e da amostra total (N= 42).

Variável	Amostra Total	Cluster			*P*
		LF	GVA	DB	
	M (SD)	***M (SD)***	***M (SD)***	***M (SD)***	
ECVC					
ECVC total	*63.10 (15.67)*	*58.95 (15.40)*	67.21 (17.17)	66.25 (12.33)	.266
Legitimação e banalização da pequena violência	34.26 (9.35)	32.40 (9.05)	36.64 (10.20)	34.75 (8.68)	.433
Legitimação da violência pela conduta da mulher	25.36 (7.72)	22.60 (7.05)	28.07 (8.73)	27.50 (5.58)	.042*
Legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas	21.62 (7.10)	20.10 (7.52)	22.64 (7.54)	23.63 (4.78)	.407
Legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar.	19.33 (5.39)	17.75 (5.57)	20.79 (5.21)	20.75 (4.68)	.099

Nota: *Valor estatisticamente significativo (*p-value* < .05).

Efetuado o teste de *Shapiro-Wilks* sobre a normalidade das distribuições conclui-se que a soma total e as dimensões legitimação e banalização da pequena violência e legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas cumpriam esse critério (Anexo 6.).

Machado, Matos e Gonçalves (2008) obtiveram para cônjuges abusivos um valor médio total de 56,80 (SD=16,4). Verifica-se que na nossa amostra os valores apresentados são relativamente superiores. Para verificar se cada grupo difere significativamente do valor de referência (M= 56,80; SD=16,4) (ibid.), realizamos o *One-sample T-test,* uma vez que o critério da normalidade está preenchido. Conclui-se que apenas o grupo GVA difere significativamente do valor médio apresentado pelos autores (*p-value* = 0.041)[66].

[66] Grupo LF (*t* =.624; *df* = 19; *p-value*= .54); Grupo GVA (*t* =2.27; *df* =13; *p-value* = .041); Grupo DB (*t* =2.168; *df* = 7; *p-value* = .087).

Posteriormente, pretendemos verificar até que ponto existiam diferenças estatisticamente significativas na diferenciação dos grupos. Para testar se existiam diferenças significativas entre os grupos efetuou-se o teste *ANOVA one-way* (a que se refere o valor *P* da tabela anterior) o qual mostrou que os grupos não eram diferentes (*p-value* > .05).

Para as dimensões legitimação da violência pela conduta da mulher e legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar efetuou-se o teste de *Kruskal-Wallis*, cujos valores *P* se encontram também na Tabela 19. Este apenas revela diferenças estatisticamente significativas para a dimensão - legitimação da violência pela conduta da mulher (*p-value* = .042). Realizado o teste de *Dunn* verifica-se que apenas os grupos LF e GVA são significativamente diferentes (*p-value* = .19).

4.3 Questões gerais sobre os consumos de bebidas alcoólicas (CAGE)

Primeiramente, calcularam-se os valores médios obtidos na amostra total e em cada um dos *clusters* no somatório total do CAGE (Tabela 20.).

Tendo em conta que um valor superior a 2 pontos representa um risco considerado de alcoolismo, podemos concluir que embora nenhum dos grupos ultrapasse esse valor, é o grupo DB que se encontra mais próximo do ponto de corte (M= 1.75; SD =1.29).

Tabela 20. Média e desvio-padrão para o CAGE, em função do *cluster* e da amostra total (N= 24).

Variável	**Amostra Total**	**Cluster**			***P***
		LF	GVA	DB	
	M (SD)	***M (SD)***	***M (SD)***	***M (SD)***	
CAGE	*1.10 (1.35)*	*.81 (1.33)*	1 (1.33)	1.75 (1.29)	.098

Verificou-se através da realização do teste *Shapiro-Wilks* (Anexo 6.) que a distribuição das variáveis não era normal. Foi por isso utilizado o teste *Kruskal-Wallis* a fim de saber se os grupos eram significativamente diferentes (Tabela 20). Este revelou que não existiam diferenças significativas entre os grupos quanto aos problemas ligados ao consumo/abuso de álcool (*p-value* > .05).

4.4 Questionário de Regulação Emocional (QRE)

Relativamente a este questionário teve-se em conta os valores obtidos para cada uma das suas categorias: i) reavaliação cognitiva e ii) repressão expressiva. Calcularam-se as médias obtidas para a amostra total e para cada um dos *clusters* (Tabela 21).

Tabela 21. Médias e desvios-padrões para o QRE, em função do *cluster* e da amostra total (N= 37).

Variável	Amostra Total	Cluster			*P*
		LF	GVA	DB	
	M (SD)	*M (SD)*	*M (SD)*	*M (SD)*	
QRE					
Reavaliação cognitiva	*25.95 (8.39)*	*25.60 (8.10)*	28.09 (8.30)	24.01 (9.41)	.554
Repressão emocional	*15.70 (6.57)*	*14.86 (6.18)*	18.45 (7.92)	13.90 (4.90)	.242

Realizou-se do teste de normalidade, verificando-se que ambas as categorias cumpriam este requisito (Anexo 6.). Para saber se existem diferenças estatisticamente significativas entre os grupos utilizou-se o teste paramétrico *ANOVA one-way* (Tabela 21). Pela análise do valor *P* da tabela anterior (22), conclui-se que não há diferenças significativas entre os grupos (*p-value* > .05).

Capítulo 3 – Discussão de Resultados

Esta dissertação teve como objetivos identificar a presença de fatores de risco da violência conjugal, verificar a existência de tipos distintos de agressores conjugais e diferenciá-los em termos de fatores de risco relevantes para cada um deles.

Para a prossecução dos mesmos foi selecionada aleatoriamente uma amostra de 59 agressores conjugais, da região Norte de Portugal, com processo de violência doméstica e imposição judicial da frequência do Programa para Agressores de Violência Doméstica da DGRSP.

Em termos gerais, a realização deste estudo permitiu corroborar alguns resultados já referidos pela comunidade científica, mas também chegar a outras conclusões que devem ser interpretadas cautelosamente.

Assim, iremos apresentar a discussão de resultados respeitando as partes em que esta dissertação foi organizada. Continuaremos também a seguir a lógica dos níveis estabelecidos por Dutton (1995): exosistema, microssistema e nível ontogénico.

1. Identificação de fatores de risco da violência conjugal

1.1 Nível Exosistema

As variáveis consideradas a este nível são de natureza sociodemográfica – idade, educação, emprego e recursos económicos. Os resultados obtidos parecem confirmar, na sua

generalidade, aquilo que a maior parte dos estudos têm vindo a referir, com exceção da variável idade dos sujeitos.

Assim, verificamos que estão presentes na nossa amostra os fatores de risco relacionados com o baixo nível de educação (a maioria possui apenas o 1º ciclo de estudos), o desemprego (44.1%) e os baixos recursos económicos (61%).

Estudos como o de Fowler e Westen (2011) e Johnson et al. (2006), com amostras clínicas ou do sistema de justiça, também referem elevadas percentagens de indivíduos com baixa escolaridade, baixos recursos económicos e elevado desemprego. Estes resultados são ainda consistentes as conclusões apresentadas na meta-análise de Stith et al. (2004). Saliente-se ainda que Cattaneo e Goodman (2005) chegam a referenciar estes fatores como fazendo parte de um conjunto de características associadas a indivíduos menos normativos e que, por isso, têm maior propensão para a reincidência.

Quanto à variável idade, os sujeitos da nossa amostra tendem a ser mais velhos (idade superior a 30 anos) e apresentam uma média da idade também elevada (cerca de 47 anos para a idade atual e 41 anos para a idade à data dos factos). A maior parte dos estudos com agressores conjugais têm revelado médias de idades entre os 30 e os 40 anos (e.g. Densol et al., 2003 (M= 36.0); Fowler & Westen, 2011 (M= 40.5); Gottman et al., 1995 (M= 35.6); Hamberger & Hastings, 1989 (M = 32.3); Johnson et al., 2006 (M= 35); Saunders, 1992 (M= 30.6); Thijssen & Ruiter, 2011 (M= 38.5); Waltz et al., 2000 (M= 35.8)).

Os estudos demonstram ainda uma relação negativa entre idade e violência conjugal, ou seja, quanto mais novos são os sujeitos maior a probabilidade de encetarem este tipo de conduta (Holtzworth-Munroe, Smutzler et al., 1997; Howell & Pugliesi, 1988; McLaughlin et al., 1992; Stith et al., 2004). Uma hipótese explicativa para o resultado alcançado neste estudo é o facto de estarmos a considerar apenas os dados que constam do processo, independentemente de ter sido ou não o primeiro ato de violência conjugal que ocorreu entre o casal. Temos de ter em atenção que estamos perante uma amostra de sujeitos em contacto com o sistema de justiça penal e, bem sabemos, que até pouco tempo atrás a tendência para a não-denúncia destes crimes era muito elevada. Só muito recentemente com a notável evolução que tem ocorrido, em Portugal, a nível político e legal, é que estes casos acabaram por ter maior visibilidade (Matos, 2011), aumentando também o número de denúncias (cf. Gráfico 1., p. 9).

1.2 Nível Microssistema

As variáveis do microssistema estão organizadas em três áreas: violência na família de origem, historial de violência conjugal e fatores ligados ao relacionamento.

Relativamente à exposição à violência interparental a maior parte dos estudos mostram uma relação positiva significativa entre esta e a perpetração de violência conjugal (Ehrensaft et al., 2003; Schumacher et al., 2001; Stith et al., 2000). Na nossa amostra verificou-se que em 39% dos casos houve exposição à violência física e/ou psicológica entre os pais, na infância. Note-se que no estudo de Hamberger e Hastings (1989) esta percentagem era de 29.5%. Beasley e Stoltenberg (1992, cf. in Schumacher et al., 2001) apresentam um *effect size* de (r= .44) para a relação entre violência conjugal e violência verbal (emocional) e (r=.36) para o testemunho de violência física, constituindo, assim, um importante fator de risco para a violência conjugal.

Muitas dos indivíduos inseridos em contextos familiares violentos foram também vítimas diretas de abuso. Saliente-se que vários autores destacam a probabilidade acrescida disto acontecer (Osofsky, 2003; Slep & O'Leary, 2005; Stover, 2005). Assim, verificou-se que 37.3% dos agressores conjugais foi vítima de violência física na infância, sendo que cerca de ¼ da amostra refere também ter sido vítima de abuso psicológico. Em relação ao historial de abuso Hamberger e Hastings apresentam um valor mais reduzido (15.4%). Contudo, note-se que, segundo vários autores, a vitimação física e psicológica na infância está relacionada com comportamentos de violência conjugal no futuro (Barnett & Fagan, 1993; Dutton, Starzomski et al., 1996; Ehrensaft, 2003; Murrell et al., 2007; Schumacher et al., 2001; Stith et al., 2000).

Consistente com o que refere Dixon et al. (2007) os atos de vitimação foram levados a cabo, maioritariamente, pela figura masculina - o pai.

Uma outra área relevante e que constitui um dos melhores preditores de violência conjugal no futuro é o historial de violência conjugal.

A este nível verificamos que em 25% dos casos já houve pelo menos um processo anterior por violência doméstica (conjugal), sendo que em dois casos houve incumprimento das medidas judiciais impostas no passado, por comparação a oito casos de incumprimento no processo atual (13.6%). No estudo de Johnson et al (2006) verificou-se que 83% da amostra já tinha condenações anteriores ainda que por outro tipo de crime. Thijssen e Ruiter (2011) revelam uma percentagem menor (38%) e mais próxima dos nossos resultados. Os dois estudos referiam-se a agressores acompanhados pelo sistema de justiça.

Walton-Moss et al. (2005) referem ainda que o contacto com o sistema de justiça é um forte preditor de violência conjugal no futuro.

Verificamos, ainda, que em mais de metade dos casos da amostra já existiu violência contra cônjuge ou análogo no passado, isto é, antes dos factos que constam do processo atual, seja contra a mesma vítima ou em relação anterior. Vários estudos têm mostrado uma relativa estabilidade da violência conjugal ao longo do tempo quando esta é perpetrada pelo mesmo parceiro e contra a mesma vítima e se inicia numa fase precoce do relacionamento (e.g. O'Leary et al.,1989; Thompson et al., 2001). Na meta-análise de Stith et al. (2004) a violência física no passado está relacionada com o desenvolvimento de condutas semelhantes no presente (r=.24).

Constata-se também que existe aqui uma diferença relativamente à percentagem de sujeitos com processos anteriores por violência doméstica (25%) e o número de casos em que houve violência contra cônjuge no passado (55.9%). Tal, pode dever-se a fatores como: não ter havido condenação em processo anterior, o facto de a vítima ter desistido da queixa (quando o crime era de natureza semipública) ou ter requerido a suspensão provisória do processo (cf. art. 281º, nº 6 do Código de Processo Penal), ou não ter havido denúncia do crime, o que remete para a reflexão sobre as *cifras negras* que neste tipo de crimes tendem a ser elevadas (Leite, 2010).

Em termos do tipo de violência a que os agressores recorrem, conclui-se que a violência psicológica destaca-se como o tipo de violência mais comum contra vítima do processo atual, verificando-se quase na totalidade dos casos. Conclui-se ainda que em 78% dos casos houve intensificação do comportamento violento do agressor. Segundo, Thompson et al. (2001) os sujeitos com elevados níveis de violência psicológica têm mais probabilidade de se tornar fisicamente agressivos. No entanto, tal não significa que não possam coocorrer diversos tipos de violência (como se verifica neste estudo), ou que primeiro tenham de surgir os atos de violência psicológica para evoluir para atos mais graves de violência física ou sexual (Sugarman et al., 1996), pois as dinâmicas da violência podem começar com condutas violentas graves (Manita et al., 2009).

Constata-se ainda que os níveis de violência psicológica e física na relação com a vítima do atual processo são elevados. Tal conclusão vai de encontro ao que foi anteriormente referido e à meta-análise de Stith et al. (2004) que apresenta uma relação forte entre a violência psicológica e a física (r= .49). Não devemos, porém, esquecer que estamos perante uma amostra constituída por indivíduos acompanhados pelo sistema de justiça penal, podendo

conter os casos mais graves de violência conjugal e, por isso, com maior probabilidade de denúncia. Além disso, a violência física tende a assumir maior visibilidade e estar mais associada à violência conjugal (Dias, 2004) do que, por exemplo, a violência sexual, cujos níveis verificados são muito reduzidos (11.9% no processo atual). Estes resultados são também consistentes com os obtidos numa amostra forense de agressores conjugais (Cunha et al., 2011).

Salienta-se, por último, que em 33.9% dos casos da amostra houve recurso à violência fora do contexto familiar. Também no estudo de Gondolf (1988) 40% dos sujeitos já tinham sido violentos contra não-familiares.

Ainda ao nível do microssistema, atentamos aos fatores ligados ao relacionamento propriamente dito.

No que respeita à satisfação com o relacionamento a maioria dos sujeitos diz-se satisfeito (55.9%), o que acaba por ser congruente com o que refere Brikerhoff e Lupri (1988) quando afirmam que há uma grande proporção de casos em que a insatisfação marital não é reportada, mesmo quando há violência e, principalmente numa fase inicial da relação (O'Leary et al., 1989). No entanto, o número de sujeitos que se diz insatisfeito é também ele elevado (44.1%) e nestes casos o risco de violência conjugal será maior (cf. Schumacher et al., 2001; Stith et al., 2004), bem como nos casos em que o agressor tem elevados níveis de ciúme da vítima (62.7%), sendo este último aspeto corroborado por estudos como o de Dutton, Ginkel et al. (1996) e pela meta-análise de Stith et al. (2004).

1.3 Nível ontogénico

Ao nível ontogénico verificamos que estão muito presentes na nossa amostra todos os fatores de risco enunciados ao nível das crenças e atitudes dos agressores conjugais. Deste modo, encontramos um grande número de sujeitos com crenças enraizadas sobre os papéis de género (72.9%) e que tendem a negar (74.6%) e a atenuar ou minimizar a violência conjugal (86.6%), sendo que todos eles externalizam o seu comportamento, justificando-o com causas alheias a si e à sua conduta (e.g. comportamento da vítima). Há ainda uma percentagem considerável de indivíduos que revelam atitudes legitimadoras do uso da violência em geral (33.9%). Tais resultados são consistentes com diversos estudos (Anderson & Buchman, 2002; Flood & Pease, 2009; Gouping et al., 2010), revisões (Riggs et al., 2000; Schumacher et al., 2001) e meta-análises (Stith et al., 2004; Sugarman & Frankel, 1996) que analisam estes aspetos e os associam à perpetração de violência conjugal.

Em relação às características psicológicas destes sujeitos, conclui-se que as mais frequentes na amostra são: os défices de assertividade, a instabilidade emocional, a impulsividade, a ansiedade generalizada, relações intensas e instáveis, medo de abandono pela vítima e raiva/hostilidade, cujos valores situam-se entre os 40.7% e os 79.9%.

Saliente-se que a propósito de cada uma delas a literatura tem encontrado relação com a violência conjugal. A falta de assertividade está, por uma lado associada a níveis de raiva/hostilidade superiores, pois os sujeitos tendem a não expressar os próprios sentimentos, sobretudo no que se refere à recusa de pedidos de outras pessoas, solicitações de pedidos a outros, ou início do contato com os outros, podendo resultar sentimentos de ressentimento ou hostilidade para com o outro (Schumacher et al., 2001). Dutton e Strachan (1987) e Holtzworth-Munroe, Bates et al. (1997) referem que baixos níveis de assertividade em relação ao parceiro íntimo estão associados à violência conjugal.

A raiva/hostilidade está também relacionada com a este tipo de conduta, por exemplo, a meta-análise de Stith et al. (2004) calculou um *effect size* de (r= .26). Quanto à instabilidade emocional a literatura encontra suporte para uma relação com a violência conjugal (e.g. Babcock et al., 2000; Cunha et al., 2011; Dutton & Haring, 1999). Note-se que na nossa amostra encontramos uma percentagem relativamente grande de sujeitos que foram expostos à violência interparental numa idade muito precoce. Alguns autores referem que tal facto pode contribuir para o desenvolvimento de problemas ao nível da regulação emocional (Sroufe, Egeland & Carlson, 1999, cf. in Stover, 2005). Esta pode ser uma possível explicação para o facto de a instabilidade emocional ser um fator muito presente na nossa amostra de agressores conjugais.

Também a impulsividade/agressividade, a ansiedade generalizada, relações intensas e instáveis e o medo de abandono pela vítima são características que têm sido associadas aos agressores conjugais (Craig, 2003; Cunha et al., 2011; Dutton & Haring, 1999; Dutton & Starzomski, 1993; Dutton & Strachan, 1987; Holtzworth-Munroe, Bates et al., 1997; Lieb et al. 2004).

No entanto, nem todos os estudos se focam em cada uma destas características independentemente. Por exemplo, Hamberger e Hastings (1991) apresentam valores médios superiores e significativamente diferentes em relação aos níveis de ansiedade nos agressores, por comparação ao grupo não-violento.

Parece, portanto, que os resultados obtidos neste estudo são consistentes com o que a literatura vem apontando como relevante para a violência conjugal, estando presentes os fatores de risco enunciados numa proporção significativa da amostra.

Outras características que se verificaram na amostra, embora os resultados obtidos revelem uma menor presença das mesmas, foram: o comportamento instável (inclui criminalidade, comportamento desviantes e desrespeito pelas normas/imposições sociais ou judiciais), depressão, ideação suicida, estilo manipulador, narcisismo e experiências traumáticas, cujos valores variam entre os 8.5% e os 25.4% na amostra.

Alguns estudos focam-se, particularmente, em alguns sintomas de mal-estar psicológico. Por exemplo, em relação à depressão, encontram-se correlações positivas significativas - Stith et al. (2004) calculou um *effect size* de (r=.23). O *stress* pós traumático também está associado à violência conjugal (e.g. X^2= (1, N= 372) = 9.3, p= .002, Jordan et al., 1992; X^2 (1, N= 50) = 8.19, p < .005, Riggs et al., 1998, 2000).

Quanto ao comportamento instável, estilo manipulador e narcisismo[67] são características que a literatura refere como estando mais associadas a um tipo de personalidade antissocial (APA, 2000; Gonçalves, 2007; Hamberger & Hastings, 1986). Sendo que, este tipo de personalidade está associado à violência conjugal - Maurício et al. (2007) referem uma relação positiva significativa entre características da personalidade *antissocial* e a violência física (r=.36) e a violência psicológica (r=.47).

Hamberguer e Hastings (1986) replicaram um estudo com agressores conjugais que confirmou a existência de um grupo designado de *antissocial/narcisista,* atribuindo-lhe um estilo manipulativo. Esta associação entre a personalidade antissocial e narcisista é comum nos estudos que se focam nas características psicológicas dos agressores conjugais (ver Chambers & Wilson, 2007). Por sua vez, Swogger et al. (2007) referem que os agressores conjugais com características antissociais têm maior número de ofensas por outros crimes que os não-agressores (comportamento instável). Gonçalves (2007) salienta a propensão para a adoção de um estilo de vida criminal, nos sujeitos com características antissociais.

Em suma, parece que na nossa amostra alguns problemas psicológicos encontram-se com alguma frequência. Segundo, Hamberger e Hastings (1986) as desordens de personalidade são relativamente frequentes nos agressores conjugais que frequentam programas de tratamento. Também as características psicológicas, além das desordens de

[67] Os narcisistas tendem a sentir-se no direito de se comportar da maneira que querem e sentindo-se bem e justificando o comportamento, uma vez que são "especiais" e "diferentes" das outras pessoas (Craig, 2003, p. 240).

personalidade, exercem uma influência na expressão da violência conjugal (Hastings & Hamberger, 1994, cf. in Craig, 2003).

Por último, quanto ao consumo de substâncias, verifica-se na nossa amostra uma tendência para o consumo (32.3%) e abuso de álcool (49.2%), essencialmente. Outros estudos encontram também elevadas percentagens de consumo/abuso de álcool nas suas amostras – Gondolf (1988) e Hamberger e Hastings (1989) apresentam um valor de 59% e 33.3%, respetivamente. O consumo de álcool é referido na literatura como um fator de risco positivamente associado a violência conjugal. Por exemplo, o estudo de Chermack et al. (2008) apresenta uma valor de OR= .97, IC= 95-.99, $p < .05$ e a meta-análise de Stith et al. (2004) um *effect size* de (r=.24).

Relativamente à droga não é uma problemática muito comum nestes sujeitos, embora em muitos estudos seja considerado um fator de risco comum e positivamente relacionado com a violência conjugal. A meta-análise de Stith et al. (2004) apresenta um *effect size* de (r=.31). Neste estudo o consumo de droga é referido em apenas 10.2% dos casos e não há registos de abuso desta substância.

Isto poderá ser justificado por questões culturais, uma vez que em Portugal o consumo de álcool é muito frequente, mantendo-se 15% acima da média dos países da Europa Ocidental (Harald & Gmel, 2001, cf. in Breda & Almeida, 2010; World drink trends, 2005, cf. in Breda & Almeida, 2010;).

2. Diferenciação de agressores conjugais – tipologia

Através da análise de *clusters*, método que permite formar grupos de sujeitos constituídos por elementos o mais homogéneos possível entre si, mas que se distingam dos elementos dos outros grupos (Marôco, 2010), formou-se uma tipologia tripartida de agressores conjugais.

Salienta-se que o recurso à análise de *clusters* deveu-se também ao facto de este método ser recorrentemente usado quando se trata de constituir tipologias de agressores conjugais (e.g. Gondolf, 1988; Greene et al., 1994; Holtzworth-Munroe et al., 2000; Rothschild et al., 1997; Tweed & Dutton, 1998; Thijssen & Ruiter, 2011).

A opção de constituir uma tipologia que distingue três tipos de agressores resulta do facto de os resultados revelados pelo método *k-means*, da análise de *clusters* não-hierárquica, serem mais consistentes para a formação de três grupos. Note-se que foi testada com recurso ao mesmo método e fatores a formação de uma tipologia bipartida ou quadripartida, uma vez

que na literatura sobre tipologias estas tendem a variar os dois e os quatro grupos de agressores conjugais (Maurício & Lopez, 2009), no entanto, optou-se por aquela que julgamos ser a solução mais adequada – uma tipologia que distingue: agressores *limitados à família* (LF), *geralmente violentos ou antissociais* (GVA) e *disfóricos-borderline* (DB). De resto esta é a terminologia adotada por Holtzworth-Munroe e Stuart (1994).

É possível constatar que estes três grupos vão de encontro ao que as investigações com este propósito têm indicado. Deste modo,

i) O grupo LF é semelhante ao grupo com a mesma designação de Holtzworth-Munroe e Stuart (1994), mas também a outros tipos referidos noutros estudos – *typical batterers* (Gondolf, 1988), *family-only* (Saunders, 1992), *low-pathology* (Johnson et al., 2006). Trata-se do grupo menos violento, que circunscreve a sua violência ao contexto familiar e que evidencia pouca ou nenhuma psicopatologia. Assim, este grupo apresenta resultados negativos para as dimensões frequência e generalidade da violência e para os índices de antissocialidade e disforia/*borderline* na análise de *clusters* efetuada.

ii) O grupo GVA é similar ao grupo de Holtzworth-Munroe e Stuart (1994) também assim designado, mas também ao grupo *sociophatic* e *antisocial* (Gondolf, 1988)*, generally violent* (Saunders, 1992), *tipo I* ou *cobras* (Gottman et al., 1995), *tipo I* ou *instrumentais* (Tweed & Dutton, 1998), *antisocial* (Johnson et al., 2006) e *psychopathic* (Fowler & Westen, 2011). Assim, este grupo caracteriza-se por apresentar elevados níveis de violência conjugal e fora do contexto familiar e maiores evidências de personalidade antissocial (e.g. comportamento antissocial e não-conformidade às normas, abuso de substâncias).

Na análise de *clusters* realizada este grupo apresenta resultados positivos elevados para as dimensões frequência e generalidade da violência e para o índice de antissocialidade. Para o índice disforia/*borderline* apresenta valores negativos.

iii) O grupo DB apresenta semelhanças com o grupo *disfórico-borderline* de Holtzworth-Munroe e Stuart (1994), mas também com os grupos: *emotionally volatile* (Saunders, 1992), *tipo II ou pit bull* (Gottman et al., 1995), *tipo II* ou *impulsivo* (Tweed & Dutton, 1998), *borderline* (Johnson et al., 2006), *borderline/dependent* (Fowler & Westen, 2011).

Caracteriza-se, essencialmente por apresentar níveis de violência moderados a severos, pode existir ou não violência fora do contexto familiar, exibe maiores

dificuldades ao nível psicológico. Assim, na nossa análise de *clusters* este grupo apresenta valores positivos moderados de frequência da violência e valores positivos elevados para o índice de disforia/*borderline*. No entanto, para a generalidade da violência e índice de antissocialidade os resultados obtidos são negativos.

Quanto à composição de cada um dos tipos verifica-se que o grupo LF é composto por 40%, GVA por 37.3% e o DB por 22% dos sujeitos da amostra (n=59). Segundo a meta-análise de Dixon e Browne (2003) quando se trata de amostras de de sujeitos enviados pelo sistema de justiça ou para um programa específico encontramos menos sujeitos no grupo LF do que os previstos por Holtzworth-Munroe e Stuart (1994) – 50%, mais sujeitos no grupo GVA e o grupo DB é o que sofre menos alterações, sendo que os autores previam que cada um deles fosse composto por 25% dos sujeitos. Ora, os resultados obtidos na nossa amostra, tendo em conta que dela só fazem parte sujeitos acompanhados pelo sistema de justiça penal e com imposição de frequência de programa para agressores conjugais são, por isso, consistentes com o que refere a meta-análise.

3. Diferenciação dos tipos de agressores conjugais

Após estabelecimento da tipologia de agressores conjugais, procuramos diferenciar cada um dos tipos tendo em conta fatores de risco relevantes para a violência conjugal, comparando-os. Dixon e Bowne (2003) referem que este é um importante passo para a validação das tipologias.

Nestes termos, verifica-se na nossa amostra que:

3.1. Nível Exosistema - os indivíduos de cada grupo têm uma média de idade próxima, quer uns dos outros, quer em relação à média da amostra total. Têm também baixos níveis de escolaridade (ensino secundário ou inferior), baixos recursos económicos e encontram-se geralmente em situação de desemprego nos três *clusters.* Não se verifica, portanto, diferenças significativas entre os três grupos: LF, GVA e DB, ao nível da idade, educação, recursos económicos e situação profissional.

Estes resultados são consistentes com o que refere Gondolf (1988, pp. 195-6) O autor refere que "não há diferenças estatisticamente significativas para a idade, nível de educação e emprego nos três *clusters* – *typical baterers*, *sociopathic* e *antisocial*. Também Tweed e Dutton (1998, p. 14) referem que agressores *instrumentais* ou *tipo I* e os *impulsivos* ou *tipo II* não diferem significativamente em termos de idade e escolaridade. Mais recentemente, Stoops et al. (2009) também não encontram

diferenças significativas entre os *clusters* encontrados, quer para idade, situação profissional, educação e recursos económicos.

No entanto, Holtzworth-Munroe et al. (2000) encontram diferenças significativas entre o grupo DB e o LF, tendo o grupo DB níveis de educação inferiores e entre o grupo DB e os grupos LF, GVA e AMN, sendo que os *disfóricos-borderline* têm recursos económicos mais baixos que os restantes *clusters*. Ao nível da idade não há diferenças significativas entre os grupos. Densol et al. (2003), por sua vez, apenas encontram diferenças significativas entre o grupo GVA, com menor nível de escolaridade que o grupo LF, mas refere não haver diferenças ao nível da idade e dos recursos económicos. Saliente-se, contudo, que ambos os estudos têm amostras da comunidade.

Assim, parece consensual que não existem diferenças significativas entre a idade dos sujeitos e a situação profissional dos mesmos. Quanto à escolaridade e recursos económicos alguns estudos com amostras da comunidade têm encontrado diferenças significativas para estas variáveis. No entanto, a nossa amostra é constituída apenas por agressores acompanhados pelo sistema de justiça penal, enviados para um programa específico para agressores conjugais, à semelhança de Tweed e Dutton (1998) e Stoops et al. (2009).

3.2. Nível Microssistema

a) Agregado familiar de origem - não se verificam diferenças significativas relativamente à composição do agregado familiar de origem (a média situa-se entre os 6 a 7 elementos nos três grupos), nem aos recursos económicos que tendem a ser baixos em todos os *clusters*.

Relativamente à violência interparental também não se verificam diferenças significativas entre os três grupos. Estes resultados são parcialmente consistentes com os Densol et al. (2003) e Johnson et al. (2006) que também não revelam diferenças estatisticamente significativas. Contudo, Fowler e Westen (2011) encontram diferenças significativas para o testemunho de violência intrafamiliar, sendo o grupo *psychopatic* o que apresenta valores mais elevados de exposição à violência (47%), por comparação ao grupo *borderline/dependent* (8%).

Outros estudos (e.g. Waltz et al., 2000; Fowler & Westen, 2011) também apresentam diferenças significativas entre os grupos GVA e DB por comparação ao LF, sendo este último o que apresenta resultados mais baixos de exposição à violência.

Esta disparidade poderá esta relacionada com as amostras utilizadas (comunidade *vs* clínicas ou do sistema de justiça) ou com a metodologia adotada (relatos dos técnicos, autorrelato).

No que diz respeito à experiência de vitimação não se verificam diferenças significativas entre os grupos. Densol et al. (2003) também não encontraram diferenças significativas a este nível nos seus grupos. Contudo, Saunders (1992) refere que há diferenças significativas entre o grupo GVA (57%) com níveis superiores de abuso severo na infância, por comparação ao grupo LF (24%) e DB (33%). Johnson et al. (2006), por sua vez, refere que o grupo DB (50%) é estatisticamente diferente do LF (13%), pois apresenta maior percentagem de vitimação física na infância. Fowler e Westen (2011) encontram diferenças significativas no seu estudo, sendo os grupos GVA e DB os que apresentam maior percentagem de vitimação física na infância (50%), por comparação ao grupo LF (36%).

Também não há resultados significativos que distingam os grupos ao nível da vitimação/rejeição pelo pai ou pela mãe. Holtzworth-Munroe et al. (2000) consideram separadamente a vitimação pelo pai/mãe e a rejeição pelo pai/mãe. Os autores concluem que não há diferenças significativas entre os três grupos no que respeita à experiência de abuso na infância, seja pelo pai ou pela mãe. Contudo, quanto à rejeição pelo pai, verificam que o grupo LF apresenta valores significativamente mais baixos que o grupo GVA. Quanto à rejeição pela mãe apenas o grupo LF é significativamente diferente do grupo DB.

Por último, Stoops et al. (2009) consideram o abuso e o testemunho de violência na infância uma variável única, tendo encontrado diferenças estatisticamente significativas que indicam que o grupo LF terá valores inferiores ao GVA e DB.

b) História de violência conjugal – verificam-se diferenças significativas ao nível do número de processos anteriores por violência doméstica (*p-value* = .004), sendo o grupo GVA que tem valores mais elevados. Embora a generalidade dos estudos se foque nos antecedentes criminais em geral, os resultados apontam para o grupo GVA como aquele que apresenta mais problemas ligados à criminalidade (Gondolf, 1988; Holtzworth-Munroe et al. 2000; Saunders, 1992; Stoops et al., 2009). Faz sentido que, no âmbito da violência conjugal, sejam também estes últimos que tenham mais registos de processos dessa natureza, pela tendência marcada que revelam para o crime, seja violento ou não. Também quanto à violação das medidas no

processo atual de violência doméstica (conjugal) o grupo GVA é um dos que apresenta valores significativamente mais elevados, por comparação ao LF, em que nenhum sujeito violou as medidas impostas no processo atual (*p-value* =.020).

Em relação à violência contra cônjuge ou análogo no passado, o nosso estudo apresenta resultados significativos (*p-value* =.024), sendo o grupo GVA e DB que apresentam valores mais elevados, à semelhança do estudo de Thijssen e Ruiter (2011). Ainda no estudo de Holtzworth-Munroe et al. (2000), o grupo GVA apresenta valores mais elevados que o grupo DB e LF quanto à violência exercida em relacionamentos anteriores.

Por sua vez, quanto à frequência da violência conjugal verificamos que há diferenças significativas entre os grupos (*p-value* = .002), sendo o grupo GVA e DB que exercem violência sobre a parceira mais frequentemente (72.2% e 76.9%, respetivamente), por comparação ao grupo LF que tende a exercer violência mais ocasionalmente (62.5%). Saliente-se que a generalidade dos estudos na área que referem o grupo GVA exerce maiores níveis de violência, seguindo-se o grupo DB (Tweed & Dutton, 1998; Holtzworth-Munroe et al. 2000; Waltz et al., 2000).

Em relação à generalidade da violência – violência exercida fora do contexto familiar, os resultados também são estatisticamente significativos (*p-value* = .001) e consistentes com a literatura. O grupo GVA destaca-se por apresentar os valores mais elevados - 63.6% (Densol et al., 2003; Gondolf, 1988; Gottman et al., 1995; Holtzworth-Munroe et al., 2000; Saunders, 1992; Thijssen & Ruiter, 2011; Waltz et al., 2000).

Ao analisarmos a existência de relacionamentos anteriores ao que consta no atual processo, concluiu-se que o grupo GVA difere de modo significativo dos outros dois grupos (*p-value* = .041), verificando-se a existência de relações anteriores em 95.5% dos casos. Gondolf (1988) refere que os grupos mais violentos (*sociopathic* e *antisocial*) diferem significativamente do grupo limitado à família (*typical batterers*). Uma possível explicação para os resultados encontrados poderá estar relacionada com o número elevado de processos anteriores por violência conjugal e com os elevados níveis de violência exercidos pelo grupo GVA, sendo que o mesmo tende também a intensificar a violência ao longo do tempo. Segundo a literatura estes sujeitos também revelam maior frieza emocional (cf. Lynam et al., 2004; Swooger et al., 2007). Assim, poderá haver maior tendência para romper com as relações e dar início a outras.

Verificou-se, igualmente, que há diferenças significativas quanto à escalada da violência (*p-value* = .002), destacando-se os grupos GVA e DB como aqueles que registam maior intensificação da violência ao longo do tempo. Relativamente ao grupo GVA há consensualidade nos estudos quanto à maior severidade da violência exercida por este grupo. Contudo, quanto ao grupo DB alguns estudos encontram menores níveis que no grupo GVA, encontrando-se, por isso mais próximo do grupo LF (e.g. Densol et al., 2003; Saunders, 1992; Tweed & Dutton, 1998). Por sua vez, Holtzworth-Munroe et al. (2000) referem que GVA e DB têm níveis de violência similares.

Nas variáveis violação de medidas anteriores por crime de violência doméstica e no tipo de violência exercida na relação atual não há diferenças significativas entre os três *clusters*. Note-se apenas que quanto ao tipo de violência exercida em relações atuais alguns estudos encontram diferenças significativas, designadamente entre os grupos LF e GVA e DB exercendo estes últimos níveis superiores de violência física e emocional/psicológica (Gondolf, 1988; Gottman et al., 1995; Holtzworth-Munroe et al. 2000; Saunders, 1992). Contudo, os grupos não são diferentes quanto ao uso da violência sexual (ibid.).

c) Fatores ligados ao relacionamento – a este nível não se verificam diferenças significativas entre os três grupos em nenhuma das variáveis consideradas. Os três *clusters* registam valores similares e elevados de satisfação na relação. Brikerhoff e Lupri (1988) referem que em muitos casos a insatisfação marital não é reportada mesmo quando há violência. Contudo, Saunders (1992) e Densol et al. (2003) apresentam níveis significativamente superiores de satisfação marital para o grupo LF em comparação com o grupo GVA. No entanto, Waltz et al. (2000) também não encontram diferenças significativas entre o grupo mais violento e o menos violento a este nível.

Em relação ciúme extremo também não foram encontradas diferenças significativas nos três grupos, tal como no estudo de Saunders (1992). Porém, alguma literatura aponta no sentido de o grupo DB apresentar níveis superiores de ciúme na relação (Gottman et al., 1995; Holtzworth-Munroe et al., 2000; Waltz et al., 2000).

3.3 Nível ontogénico

a) Crenças e atitudes – a este nível apenas se verificaram diferenças significativas quanto às atitudes de legitimação do uso da violência em geral (*p- value* = .014), sendo o grupo GVA e DB que têm valores mais elevados, em comparação

com o grupo LF. Ao nível da externalização da violência conclui-se que nos 3 grupos a totalidade dos sujeitos justifica o seu comportamento recorrendo a motivos externos à sua conduta ou a si (e.g. culpabilização da vítima). Nos papéis tradicionais de género, negação e atenuação/minimização da violência conjugal também não há diferenças significativas entre os grupos, sendo que todos eles apresentam percentagens próximas e elevadas.

Holtzworth-Munroe et al. (2000) não encontram diferenças significativas no que respeita às atitudes face à mulher, mas referem que quanto à legitimação da violência o grupo DB é o que apresenta níveis significativamente maiores por comparação ao LF. O grupo GVA não é significativamente diferente do LF nem do DB. Sendo que, apenas neste aspeto o nosso grupo difere desses resultados, uma vez que o grupo GVA é o que apresenta maior número de sujeitos com atitudes legitimadoras do uso da violência. No entanto, tal parece-nos consistente com os resultados que têm até aqui sido discutidos, pois é o grupo GVA que tende a exercer níveis superiores de violência, bem como a ter mais antecedentes criminais por violência doméstica (conjugal), sendo, por isso, normal que seja o grupo que também apresente mais este tipo de atitudes. Por último, Saunders (1992) encontra diferenças significativas quanto às crenças rígidas face aos papéis de género, sendo o grupo GVA que apresenta mais crenças a este nível do que os grupos DB e LF.

b) Características psicológicas – quase todas as variáveis consideradas revelam-se diferenciadoras dos grupos, à exceção do narcisismo e relações intensas e instáveis. Embora, relativamente a estas duas últimas características a literatura associe o narcisismo ao grupo GVA e as relações intensas e instáveis ao grupo DB (Dutton & Haring, 1999; Holtzworth-Munroe, 2000; Johnson et al., 2006; Tweed & Dutton, 1998; Waltz et al., 2000).

Características como a impulsividade, raiva/hostilidade, o comportamento instável e o estilo manipulador são muito frequentes no grupo GVA e menos frequentes no grupo LF.

Quanto à impulsividade Holtzworth-Munroe et al. (2000) encontra valores significativamente diferentes entre o grupo LF e o DB, mas não entre este e o GVA, que apresentam valores mais próximos.

Face à raiva/hostilidade verifica-se que no estudo de Gottman et al. (1995) o *tipo I/instrumentais* (GVA) apresenta valores de raiva mais elevados que o *tipo*

II/*impulsivos* (DB). Saunders (1992), por sua vez, refere que apenas o grupo DB apresenta níveis mais elevados de raiva, significativamente diferentes do grupo LF e GVA. No entanto, Waltz et al. (2000) não encontraram diferenças significativas a este nível.

Quanto ao comportamento instável (tendência para o envolvimento em condutas ilícitas e desrespeito pelas normas), os resultados são consistentes com a generalidade dos estudos na área, que referem que o grupo GVA é diferente do LF e DB (Gottman et al., 1995; Holtzworth-Munroe et al., 2000; Waltz et al., 2000).

Por último, Gottman et al. (1995) referem que o grupo similar ao GVA tende a ser manipulador, tal como sugerem os dados obtidos.

As variáveis ideação suicida, depressão, ansiedade generalizada e experiências traumáticas verificam-se mais no grupo DB, do que no GVA e LF. Estes dados são muito consistentes com outras investigações. Saunders (1992) também encontra valores significativamente mais elevados no grupo DB em relação à ideação suicida e de depressão. Quanto à ansiedade os dados também são consistentes com vários estudos (Fowler & Westen, 2011; Johnson et al., 2006; Tweed & Dutton, 1998), no sentido em que é também o grupo DB que obtém valores significativamente mais elevados da presença desta característica nos agressores deste grupo. Relativamente às experiências traumáticas. Tweed & Dutton (1998), por exemplo, referem que o grupo similar ao DB apresenta níveis de sintomas de trauma significativamente maiores que o grupo GVA. Outros estudos vão de encontro a esta conclusão (Holtzworth-Munroe et al., 2000; Westen & Fowler, 2011).

Por último, as variáveis instabilidade emocional, medo de abandono pela vítima e défices de assertividade apresentam resultados significativos, sendo que são mais comuns nos grupos GVA e DB, por comparação ao LF. Saunders (1992) refere que o grupo DB é emocionalmente mais volátil, enquanto Fowler e Westen (2011) salientam os problemas ao nível da afetividade e das respostas emocionais do grupo GVA. Na nossa amostra verificamos que o grupo DB e GVA têm níveis significativamente superiores de instabilidade emocional em relação ao grupo LF. Ambos os estudos parecem suportar os resultados que encontramos. Em relação ao medo do abandono, geralmente, os estudos apontam para o grupo DB como o que apresenta níveis significativamente superiores (Densol et al., 2003; Dutton & Bodnarchuk, 2005; Gottman et al., 1995; Holtzworth-Munroe et al., 2000). Quanto à assertividade apenas

tem sido referido que os défices a este nível são característicos dos agressores conjugais (Boyle et al., 2007, Gondolf, 1988), sendo que na nossa amostra encontramos elevados défices de assertividade nos grupos DB e GVA (90.9% e 92.3%, respetivamente) diferindo significativamente do grupo LF.

c) Consumo de substâncias – conclui-se que apenas os problemas relacionados com o álcool são diferenciadores dos grupos. O abuso do álcool é mais comum nos grupos GVA e DB. Estes resultados são consistentes com aquilo que a maioria dos estudos apontam - o grupo GVA e DB tendem a registar níveis de abuso desta substância superiores ao grupo LF (Holtzworth-Munroe et al., 2000; Saunders, 1992; Stoops et al., 2009; Waltz et al., 2000).

Relativamente à droga não se verificam diferenças significativas. Contudo, alguns estudos têm revelado que em relação ao consumo desta substância verifica-se que o grupo GVA e DB tende a registar níveis de consumo superiores ao LF (Gondolf, 1988; Waltz et al., 2000).

Por último, Densol et al. (2003) referem que o consumo de substâncias (álcool e/ou drogas) diferencia o grupo GVA e DB do grupo LF que apresenta menores consumos.

4. Instrumentos do processo avaliativo

Foram integrados na nossa análise alguns instrumentos do processo avaliativo do Programa para Agressores de Violência Doméstica, cuja frequência foi imposta a todos os sujeitos que constituem a nossa amostra.

Verificamos se entre os *clusters* estabelecidos havia diferenças significativas em relação aos *scores* obtidos nesses instrumentos.

Quanto ao Instrumento de Avaliação do Risco de Violência Conjugal – SARA (Kropp, Hart, Webster & Eaves, 1995, trad. por Almeida & Soeiro, 2005) apenas em relação ao somatório total dos fatores de risco presentes no sujeito e aos fatores relacionados com a história de violência conjugal se encontraram resultados estatisticamente significativos. Estes indicam que o grupo LF é significativamente diferente do grupo DB e GVA por apresentar valores médios mais baixos na cotação do SARA. Tal conclusão parece consistente com o que tem sido exposto até esta parte - o grupo LF é o que apresenta menos fatores de risco associados (Holtzworth-Munroe et al., 2000).

Relativamente à Escala de Crenças sobre Violência Conjugal – ECVC (Matos, Machado & Gonçalves, 2001) não se verificam resultados estatisticamente significativos para a soma total deste instrumento, o que revela que em termos de crenças sobre a violência conjugal os três grupos apresentam resultados relativamente próximos e elevados (LF = 58.95; DB = 66.25; GVA = 67.21). Machado, Matos e Gonçalves (2008) obtiveram para conjugues abusivos um valor médio de 56,80 (SD=16,4). Na nossa amostra apenas o grupo GVA apresenta valores significativamente mais elevados que a média referida pelos autores, quando realizado o teste de comparação de médias *(One-sample T-test)*, apresentado um *p-value* de 0.041.

Ao analisarmos as diferenças entre os grupos relativamente ao contributo de cada um dos tipos de crenças legitimadoras da violência conjugal, verificamos que apenas a legitimação da violência pela conduta da mulher é diferenciadora dos grupos, sendo que o GVA apresenta valores neste fator significativamente superiores ao grupo LF. No estudo de Henning et al. (2005) a maior parte dos agressores coloca a culpa na sua parceira em vez de se culpabilizar pela sua própria conduta (84.6%). Os autores referem que o motivo mais comum referido pelos agressores masculinos quando justificam o incidente pela conduta da paceira é o ciúme demonstrado por esta (56.3%) e a dificuldade da vítima em controlar a sua raiva. No entanto, não encontramos dados que diferenciem estas atitudes por tipos de agressores conjugais.

Em relação ao CAGE também não foram encontradas diferenças significativas entre os grupos. Note-se que no CAGE um valor superior 2 é considerado risco de alcoolismo, sendo que os valores médios obtidos nos três grupos foram inferiores a 2. Contudo, Stoops et al. (2009), utilizando este instrumento, referem que o grupo GVA é significativamente diferente do LF e DB. Saliente-se ainda, que quando consideramos os consumos de álcool apenas com base na informação recolhida no processo do sujeito também encontramos diferenças significativas entre os grupos, designadamente, o grupo GVA com níveis superiores de abuso de álcool, comparativamente ao grupo LF.

Por último, não foram também encontradas diferenças significativas entre os três *clusters* no Questionário de Regulação Emocional, quer quanto à reavaliação cognitiva, quer quanto à repressão emocional. No entanto, a literatura tem vindo a referir que o grupo DB tende a evidenciar mais dificuldades em termos de regulação emocional (e.g. Fowler & Westen, 2011; Lieb et al., 2004).

Um outro aspeto que tem sido analisado e deve ser tido em consideração é a questão da desejabilidade social nos agressores conjugais. Arias e Beach (1987) concluem que a tendência a responder de forma socialmente desejável está associada a baixos níveis de autorrelato de violência física contra a parceira, pelo menos uma vez, durante o ano anterior à recolha dos dados (r (71) = -0.23, p = 0.05). Dutton e Bodnarchuk (2005, p. 9) alertam para a necessidade de medir esta variável, pela tendência destes indivíduos em não reportar aspetos "indesejáveis".[68] Uma vez que não controlamos esta questão neste estudo, seria de, futuramente, o fazer e verificar se os mesmos resultados se verificam, uma vez que, à exceção do SARA, todos os outros instrumentos (ECVC, CAGE, QRE) são de autorrelato.

Conclusão

Apesar da multiplicidade de conceitos avançados e da confusão que normalmente existe entre eles, optamos por utilizar o de violência conjugal ou violência relacional íntima (Baldry, 2003, cf. in Almeida e Soeiro, 2010; Cunha et al., 2011; Kropp, Hart, Webster & Eaves, 1995, trad. por Almeida & Soeiro, 2005; Leite, 2010).

Devido à crescente visibilidade que a violência conjugal tem verificado nos últimos anos (Matos, 2003), bem como ao aumento crescente do número de denúncias e casos julgados por este tipo de crime (cf. Estatísticas da justiça), torna-se importante perceber que fatores estão relacionados com o desenvolvimento e perpetuação destes comportamentos (Cavanaugh & Gelles, 2005).

Os estudos até há pouco tempo, focavam-se quase exclusivamente nas características da vítima. No entanto, tem sido chamada a atenção para a necessidade de conhecermos a *outra face da moeda* – o agressor. Há autores que referem, inclusive, que se torna mais preeminente conhecer as suas características, porque mais relacionadas com a perpetração da violência conjugal, do que as da vítima (Hotaling & Sugarman, 1990).

Esta dissertação pretendeu dar um contributo nesse sentido. Para o efeito, foi selecionada uma amostra de 59 agressores da região Norte de Portugal, acompanhados pelo sistema de justiça e aos quais foi imposta a obrigação de frequentar o Programa para Agressores de Violência Doméstica (PAVD) da DGRSP (em parceria com a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género - CIG).

[68] Sugarman e Hotaling (1995) calcularam um *effect size* médio de (r= -.18; *k*=11) para a relação entre desejabilidade social e violência conjugal. No estudo de Mahalic et al. (2005) a desejabilidade social estava negativa e significativamente relacionada com comportamento controlador (r = –.39, p <.001), e com os resultados da escala *Masculine Gender Role Stress* (r=–.44, p <.001).

Deste modo, verificou-se quais os fatores de risco mais presentes na nossa amostra, tendo em conta a revisão da literatura, que nos indicou que fatores e de que forma estão relacionados com a violência conjugal.

Conclui-se que, na nossa amostra os fatores de risco da violência conjugal mais relevantes são o baixo estatuto socioeconómico, elevados níveis de violência prévia, atitudes e crenças favoráveis à violência, problemas psicológicos e o abuso de álcool.

Este estudo procurou também diferenciar os agressores conjugais, com base nos estudos que têm demonstrado que se trata de uma população heterogénea, com necessidades diferentes de intervenção de acordo com as suas peculiaridades (cf. Huss & Halston, 2008). Por último, de modo a validar as diferenças encontradas, foi dado uma passo em frente, no sentido de diferenciar cada um dos tipos estabelecidos com base nos fatores de risco distais e proximais que as investigações na área sugerem (e.g. Dixon & Browne, 2003).

Note-se que os estudos tipológicos de natureza empírica não utilizam todos os mesmos critérios para a diferenciação dos agressores, sendo que alguns focam-se mais nas características psicopatológicas ou da personalidade dos sujeitos (e.g. Tweed & Dutton, 1998; White & Gondolf, 2000) e no uso de instrumentos clínicos (e.g. MCMI), outros focam-se em respostas fisiológicas, como a frequência cardíaca (e.g. Gottman et al., 1995) e outros combinam dimensões da violência com psicopatologia ou aspetos da personalidade (e.g. Holtzworth-Munroe et al., 2000; Waltz et al., 2000).

Nesta dissertação optou-se por utilizar critérios relacionados quer com o uso da violência (frequência e generalidade da violência), quer com as características psicológicas dos agressores conjugais, construindo-se um índice de antissocialidade e um índice de disforia-*borderline*.

De referir ainda que a metodologia a que os autores recorrem para a diferenciação dos agressores também varia. Desde a utilização de instrumentos clínicos (e.g. MMPI ou MCMI), escalas ou questionários preenchidos pelo próprio sujeito (e.g. Holtzworth-Munroe et al., 2000; Johnson et al., 2006; Tweed & Dutton, 1998; Waltz et al., 2000), ou através da análise documental de casos de violência conjugal (e.g. Thijssen & Ruiter, 2011), ou do uso de entrevistas estruturadas (e.g. Gottman et al., 1995; Saunders, 1992), índices de respostas fisiológicas e observação da interação entre os casais (e.g. Gottman et al., 1995), ou recorrendo a amostras de técnicos (psicólogos ou psiquiatras) que descrevem os agressores conjugais que acompanharam através do preenchimento de *checklists* ou outro tipo de medidas (e.g. Fowler & Westen, 2011).

Neste estudo, recorreu-se à análise documental dos processos dos agressores conjugais. Deles constavam documentos com os registos efetuados pelos técnicos que acompanham os casos, nomeadamente, a *checklist* para Avaliação do Risco de Violência Conjugal - SARA (Almeida & Soeiro, 2005), o guião de entrevista semiestruturado devidamente preenchido e os relatórios elaborados. Também integravam o processo do sujeito os documentos remetidos pelo OPC's, Ministério Público e Tribunais, bem como os instrumentos de autorrelato preenchidos pelo próprio sujeito no âmbito do processo avaliativo do PAVD.

Com recurso à análise de *clusters* identificamos três tipos de agressores que, genericamente, os estudos tipológicos têm também encontrado: i) um grupo de agressores *limitados à família* que se caracteriza por baixos níveis de frequência e generalidade da violência e de problemas psicológicos; ii) um grupo *geralmente violento ou antissocial* que se distingue, essencialmente, por revelar elevados níveis de frequência e generalidade da violência, bem como características mais associadas à antissocialidade; e, por último, iii) um grupo *disfórico-borderline* que apresenta valores intermédios face aos outros dois grupos de frequência da violência, baixos níveis de generalidade da violência e características associadas a um mal-estar psicológico.

Para cada uma das variáveis utilizadas para a formação dos *clusters*, foram, à *posteriori*, realizados testes de diferenças entre grupos independentes, verificando-se que cada uma delas contribuía significativamente para a diferenciação dos três tipos. Este resultado era, de certa forma, esperado uma vez que se as variáveis foram utilizadas para a formação dos *clusters,* espera-se que as mesmas sejam diferenciadoras dos grupos, permitindo a usa agregação em *clusters* diferentes.

Destaca-se ainda o facto dos três grupos, na sua generalidade, se distinguirem do modo previsto, tendo em conta os fatores de risco enunciados na literatura.

Apesar de se verificar que fatores ligados à estrutura socioeconómica do sujeito (exosistema) estão muito presentes na nossa amostra, estes não são muito relevantes para a diferenciação dos agressores.

Se atentarmos ao contexto abusivo (microssistema) dos sujeitos concluímos que além de estarem presentes na amostra fatores de risco importantes, designadamente, ao nível do historial de violência, alguns deles têm um relevo significativo no que respeita à distinção dos tipos. Verifica-se também que há elevados níveis de exposição à violência e vitimação na infância na nossa amostra, mas não podemos afirmar que são explicativos do comportamento

dos sujeitos, pela ausência de um grupo de comparação equivalente, nem verificar a adequação das teorias da aprendizagem social a este nível. Além disso, verificou-se que essas experiências de vida dos sujeitos não são diferenciadoras dos grupos encontrados.

São as variáveis consideradas ao nível ontogénico que parecem ser mais predominantes e mais relevantes na nossa amostra quando se trata de diferenciar os agressores conjugais. Salienta-se, principalmente, as características psicológicas do sujeito, onde se verifica uma presença elevada de algumas delas na amostra selecionada e onde se encontra maior número de diferenças significativas entre os tipos de agressores estabelecidos. Torna-se, por isso, importante salientar a este nível o contributo que as teorias psicológicas podem ter para a explicação da violência conjugal.

Ao nível das crenças dos sujeitos estamos perante uma amostra em que as atitudes face ao uso da violência em geral são características dos grupos mais violentos (GVA e DB). As crenças individuais acerca dos papéis tradicionais de género estão presentes na generalidade dos sujeitos da amostra. Levanta-se, por isso, uma questão sobre qual o contributo da cultura e sociedade em que vivemos em termos de influência significativa ao nível do comportamento que os indivíduos desenvolvem, tal como afirmam as teorias feministas. Contudo, seria necessário outro tipo de estudos para responder a esta questão.

Uma das limitações de este estudo é o facto de utilizar uma amostra constituída apenas por sujeitos que estão em contacto com o sistema de justiça penal e aos quais foi imposta uma medida de frequência de um programa especifico. Futuramente, seria uma mais-valia, poder realizar-se, a par da análise documental dos processos do sujeito, entrevistas com os próprios agressores, mas também com os técnicos que acompanham os casos, permitindo aprofundar a informação recolhida nos documentos. Era também importante poder consultar as próprias vítimas, tornando este tipo de investigações muito mais integradoras. Com a inclusão das vítimas poderíamos contrapor a informação dada por ambas as partes e se fossem recolhidos dados sobre a sua caracterização poderíamos também verificar até que ponto teríamos também as características das vítimas a influenciar a dinâmica da relação e perfis de vítimas relacionados com os perfis dos agressores.

É também importante verificar se utilizando uma amostra de sujeitos não obrigados a frequentar um programa para agressores conjugais e da comunidade os resultados seriam semelhantes aos encontrados nesta dissertação.

Além disso, seria útil estabelecer pelo menos um grupo de comparação com indivíduos não violentos mas que estivessem envolvidos numa relação íntima. Tal contribuiria quer para o estudo dos fatores de risco, verificando-se até que ponto os mesmos estariam correlacionados com a violência conjugal na amostra utilizada, quer para o estudo das tipologias ao verificar se as diferenças entre os agressores de cada tipo são estatisticamente significativas em relação aos não-agressores.

Seria também de ter em atenção, principalmente, quando se utiliza instrumentos de autorrelato é a questão da desejabilidade social. Sendo prudente medi-la e controlá-la. Por sua vez, algo que não foi analisado neste estudo, mas que seria importante perceber, nomeadamente, pela referência que é feita em alguns estudos na área, são os estilos de vinculação destes sujeitos, bem como os motivos subjacentes ao uso da violência em relações íntimas. Autores como Babcock et al. (2000) referem que há diferentes tipos de apego entre os indivíduos violentos e entre estes e os não-violentos, com implicações ao nível da regulação emocional, sendo que a violência acaba por desempenhar diferentes funções.

Futuramente, também seria importante verificar, de acordo com as tipologias estabelecidas, de que modo funcionou a intervenção com estes sujeitos – por exemplo, se houve diferenças em termos de desistência/participação no programa para agressores e de reincidência. Um outro desafio é o de verificar a estabilidade das tipologias que foram estabelecidas, isto é, se ao longo do tempo os indivíduos tendem a manter-se nos mesmos grupos ou a passar para grupos diferentes (ver Holtzworth-Munroe et al., 2003).

Seria por isso, importante, a aposta na realização de estudos longitudinais, que seguissem os sujeitos ao logo de um certo período de tempo (*follow-up*). Tal permitiria também verificar o que mudou no comportamento ou no agressor, o como e porquê dessa mudança e as distinções entre aqueles que têm problemas crônicos ao longo do tempo e aqueles que têm problemas transitórios e que podem levar à desistência do comportamento violento (Capaldi & Kim, 2007).

Deixam-se, assim, alguns desafios lançados à investigação nesta área, uma vez que ainda há muito por explorar e compreender face a este fenómeno tão complexo que é a violência conjugal, principalmente, pela natureza íntima das relações em que ocorre.

Note-se que os resultados obtidos não são definitivos nem explicam cabalmente a natureza e características dos agressores conjugais. Contudo, esperamos ter contribuído para o lançamento de novas hipóteses de investigação e despertado a curiosidade para a pesquisa científica.

Referências Bibliográficas

Agra, C. da (1999). A violência "hard" e a violência "soft": exercício para uma teoria crítica das violências. *Separata dos Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, *39*(3-4). pp. 17-28.

Aldarondo, E. (1996). Cessation and persistence of wife assault: a longitudinal analysis. *American Journal of Orthopsychiatry*, *66*(1), pp. 141–151.

Almeida, I. & Soeiro, C. (2010). Avaliação de risco de violência conjugal: versão para polícias (SARA: PV). *Análise Psicológica*, *1*(28), pp. 179–192.

Almeida, M. (2009). *Violência conjugal e álcool: (in) existência de uma relação causal?* Dissertação de Mestrado. Faculdade de Medicina, Universidade de Coimbra. Coimbra. Portugal.

American Psychiatric Association - APA. (2002). *DSM-IV-TR – Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais* (4ª. ed.). Lisboa: Climepsi Editores.

Anderson, C. A., & Bushman, B. J. (2002). Human aggression. *Annual Review of Psychology*, *53*, pp. 27–51.

Anderson, K. L. (1997). Gender, status, and domestic violence: an integration of feminist and family violence approaches. *Journal of Marriage and the Family*, *59*, pp. 655–669.

Andrews, D. A. & Bonta, J., (2006). *The Psychology of Criminal Conduct* (4th ed). [S.l.]: LexisNexis.

Andrews, D. A., & Wormith, J. S. (1984). *Criminal Sentiments and Criminal Behaviour*. [s.l.]: Ministry of the Solicitor General of Canada.

Arias, I., & Beach, S. R. H. (1987). Validity of self-reports of marital violence. *Journal of Family Violence*, *2*(2), pp. 139–149.

Associação Portuguesa de Apoio à Vítima - APAV. (2010). *Manual Alcipe - para o atendimento de mulheres vítimas de violência.* Lisboa: APAV.

Associação Portuguesa de Apoio à Vítima - APAV. (2013, fevereiro). *Estatísticas APAV - relatório anual 2012.* Lisboa: APAV.

Babcock, J. C., Green, C. E., Webb, S. A, & Yerington, T. P. (2005). Psychophysiological profiles of batterers: autonomic emotional reactivity as it predicts the antisocial spectrum of behavior among intimate partner abusers. *Journal of Abnormal Psychology*, *114*(3), pp. 444–455.

Babcock, J. C., Jacobson, N. S., Gottman, J. M., & Yerington, T. P. (2000). Attachment, emotional regulation, and the function of marital violence: differences between secure, preoccupied, and dismissing violent and nonviolent husbands. *Journal of Family Violence*, *15*(4), pp. 391-40.

Barbour, K. A., Eckhardt, C. I., Davison, G. C., & Kassinove, H. (1998). The experience and expression of anger in maritally violent and maritally discordant-nonviolent men. *Behavior Therapy*, *29*(2), pp. 173–191.

Barnett, O. W., & Fagan, R. W. (1993). Alcohol use in male spouse abusers and their female partners. *Journal of Family Violence*, *8*(1), pp. 1–25.

Bell, K. M., & Naugle, A. E. (2008). Intimate partner violence theoretical considerations: moving towards a contextual framework. *Clinical Psychology Review*, *28*(7), pp.1096–107.

Borenstein, M., Hedges, L.V., Higgins, J. P. T., & Rothstein, H. R. (2011). *Introduction to Meta-Analysis.* West Sussex: Wiley.

Borum, R. (2000). Assessing violence risk among youth. *Journal of Clinical Psychology*, *56*(10), pp. 1263–1288.

Bowen, E., & Gilchrist, E. (2004). Comprehensive evaluation: a holistic approach to evaluating domestic violence offender programmes. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, *48*(2), pp. 215–34.

Boyle, D. J., O'Leary, K. D., Rosenbaum, A., & Hassett-Walker, C. (2007). Differentiating between Generally and Partner-Only violent subgroups: lifetime antisocial behavior, family of origin violence, and impulsivity. *Journal of Family Violence*, *23*(1), pp. 47–55.

Breda, J., & M. Vaz de Almeida. (2010). Problemas ligados ao álcool em Portugal: contributos para uma estratégia compreensiva. Dissertação de Doutoramento. Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação, Universidade do Porto. Porto. Portugal.

Brinkerhoff, M. B., & Lupri, E. (1988). Interspousal violence. *Canadian Journal of Sociology*, *13*(4), pp. 407–434.

Campbell, J. C., Miller, P., Cardwell, M. M., & Belknap, R. A. (1994). Relationship status of battered women over time. *Journal of Family Violence*, *9*(2), pp. 99–111.

Capaldi, D. M., & Kim, H. K. (2007). Typological approaches to violence in couples: a critique and alternative conceptual approach. *Clinical Psychology Review*, *27*(3), pp. 253–265.

Carlson, B. E. (2005). The most important things learned about violence and trauma in the past 20 years. *Journal of Interpersonal Violence*, *20*(1), pp. 119–126.

Carlson, B. E., & Worden, A. P. (2005). Attitudes and beliefs about domestic violence: results of a public opinion survey: I. Definitions of domestic violence, criminal domestic violence, and prevalence. *Journal of Interpersonal Violence*, *20*(10), 1197–1218.

Cattaneo, L. B., & Goodman, L. A. (2005). Risk factors for reabuse in intimate partner violence: a cross-disciplinary critical review. *Trauma, Violence & Abuse*, *6*(2), pp. 141–75.

Cavanaugh, M. M., & Gelles, R. J. (2005). The utility of male domestic violence offender typologies: new directions for research, policy, and practice. *Journal of Interpersonal Violence*, *20*(2), pp. 155–166.

Chambers, A. L., & Wilson, M. N. (2007). Assessing male batterers with the personality assessment inventory. *Journal of Personality Assessment*, *88*(1), pp. 57–65.

Chermack, S. T., Murray, R. L., Walton, M. A, Booth, B. A, Wryobeck, J., & Blow, F. C. (2008). Partner aggression among men and women in substance use disorder treatment: correlates of psychological and physical aggression and injury. *Drug and Alcohol Dependence*, *98*(1-2), pp. 35–44.

Cismaru, M., & Lavack, A. M. (2011). Campaigns targeting perpetrators of intimate partner violence. *Trauma, Violence & Abuse*, *12*(4), pp. 183–197.

Cohen, J. (1988). *Statistical Power Analysis for the Behavioral Sciences* (2nd ed.). Hillsdale: Lawrence Erlbaum Associates.

Coker, S. L., Smith, P. H., McKeown, R. E., & King, M. J. (2000). Frequency and correlates of intimate partner violence by type: physical, sexual, and psychological battering. *American Journal of Public Health*, *90*(4), pp. 553–559.

Coleman, K. H., Weinman, M. L., & Hsi, B. P. (1980). Factors affecting conjugal violence. *The Journal of Psychology*, *105*, pp. 197–202.

Craig, R. J. (2003). Use of the Millon Clinical Multiaxial Inventory in the psychological assessment of domestic violence. *Aggression and Violent Behavior*, *8*(3), pp. 235–243.

Cunha, O., & Gonçalves, R. A. (2011, julho). Tratamento de agressores domésticos: o Programa de Promoção e Intervenção com Agressores Conjugais (PPRIAC). *Revista do Ministério Público*, *127*, pp. 9–34.

Cunha, O., Gonçalves, R. A., & Pereira, C. (2011, junho). Avaliação do risco em agressores conjugais: análise de uma amostra forense. *Ousar Integrar - Revista de Reinserção Social e Prova*, (9), pp. 9–22.

Densol, C., Margolin, G., & John, R. S. (2003). A typology of maritally violent men and correlates of violence in a community sample. *Journal of Marriage and Family, 65*, pp. 635–651.

Dias, I. (2004). Violência na família: uma abordagem sociológica. Porto: Edições Afrontamento.

Direção de Serviços Estudos e Planeamento - DSEP. (2010). *Difusão Estatística 2009*. Lisboa: DGRS.

Direção de Serviços Estudos e Planeamento - DSEP. (2013). *Síntese Estatística da Atividade Operativa relativa à Vigilância Eletrónica 2012*. Lisboa: DGRSP.

Dixon, L., & Browne, K. (2003). The heterogeneity of spouse abuse: a review. *Aggression and Violent Behavior*, *8*(1), pp. 107–130.

Dixon, L., Hamilton-Giachritsis, C., Browne, K., & Ostapuik, E. (2007). The co-occurrence of child and intimate partner maltreatment in the family: characteristics of the violent perpetrators. *Journal of Family Violence*, *22*(8), pp. 675–689.

Dutton, D. G. (1995). T*he domestic Assault of Women: Psychological and Criminal Justice Perspectives*. Vancouver: UBC Press.

Dutton, D. G., & Bodnarchuk, M. (2005). Through a psychological lens: personality disorder and spouse assault. In. D. R. Loseke, R. J. Gelles, & M. M. Cavanaugh (Eds.). *Current Controversies on Family Violence* (pp. 5– 18). Thousand Oaks, CA: Sage.

Dutton, D. G., & Haring, M. (1999). Perpetrator personality effects on post-separation victim reactions in abusive relationships. *Journal of Family Violence*, *14*(2), pp. 193–204.

Dutton, D. G., & Kropp, P. R. (2000). A review of domestic violence risk instruments. *Trauma, Violence, & Abuse*, *1*(2), pp. 171–181.

Dutton, D. G., & Starzomski, A. J. (1993). Borderline personality in perpetrators of psychological and physical abuse. *Violence and Victims*, *8*(4), 326–37.

Dutton, D. G., & Strachan, C. E. (1987). Motivational needs for power and spouse-specific assertiveness in assaultive and nonassaultive men. *Violence and Victims*, *2*(3), pp. 145–56.

Dutton, D. G., Ginkel, C., & Landolt, M. A. (1996a). Jealousy, intimate abusiveness, and intrusiveness. *Journal of Family Violence*, *11*(4), pp. 411–423.

Dutton, D. G., Starzomski, A., & Ryan, L. (1996). Antecedents of abusive personality and abusive behavior in wife assaulters. *Journal of Family Violence*, *11*(2), pp. 113–132.

Echeburúa, E., Fernández-Montalvo, J., De Corral, P., & López-Goñi, J. J. (2009). Assessing risk markers in intimate partner femicide and severe violence: a new assessment instrument. *Journal of Interpersonal Violence*, *24*(6), pp. 925–39.

Eckhardt, C. I., Barbour, K. A, & Stuart, G. L. (1997). Anger and hostility in maritally violent men: conceptual distinctions, measurement issues, and literature review. *Clinical Psychology Review*, *17*(4), pp. 333–358.

Ehrensaft, M. K., Cohen, P., Brown, J., Smailes, E., Chen, H., & Johnson, J. G. (2003). Intergenerational transmission of partner violence: a 20-year prospective study. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, *71*(4), pp. 741–753.

Ewin, J. A. (1984). Detecting alcoholism: The CAGE Questionnaire. *Journal of the American Medical Association*, *252*, 1905-1907.

Field, C. A., Caetano, R., & Nelson, S. (2004). Alcohol and violence related cognitive risk factors associated with the perpetration of intimate partner violence. *Journal of Family Violence*, *19*(4), pp. 249–253.

Flake, D. F. (2005). Individual, family, and community risk markers for domestic violence in Peru. *Violence Against Women*, *11*(3), pp. 353–373.

Flood, M., & Pease, B. (2009). Factors influencing attitudes to violence against women. *Trauma, Violence & Abuse*, *10*(2), pp. 125–142.

Fowler, K. a, & Westen, D. (2011). Subtyping male perpetrators of intimate partner violence. *Journal of Interpersonal Violence*, *26*(4), pp. 607–639.

Gonçalves, R. A. (2004, outubro). Agressores conjugais: Investigar, avaliar e intervir na outra face da violência conjugal. *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, (4), pp. 541-558.

Gonçalves, R. A. (2007). Promover a mudança em personalidades anti-sociais: punir, tratar e controlar. *Análise Psicológica*, *4*(15), pp. 571–583.

Gonçalves, R. A., Cunha, O., & Dias, A. R. (2011). Avaliação psicológica de agressores conjugais. In. M. Matos, R. A. Gonçalves & C. Machado (Coords.), *Manual de Psicologia Forense: Contextos, Práticas e Desafios*. Braga: Psiquilíbrios.

Gondolf, E. W. (1988). Who are those guys? Toward a behavioral typology of batterers. *Violence and Victims*, *3*(3), pp. 187–203.

Gondolf, E. W., & Foster, R. a. (1991). Pre-program attrition in batterer programs. *Journal of Family Violence*, *6*(4), pp. 337–349.

Gottman, J. M., Jacobson, N. S., Rushe, R. H., Shortt, J. W., Babcock, J., Taillade, J. J. La, Waltz, J. (1995). The Relationship between heart rate reactivity, emotionally aggressive behavior, and general violence in batterers. *Journal of Family Psychology*, *9*(3), pp. 227–248.

Gover, A. R., Kaukinen, C., & Fox, K. A. (2008). The relationship between violence in the family of origin and dating violence among college students. *Journal of Interpersonal Violence*, *23*(12), pp. 1667–1693.

Greene, A. F., Lynch, T. F., Decker, B., & Coles, C. J. (1997). A psychobiological theoretical characterization of interpersonal violence offenders. *Aggression and Violent Behavior*, *2*(3), pp. 273–284.

Greene, A. F. Coles, C. J. & Johnson, E. H. (1994). Psychopathology and anger in interpersonal violence offenders. *Journal of Clinical Psychology*, *50,* pp. 906-912.

Gross, J. J., Richards, J. M., & John, O. P. (2006). Emotion regulation in everyday life. In. D. K. Snyder, J. A. Simpson & J. N. Hughes (Eds.). *Emotion Regulation in families:*

Pathways to Dysfunction and Health (pp. 13–35). Washington, DC: American Psychological Association

Gross, J. J., & John, O. P. (2003). Individual differences in two emotion regulation processes: implications for affect, relationships and well-being. *Journal of Personality and Social Psychology*, *85*(2), pp. 348-362.

Gross, J. J., & John, O. P. (2004). Healthy and unhealthy emotion regulation: personality processes, individual differences and life span development. *Journal of Personality*, *72*(6), pp. 1301-1333.

Gunderson, J. G. (2001). *Borderline Personality Disorder: A Clinical Guide*. Washington, DC: American Psychiatric Press.

Guoping, H., Yalin, Z., Yuping, C., Momartin, S., & Ming, W. (2010). Relationship between recent life events, social supports, and attitudes to domestic violence: predictive roles in behaviors. *Journal of Interpersonal Violence*, *25*(5), 863–76.

Hagan, F. E. (2010). *Research Methods in Criminal Justice and Criminology* (8th ed.). New Jersey: Prentice Hall.

Hage, S. M. (2000). The role of counseling psychology in preventing male violence against female intimates. *The Counseling Psychologist*, *28*(6), pp. 797–828.

Hamberger, L. K., & Hastings, J. E. (1986). Personality correlates of men who abuse their partners: a cross-validation study. *Journal of Family Violence*, *1*(4), pp. 323–341.

Hamberger, L. K., & Hastings, J. E. (1991). Personality correlates of men who batter and nonviolent men: some continuities and discontinuities. *Journal of Family Violence*, *6*(2), pp. 131–147.

Hanson, B. (2010). *Differentiating Theoretical Approaches to Batterer Intervention : A Study of Batterer Intervention Programs.* Doctoral dissertation. Graduate Faculty in Social Welfare, The City University of New York. New York. United States.

Hanson, R. K., & Wallace-Capretta, S. (2000). *Prediction Recidivism Among Male Batterers*. Ottawa: Department of the Solicitor General of Canada.

Heckert, D. A., & Gondolf, E. W. (2005). Do multiple outcomes and conditional factors improve prediction of batterer reassault? *Violence and Victims*, *20*(1), pp. 3–24.

Henning, K., Jones, A. R., & Holdford, R. (2005). "I didn't do it, but if I did I had a good reason": minimization, denial, and attributions of blame among male and female domestic violence offenders. *Journal of Family Violence*, *20*(3), pp. 131–139.

Herrenkohl, T. I., Maguin, E., Hill K. G., Hawkins, J. D., Abbott, R. D., & Catalano, R. F. (2000). Developmental risk factors for youth violence. *Journal of Adolescent Health*, *26*, pp.176–186.

Holtzworth-Munroe, A. (2000). A typology of men who are violent toward their female partners: making sense of the heterogeneity in husband violence. *Current Directions in Psychological Science*, *9*(4), pp. 140–143.

Holtzworth-Munroe, A., & Meehan, J. C. (2004). Typologies of men who are maritally violent: scientific and clinical implications. *Journal of Interpersonal Violence*, *19*(12), pp. 1369–1389.

Holtzworth-Munroe, A., & Stuart, G. L. (1994). Typologies of male batterers: three subtypes and the differences among them. *Psychological Bulletin*, *116*(3), pp. 476–497.

Holtzworth-Munroe, A., Bates, L., Smutzler, N., & Sandin, E. (1997). A brief review of the research on husband violence - Part I: maritally violent versus nonviolent men. *Aggression and Violent Behavior*, *2*(1), pp. 65–99.

Holtzworth-Munroe, A., Meehan, J. C., Herron, K., Rehman, U., & Stuart, G. L. (2000). Testing the Holtzworth-Munroe and Stuart (1994) batterer typology. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, *68*(6), pp. 1000–1019.

Holtzworth-Munroe, A., Meehan, J. C., Herron, K., Rehman, U., & Stuart, G. L. (2003). Do subtypes of maritally violent men continue to differ over time? *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, *71*, pp. 728-740.

Holtzworth-Munroe, A., Smutzler, N., & Bates, L. (1997). A brief review of the research on husband violence - Part III: sociodemographic factors, relationship factors, and differing consequences of husband and wife violence. *Agression and Violent Behavior*, *2*(3), pp. 285–307.

Hotaling, G. T., & Sugarman, D. B. (1990). A risk marker analysis of assaulted wives. *Journal of Family Violence*, *5*(1), pp. 1–13.

Howell, M. J., & Pugliesi, K. L. (1988). Husbands who harm: predicting spousal violence by men. *Journal of Family Violence*, *3*(1), pp. 15–27.

Huss, M. T., & Ralston, A. (2008). Do batterer subtypes actually matter? Treatment completion, treatment response, and recidivism across a batterer typology. *Criminal Justice and Behavior*, *35*(6), pp. 710–724.

Jacobson, N. S., Gottman, J. M., Waltz, J., R, R., Babcock, J., & Holtzworth-Munroe, A. (1994). Affect, verbal content and psychophysiology in the arguments of couples with a violent husband. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, *62*(5), pp. 982–988.

Jewell, L. M., & Wormith, J. S. (2010). Variables associated with attrition from domestic violence treatment programs targeting male batterers: a meta-analysis. *Criminal Justice and Behavior*, *37*(10), pp. 1086–1113.

Johnson, M. (2005). Domestic violence: it's not about gender—or is it? *Journal of Marriage and Family*, *67*, pp. 1126–1130.

Johnson, M. P. (1995). Patriarchal terrorism and common couple violence: two forms of violence against women. *Journal of Marriage and the Family*, *57*(2), pp. 283-294.

Johnson, M. P. (2006). Conflict and control: gender symmetry and asymmetry in domestic violence. *Violence Against Women*, *12*(11), pp. 1003–1018.

Johnson, R., Gilchrist, E., Beech, A. R., Weston, S., Takriti, R., & Freeman, R. (2006). A psychometric typology of U.K. domestic violence offenders. *Journal of Interpersonal Violence*, *21*(10), pp. 1270–1285.

Jordan, B. K., Marmar, C. R., Fairbank, J. A., Schlenger, W. E., Kulka, R. A., Hough, R. L., & Weiss, D. S. (1992). Problems in families of male Vietnam veterans with posttraumatic stress disorder. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, *60*(6), pp. 916–926.

Julian, T. W., & McKenry, P. C. (1993). Mediators of male violence toward female intimates. *Journal of Family Violence*, *8*(1), pp. 39–56.

Kalmuss, D. (1984). The intergenerational transmission of marital aggression. *Journal of Marriage and the Family*, 47, pp. 11-19.

Kaufman, K., & Straus, M. A. (1989). Substance abuse as a precipitant of wife abuse victimizations. *The American Journal of Drug and Alcohol Abuse*, *15*(2), pp. 173–189.

Kelly, J. B., & Johnson, M. P. (2008). Differentiation among types of intimate partner violence: research update and implications for interventions. *Family Court Review*, *46*(3), pp. 476–499.

Kropp, P. R., Hart, S. D., Webster, C. D., & Eaves, D. (2005). *Manual de Avaliação de Risco de Violência Conjugal* (2ª ed.). (C. Soeiro & I. Almeida, Trad.). Loures: Instituto Superior de Polícia Judiciária e Ciências Criminais. (Obra original publicada em 1995).

Kyriacou, D. N., Anglin, D., Taliaferro, E., Stone, S., Tubb, T., Linden, J. A., Muelleman, R., Barton, E., & Kraus, J. F. (1999). Risk factors for injury to women from domestic violence against women. *The New England Journal of Medicine*, *341*(25), pp. 1892–1898.

Langhinrichsen-Rohling, J. (2005). Top 10 greatest "hits": important findings and future directions for intimate partner violence research. *Journal of Interpersonal Violence*, *20*(1), pp.108–118.

Langhinrichsen-Rohling, J., Huss, M. T., & Ramsey, S. (2000). The clinical utility of batterer typologies. *Journal of Family Violence*, *15*(1), pp. 37–53.

Lehmann, N., & Krupp, S. (1984). Alcohol-related domestic violence: clinical implications and intervention strategies. *Alcoholism Treatment Quarterly*, *1*(4), pp. 111-115.

Leite, A. L. (2010). A violência relacional íntima: reflexões cruzadas entre o direito penal e a criminologia. *Revista Julgar*, *12* (especial), pp. 25-66.

Leonard, K. E., & Blane, H. T. (1992). Alcohol and marital aggression in a national sample of young men. *Journal of Interpersonal Violence*, *7*(1), pp. 19–30.

Lieb, K., Zanarini, M. K., Schmahl, C., Linehan, M., & Bohus, M. (2004, July, 23). Borderline personality disorder. *The Lancet*, 364, pp. 453-461.

Lisboa, M. (2008). *Inquérito Nacional de Violência de Género. Apresentação de Resultados*. Lisboa: SociNova/CEsNova-FCSH-UNL.

Lisboa, M., Barroso, Z., Leandro A., & Patrício, J. (2009). *Violência e Género: Inquérito Nacional Sobre a Violência Exercida Contra Mulheres e Homens.* Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

Loeber, R., & Farrington, D. P. (2000). Young children who commit crime: epidemiology, developmental origins, risk factors, early interventions, and policy implications. *Development and Psychopathology*, *12*(4), pp. 737–62.

Lourenço, N., Lisboa, M., & Pais, E. (1997). *Violência Contra as Mulheres*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.

Lynam, D. R. (2004). Looking earlier in the life course for the GVA: comment on Holtzworth-Munroe and Meehan. *Journal of Interpersonal Violence*, *19*(12), pp. 1401–1404.

Machado, C., Gonçalves, M. & Matos, M. [200-?]. Práticas educativas parentais e violência: um estudo na região Norte. In. *Actas dos Ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia - Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção* (pp. 37-43). Braga: Universidade do Minho.

Machado, C., Matos, M., & Gonçalves, M. (2008). Manual da Escala de Crenças sobre a violência Conjugal (E.C.V.C.) e do Inventário de Violência Conjugal (I. V. C.) (2ª ed.). Braga: Psiquilíbrios.

Magalhães, M. J., Canotilho, A. P. & Brasil, E. (2007) *Gostar de Mim, Gostar de Ti: Aprender a Prevenir a Violência de Género*. Porto: UMAR.

Maiuro, R. D., Cahn, T. S., Vitaliano, P. P., Wagner, B. C., & Zegree, J. B. (1988). Anger, hostility, and depression in domestically violent versus generally assaultive men and nonviolent control subjects. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, *56*(1), pp. 17–23.

Manita, C., Ribeiro, & C., Peixoto, C. (2009). *Violência Doméstica: Compreender Para Intervir: Guia de Boas Práticas para Profissionais de Instituições de Apoio a Vítimas*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

Manita, C. (2005). *A Intervenção em Agressores no Contexto da Violência Doméstica em Portugal: Estudo Preliminar de Caracterização*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.

Marôco, J. (2010). *Análise Estatística com o PASW Statistics (Ex-SPSS)*. Pero Pinheiro: ReportNumber.

Marshall, L. L. (1992). Development of the severity of violence against women scales. *Journal of Family Violence*, *7*(2), pp. 103–121.

Matos, M. (2003). Violência conjugal. In. C. Machado & R. A. Gonçalves (Coords.). *Violência e Vítimas de Crimes* (Vol.1 – Adultos, 2ª ed., pp. 81-130). Coimbra: Quarteto Editora.

Matos, M. (2011). Avaliação psicológica de vítimas de violência doméstica. In. M. Matos, R. A. Gonçalves & C. Machado (Coords.). *Manual de Psicologia Forense: Contextos, Práticas e Desafios* (pp. 175-201) Braga: Psiquilíbrios Edições.

Mauricio, A. M., & Lopez, F. G. (2009). A latent classification of male batterers. *Violence and Victims*, *24*(4), pp. 419–438.

Mauricio, A. M., Tein, J., & Lopez, F. G. (2007). Borderline and antisocial personality scores as mediators between attachment and intimate partner violence. *Violence and Victims*, *22*(2), pp. 139–157.

McKenry, P. C., Julian, T.W., & Gavazzi, S. M. (1995). Toward a biopsychosocial model of domestic violence. *Journal of Marriage and the Family*, *57*, pp. 307-320.

McLaughlin, E. & Muncie, J. (2001). *The Sage Dictionary of Criminology*. London: Sage.

McLaughlin, I. G., Leonard, K. E., & Senchak, M. (1992). Prevalence and distribution of premarital aggression among couples applying for a marriage license. *Journal of Family Violence*, *7*(4), pp. 309–319.

Mihalic, S. W., & Elliott, D. (1997). A social learning theory model of marital violence. *Journal of Family Violence*, *12*(1), pp. 21–47.

Monson, C. M., & Langhinrichsen-Rohling, J. (1998). Sexual and nonsexual marital aggression: legal considerations, epidemiology, and an integrated typology of perpetrators. *Aggression and Violent Behavior*, *3*(4), pp. 369–389.

Moskowitz, A. (2004). Dissociation and violence: a review of the literature. *Trauma, Violence & Abuse*, *5*(1), pp. 21–46.

Murrell, A. R., Christoff, K. A., & Henning, K. R. (2007). Characteristics of domestic violence offenders: associations with childhood exposure to violence. *Journal of Family Violence*, *22*(7), pp. 523–532.

O'Brien, C. P. (2008). The CAGE questionnaire for detection of alcoholism: a remarkably useful but simple tool. *American Medical Association*, *300*(17), pp. 2054-2056.

O'Leary, K. D., Barling, J., Arias, I., Rosenbaum, A., Malone, J., & Tyree, A. (1989). Prevalence and stability of physical aggression between spouses: a longitudinal analysis. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, *57*(2), pp. 263–268.

Osofsky, J. D. (2003). Prevalence of children's exposure to domestic violence and child maltreatment: implications for prevention and intervention. *Clinical Child and Family Psychology Review*, *6*(3), pp.161-170.

Pais, Elza. (1998). *Homicídio Conjugal em Portugal: Rupturas Violentas da Conjugalidade*. Lisboa: Hugin.

Panchanadeswaran, S., Ting, L., Burke, J. G., O'Campo, P., McDonnell, K. A., & Gielen, A. C. (2010). Profiling abusive men based on women's self-reports: findings from a sample of urban low-income minority women. *Violence Against Women*, *16*(3), pp. 313–327.

Pestana, M. H. & Gageiro, J. N. (2005). *Análise de Dados Para Ciências Sociais*. (4ª ed., pp. 525-532). Edições Sílabo.

Polaschek, D. L. L., Calvert, S. W., & Gannon, T. a. (2009). Linking violent thinking: implicit theory-based research with violent offenders. *Journal of Interpersonal Violence*, *24*(1), pp. 75–96.

Raine, A. (2002). Biosocial studies of antisocial and violent behavior in children and adults: a review. *Journal of Abnormal Child Psychology; 30*(4), pp. 311-326.

Ravitch, S. M., & Riggan, M. (2012). *Reason and Rigor: How Conceptual Frameworks Guide Research*. Los Angeles: Sage.

Riggs, D. S., Byrne, C. A, Weathers, F. W., & Litz, B. T. (1998). The quality of the intimate relationships of male Vietnam veterans: problems associated with posttraumatic stress disorder. *Journal of Traumatic Stress*, *11*(1), pp. 87–101.

Riggs, D. S., Caulfield, M. B., & Street, A. E. (2000). Risk for domestic violence: factors associated with perpetration and victimization. *Journal of Clinical Psychology*, *56*(10), pp. 1289–316.

Robboy, J., & Anderson, K. G. (2011). Intergenerational child abuse and coping. *Journal of Interpersonal Violence*, *26*(17), pp. 3526–3541.

Rothschild, B., Dimson, C., & Storaasli, R. (1997). Personality profiles of veterans entering treatment for domestic violence. *Journal of Family Violence*, *12*(3), pp. 259–274.

Saraga, E. (1999). Dangerous places: The family as a site of crime. In J. Muncie & E. McLaughlin (Eds.), *The Problem of Crime* (pp. 183-226). London: Sage.

Sartin, R., Hansen, D., & Huss, M. (2006). Domestic violence treatment response and recidivism: A review and implications for the study of family violence. *Journal of Mariage and Family*, *11*(5), pp. 425–440.

Saunders, D. G. (2004). The place of a typology of men who are "maritally" violent within a nested ecological model: a response to Holtzworth-Munroe and Meehan. *Journal of Interpersonal Violence*, *19*(12), pp. 1390–1395.

Saunders, D. G., & D., P. (1992). A typology of men who batter: three types derived from cluster analysis. *American Orthopsychiatric Association, Inc.*, *62*(2), pp. 264–275.

Schumacher, J. A, Feldbau-Kohn, S., Smith Slep, A. M., & Heyman, R. E. (2001). Risk factors for male-to-female partner physical abuse. *Aggression and Violent Behavior*, *6*, pp. 281–352.

Serra, A., Quintas, J., Fonseca, E. & Sousa, H. (2010). Desenho do sistema de avaliação do programa PAVD. 1º Relatório Intercalar. Gandra-Paredes: UnIPSa-CICS, ISCSN.

Shalev, A. Y., Freedman, S., Peri, T., Brandes, D., Sahar, T., Orr, S. P., & Pitman, R. K. (1998). Prospective study of posttraumatic stress disorder and depression following trauma. *The American Journal of Psychiatry*, *155*(5), pp. 630–637.

Slep, A. M. S., & O'Leary, S. G. (2005). Parent and partner violence in families with young children: rates, patterns, and connections. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, *73*(3), pp. 435-444.

Sloan, D., & Kring, A. M. (2007). Measuring changes in emotion during psychotherapy: conceptual and methodological issues. *Clinical Psychology: Science and Practice*, *14*, pp. 307-322.

Stith, S. M. ., Smith, D. B. ., Penn, C. E. ., Ward, D. B. ., & Tritt, D. (2004). Intimate partner physical abuse perpetration and victimization risk factors: a meta-analytic review. *Aggression and Violent Behavior*, *10*(1), pp. 65–98.

Stith, S. M., & Farley, S. C. (1993). A predictive model of male spousal violence. *Journal of Family Violence*, *8*(2), 183–201.

Stith, S. M., Rosen, K. H., Middleton, K. A., Busch, A. L., Lundeberg, K., & Carlton, R. P. (2000). The intergenerational transmission of spouse abuse: a meta-analysis. *Journal of Marriage and the Family*, *62*, pp. 640–654.

Stoops, C., Bennett, L., & Vincent, N. (2009). Development and predictive ability of a behavior-based typology of men who batter. *Journal of Family Violence*, *25*(3), pp. 325–335.

Stover, C. S. (2005). Domestic violence research: what have we learned and where do we go from here?. *Journal of Interpersonal Violence*, *20*(4), 448-454.

Sugarman, D. B., & Frankel, S. L. (1996). Patriarchal ideology and wife-assault: a meta-analytic review. *Journal of Family Violence*, *11*(1), pp. 13-40.

Sugarman, D. B., & Hotaling, G. T. (1989). Violent men in intimate relationships: an analysis of risk markers. *Journal of Applied Social Psychology*, *19*(12), pp. 1034–1048.

Sugarman, D. B., Aldarondo, E., & Boney-McCoy, S. (1996). Risk marker analysis of husband-to-wife violence: a continuum of aggression. *Journal of Applied Social Psychology*, *26*(4), pp. 313–337.

Susan, N., Kenneth, R., & Naomi, E. (1990). Childhood sexual and physical abuse in adult patients with borderline personality disorder. *The American Journal of Psychiatry*, *147*(8), pp. 1008–1013.

Swogger, M. T., Walsh, Z., & Kosson, D. S. (2007). Domestic violence and psychopathic traits: distinguishing the antisocial batterer from other antisocial offenders. *Agressive Behavior*, *33*, pp. 253–260.

Tabachnick, B. G., & Fidell, L. S. (1996). *Using Multivariate Statistics* (3rd ed). New York: Harper Collins College.

Thijssen, J., & De Ruiter, C. (2011). Identifying subtypes of spousal assaulters using the B-SAFER. *Journal of Interpersonal Violence*, *26*(7), pp. 1307–1321.

Thompson, M. P., Saltzman, L. E., & Johnson, H. (2001). Risk factors for physical injury among women assaulted by current or former spouses. *Violence Against Women*, *7*(8), pp. 886–899.

Tweed, R. G., & Dutton, D. G. (1998). A comparison of impulsive and instrumental subgroups of batterers. *Violence and Victims*, *13*(3), pp. 217–230.

Vaz, F. M., Martins, C., & Vieira, D. (2008). Psychometric Properties of the Portuguesa Version of the Emotion Regulation Questionnaire (ERQ). [manuscrito]

Walton-Moss, B. J., Manganello, J., Frye, V., & Campbell, J. C. (2005). Risk factors for intimate partner violence and associated injury among urban women. *Journal of Community Health*, *30*(5), pp. 377–389.

Waltz, J., Babcock, J. C., Jacobson, N. S., & Gottman, J. M. (2000). Testing a typology of batterers. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, *68*(4), pp. 658–69.

White, R. J., & Gondolf, E. W. (2000). Implications of personality profiles for batterer treatment. *Journal of Interpersonal Violence*, *15*(5), pp. 467–488.

Widiger, T. A, & Mullins-Sweatt, S. N. (2004). Typology of men who are maritally violent: a discussion of Holtzworth-Munroe and Meehan. *Journal of Interpersonal Violence*, *19*(12), pp. 1396–1400.

Legislação

Código Penal (1982). Decreto-Lei nº 132/93 de 23 de abril.

Código Penal (1995). Decreto-Lei nº 48/95, de 15 de março.

Lei n.º 65/98 de 2 de setembro. Aprova Código Penal, 1998.

Lei n.º 7/2000, de 27 de maio. Aprova Código Penal, 2000.

Lei n.º 59/2007, de 4 de setembro. Aprova Código Penal, 2007.

Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro. Estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à protecção e à assistência das suas vítimas.

Recomendação do Conselho da Europa 2002(5). Sobre a protecção das mulheres contra a violência.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/99, 15 de junho. *I Plano Nacional contra a Violência Doméstica*.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 88/2003, 7 de julho. *II Plano Nacional contra a Violência Doméstica (2003-2006)*.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 83/2007, de 22 de Junho. *III Plano Nacional Contra a Violência Doméstica (2007-2010).*

Resolução do Conselho de Ministros n.º 100/2010, de 17 de dezembro. *IV Plano Nacional Contra a Violência Doméstica (2011-2013)*.

ANEXOS

Anexo 1. Grelha de análise documental

ID _____

1.Variáveis sociodemográficas

Data de nascimento: _____/_____/_____

Idade atual: _____

Estado civil:

Solteiro ☐ Casado/união de facto ☐ Separado/divorciado ☐ Viúvo ☐

Habilitações académicas: _____

Situação profissional:

Sem profissão ☐ Empregado ☐ Desempregado☐ Reformado ☐

Recursos económicos: Baixo☐ Médio☐ Elevado ☐

2. Historial escolar e laboral

Idade de inicio do percurso escolar: _____

Idade de fim do percurso escolar: _____

Percurso escolar: Regular ___ Irregular___

Idade início percurso laboral:

Nunca☐ Antes dos 10 ☐ 11-15 ☐ 16-20☐ Depois 20 ☐

Percurso laboral:

Problemas no emprego recentes ou percurso instável☐

Sem problemas ou percurso estável ☐

Não tem ☐

3. Ocupação dos tempos livres e rede social de apoio

Estruturação dos tempos livres: Estruturados __ Não estruturados __

Relacionamento social na zona de residência: Problemático __Não problemático __

4. História criminal

Idade de início de contacto com sistema criminal: ___

Existência de processos anteriores (antecedentes criminais): Sim __ Não__

Processos anteriores de VD: Sim __ Não__

Processos anteriores por outros crimes: Sim __ Não__

Tipo de crime

Contra pessoas ☐ Qual? _____
Contra património☐ Qual? _____
Contra a vida em sociedade ☐ Qual? _____
Contra estado ☐ Qual? _____
Outros: ☐ Qual? _____

Número de tipos de crime diferentes: ____

Número de condenações anteriores: ____

Número de condenações anteriores por VD: ____

Número de condenações anteriores por outros crimes: ____

Tipo de crime

Contra pessoas ☐ Qual? _____
Contra património☐ Qual? _____
Contra a vida em sociedade ☐ Qual? _____
Contra estado ☐ Qual? _____
Outros: ☐ Qual? _____

Número de tipos de crime diferentes: ____

Número de penas anteriores (total): ____
Número de penas privativas de liberdade: ____
Número de penas não-privativas de liberdade: ____

Violação de liberdade condicional, medidas de coação ou não cumprimento de injunções: Sim __ Não__

5. Historial de violência

Violência intrafamiliar no passado (outras vitimas que não cônjuge/ex-cônjuge ou análogo): Sim __ Não__

Tipo de relação afetiva com a vítima: _____

Violência intrafamiliar no presente (outras vitimas que não cônjuge/ex-cônjuge ou análogo): Sim __ Não__

Tipo de relação afetiva com a vítima: _____

Violência extrafamiliar no passado: Sim __ Não__

Tipo de relação afetiva com a vítima: _____

Violência extrafamiliar no presente: Sim __ Não__

Tipo de relação afetiva com a vítima: _____

6. Historial de relacionamentos

a) Violência intrafamiliar e generalidade da violência

Violência contra **cônjuge/análogo** perpetrada no passado: Sim __ Não__
Violência contra **outros familiares** perpetrada no passado: Sim __ Não__
Violência contra **não-familiares** perpetrada no passado: Sim __ Não__

b) Relacionamentos anteriores

Existência de relacionamentos anteriores: Sim __ Não__

Número de relacionamentos anteriores: ____

Posicionamento face às relações:

Nenhum ☐
Namoro(s) insignificante(s) ☐
Namoro(s) significativo(s) ☐
Relações maritais ☐
Relação(ões) marital(ais) + namoro(s) ☐

c) Relacionamento atual

Idade de início da relação com a vitima: ___

Relação com a vítima à data dos factos:
Namoro☐ Casamento/união de facto☐ Divórcio/separação ☐

Coabitação com outros familiares: Sim __ Não__

Quem? _____

Satisfação no relacionamento: Sim __ Não__

Tipo de comportamentos perpetrados contra a vítima atual:

Tipo de violência
Violência verbal ☐
Violência física ☐
Violência sexual ☐
Violência psicológica ☐

Ciúme extremo demonstrado ☐

Frequência da violência conjugal:

Raro/episódio único ☐
Ocasional/esporádica ☐
Frequente ☐

Escalada dos comportamentos de violência conjugal: Sim __ Não__

Violação da permanência e ausência de contatos com a vítima:

Sim __Não__

Posse ou acesso a armas de fogo: Sim __ Não__

Existência de filhos menores a coabitar com o casal: Sim __ Não__

Presença de menores nas situações de violência conjugal-: Sim __ Não__

c) Crenças e atitudes:

Papéis tradicionais de género: Sim __ Não__

Minimização ou negação extrema da violência conjugal: Sim __ Não__

Atitudes que atenuam a violência: Sim __ Não__

Externalização dos comportamentos: Sim __ Não__

Legitimação do uso da violência: Sim __ Não__

7. **Historial de comportamentos na família de origem**:

Número elementos do agregado familiar de origem: ____

Recursos económicos: Baixo ☐ Médio ☐ Elevado ☐

Vitimação de violência na família de origem na infância ou adolescência:

Sim __ Não__

Tipo de violência

Física ☐ Verbal ☐ Sexual ☐ Psicológica ☐

Testemunho de violência interparental na infância ou adolescência:

Sim __ Não__

Tipo de violência

Física ☐ Verbal ☐ Sexual ☐ Psicológica ☐

Separação dos pais na infância:

Sim __ Não__

Atos de violência ou rejeição perpetrados pelo pai:

Sim __ Não__

Atos de violência ou rejeição perpetrados pela mãe:

Sim __ Não__

Consumos de substâncias pelo pai

Consumo/abuso álcool: Sim __ Não__

Consumo/abuso drogas: Sim __ Não__

Consumos de substâncias pela mãe

Consumo/abuso álcool: Sim __ Não__

Consumo/abuso drogas: Sim __ Não__

8. Características psicológicas do sujeito

Sinais de impulsividade

Sim __ Não__

Sinais de raiva ou hostilidade

Sim __ Não__

Instabilidade comportamental (estilo antissocial)

Sim __ Não__

Recente ideação suicida ou homicida

Sim __ Não__

Ansiedade generalizada

Sim __ Não__

Depressão

Sim __ Não__

Experiências traumáticas

Sim __ Não__

Narcisismo

Sim __ Não__

Instabilidade emocional
Sim __ Não__

Assertividade
Sim __ Não__

Manipulação
Sim __ Não__

Tendência a estabelecer relações íntimas instáveis e intensas
Sim __ Não__

Medo de abandono por parte da vítima e/ou dos outros
Sim __ Não__

9. Consumo de substâncias

Não consumo de álcool ☐
Consumo de álcool ☐
Abuso de álcool ☐

Não consumo de drogas ☐
Consumo de drogas ☐
Abuso de drogas ☐

Anexo 2. Item de cada índice e respetivo valor do alfa de *Cronbach* (α)

Fator	α	Itens
Antissocialidade	*.785*	Impulsividade Raiva/hostilidade Instabilidade Comportamental
Disforia/*Borderline*	*.63*	Ideação suicida Depressão Ansiedade generalizada Experiências traumáticas

Anexo 3. Variáveis usadas na análise de *clusters*

Variáveis	Itens
Frequência da violência	Episódio único/raro Episódio esporádico/ocasional Episódio frequente
Generalidade da violência	Violência contra não-familiares
Índice de antissocialidade	Impulsividade Raiva/hostilidade Instabilidade comportamental
Índice de disforia/*borderline*	Ideação suicida Depressão Ansiedade generalizada Experiências Traumáticas

Anexo 4. Resultados para *K-means* ($k = 2$; $k = 4$)

Centros dos *clusters* e *ANOVA* ($k = 2$)

Centros dos *clusters*

Zscores

Cluster	*Frequência da violência*	Generalidade da violência	Antissocialidade	Disforia
1 (n = 27)	-63607	-.32214	-.68353	-.52209
2 (n = 32)	.53669	.27180	.57673	.44052

Distância entre os centros dos *clusters*

Cluster	*1*	*2*
***1* (n = 27)**	-	*2.060*
***2* (n = 32)**	2.060	-

Análise da variância

Variável	*Cluster Mean Square*	*df*	*Error Mean Square*	*df*	*F*	*Sig.*
Frequência	20.141	1	.927	57	30.324	.000
Generalidade	5.166	1	.610	57	5.573	.022
Antissocialidade	23.258	1	.779	57	38.159	.000
Disforia	13.569	1	.664	57	17.408	.000

Centros dos *clusters* e *ANOVA* ($k = 4$)

Centros dos *clusters*

Zscores

Cluster	*Frequência da violência*	Generalidade da violência	Antissocialidade	Disforia
1 (n = 20)	-.32024	-.50056	-.81637	-.73860
2 (n = 18)	.85019	-.36093	.31281	.80649
***3* (n = 8)**	*-1.23987*	*.59908*	*-.62422*	*1.07713*
***4* (n = 13)**	*.07848*	*.90118*	*1.20697*	*-.64322*

Distância entre os centros dos *clusters*

Cluster	*1*	*2*	*3*	*4*
1 (n = 20)	-	*2.248*	*2.321*	*2.495*
2 (n = 18)	*2.248*	-	*2.298*	*2.256*
***3* (n = 8)**	*2.321*	*2.298*	**-**	*2.853*
***4* (n = 13)**	*2.495*	*2.256*	*2.853*	**-**

Análise da variância

Variável	*Cluster Mean Square*	*df*	*Error Mean Square*	*df*	*F*	*Sig.*
Frequência	9.147	3	.556	55	30.324	.000
Generalidade	6.928	3	.677	55	5.573	.000
Antissocialidade	12.382	3	.379	55	38.159	.000
Disforia	12.426	3	.377	55	17.408	.000

Anexo 5. Resultados do teste de normalidade – *Shapiro-Wilks*

Variáveis do exosistema – idade, educação, recursos económicos e situação profissional

Variável	Shapiro-Wilks			
	Cluster	**Statistic**	**df**	***p-value***
Idade atual**	1	*.982*	24	.932
	2	*.983*	22	.958
	3	*.962*	13	.781
Idade à data dos factos**	1	*.969*	24	.643
	2	*.974*	22	.793
	3	*.888*	13	.093
Educação*	1	.798	23	.000
	2	.940	22	.198
	3	.735	13	.001
Recursos económicos*	1	.729	23	.000
	2	.720	22	.000
	3	.553	13	.000
Situação Profissional*	1	.761	23	.000
	2	.795	22	.000
	3	.799	13	.007

Notas:
***** *p-value* < .05 – Rejeição da hipótese nula: a distribuição não é normal.
****** *p-value* > .05 – Não rejeição da hipótese nula: a distribuição é normal.

Anexo 5 (continuação). Resultados do teste de normalidade – *Shapiro-Wilks*

Variáveis do Microssistema – historial família de origem

Variável	Shapiro-Wilks			
	Cluster	**Statistic**	**df**	**p-value**
Nº elementos do agregado familiar de origem*	1	.941	21	.232
	2	.879	19	.021
	3	.823	11	.019
Recursos económicos da família de origem*	1	.599	24	.000
	2	.628	22	.000
	3	.458	13	.000
Violência interparental (VI) *	1	.573	24	.000
	2	.613	22	.000
	3	.628	13	.000
VI física*	1	.573	24	.000
	2	.561	22	.000
	3	.646	13	.000
VI psicológica*	1	.573	24	.000
	2	.561	22	.000
	3	.628	13	.000
Vitimação na infância (VInf.)*	1	.598	24	.000
	2	.590	22	.000
	3	.646	13	.000
VInf. Física*	1	.598	24	.000
	2	.590	22	.000
	3	.646	13	.000
VInf. Psicológica*				
	1	.542	24	.000
	2	.522	22	.000
	3	.592	13	.000
Rejeição parental – pai*	1	.542	24	.000
	2	.637	22	.000
	3	.646	13	.000
Rejeição parental – mãe*	1	.454	24	.000
	2	.561	22	.000
	3	.446	13	.000

Nota:
* *p-value* < .05 – Rejeição da hipótese nula: a distribuição não é normal.

Anexo 5 (continuação). Resultados do teste de normalidade – *Shapiro-Wilks*

Variáveis do Microssistema – Historial de violência conjugal

Variável		Shapiro-Wilks		
	Cluster	**Statistic**	**df**	***p-value***
Processos anteriores de VD*	1	.316	24	.000
	2	.640	22	.000
	3	.429	13	.000
Violação da proibição de permanência e ausência de contactos no passado*[1]	2	.221	22	.000
	3	.311	13	.000
Violência intrafamiliar no passado contra cônjuge	1	.616	24	.000
	2	.522	22	.000
	3	.646	13	.000
Violência intrafamiliar no passado contra outro familiar	1	.393	24	.000
	2	.332	22	.000
	3	.533	13	.000
Generalidade da violência	1	.454	24	.000
	2	.613	22	.000
	3	.446	13	.000
Relacionamentos anteriores*	1	.503	24	.000
	2	.221	22	.000
	3	.628	13	.000
Violência contra a vítima do processo				
Violência física[1,2,3]	-	-	-	-
Violência psicológica*[2,3]	1	.209	24	.000
Violência sexual*	1	.316	24	.000
	2	.412	22	.000
	3	.446	13	.000
Frequência da violência	1	.771	24	.000
	2	.561	22	.000
	3	.533	13	.000
Intensificação da violência (escalada)*	1	.637	24	.000
	2	.221	22	.000
	3	.311	13	.000
Violação de medidas no processo atual[1]	2	.522	22	.000
	3	.533	13	.000

Notas:
* *p-value* < .05 – Rejeição da hipótese nula: a distribuição não é normal.
[1] A variável assume valores constantes para o *cluster* 1, motivo pelo qual é omisso na tabela.
[2] A variável assume valores constantes para o *cluster* 2, motivo pelo qual é omisso na tabela.
[3] A variável assume valores constantes para o *cluster* 3, motivo pelo qual é omisso na tabela.

Anexo 5 (continuação). Resultados do teste de normalidade – *Shapiro-Wilks*

Variáveis do Microssistema - Fatores ligados ao relacionamento

Variável	Shapiro-Wilks			
	Cluster	**Statistic**	**df**	***p-value***
Satisfação marital*	1	.640	24	.000
	2	.613	22	.000
	3	.646	13	.000
Ciúme extremo*	1	.637	24	.000
	2	.522	22	.000
	3	.592	13	.000

Variáveis do nível ontogénico – crenças e atitudes dos sujeitos

Variável	Shapiro-Wilks			
	Cluster	**Statistic**	**df**	***p-value***
Papéis tradicionais de género*	1	.616	24	.000
	2	.474	22	.000
	3	.533	13	.000
Negação da violência conjugal*	1	.616	24	.000
	2	.474	22	.000
	3	.446	13	.000
Atenuação ou minimização da violência conjugal*	1	.454	24	.000
	2	.332	22	.000
	3	.446	13	.000
Externalização/ justificação da violência conjugal[1,2,3]	-	-	-	-
Legitimação do uso da violência em geral*	1	.393	24	.000
	2	.640	22	.000
	3	.646	13	.000

Notas:
***** *p-value* < .05 – Rejeição da hipótese nula: a distribuição não é normal.
[1] A variável assume valores constantes para o *cluster* 1, motivo pelo qual é omisso na tabela.
[2] A variável assume valores constantes para o *cluster* 2, motivo pelo qual é omisso na tabela.
[3] A variável assume valores constantes para o *cluster* 3, motivo pelo qual é omisso na tabela.

Anexo 5 (continuação). Resultados do teste de normalidade – *Shapiro-Wilks*

Variáveis do nível ontogénico – características psicológicas

Variável		Shapiro-Wilks			
		Cluster	Statistic	df	*p-value*
Antissocialidade					
	Impulsividade*	1	.629	24	.000
		2	.221	22	.000
		3	.533	13	.000
	Raiva/hostilidade*[1]	2	.332	22	.000
		3	.592	13	.000
	Comportamento instável*[1]	2	.613	22	.000
		3	.311	13	.000
Disforia					
	Ideação suicida*	1	.316	24	.000
		2	.332	22	.000
		3	.628	13	.000
	Depressão*	1	.316	24	.000
		2	.474	22	.000
		3	.646	13	.000
	Ansiedade generalizada*[3]	1	.503	24	.000
		2	.628	22	.000
	Experiências traumáticas*[1]	2	.221	22	.000
		3	.592	13	.000
Narcisismo*[3]		1	.209	24	.000
		2	.522	22	.000
Estilo manipulador*[3]		1	.209	24	.000
		2	.628	22	.000
Instabilidade emocional*		1	.637	24	.000
		2	.332	22	.000
		3	.311	13	.000
Relações intensas e instáveis*		1	.629	24	.000
		2	.637	22	.000
		3	.646	13	.000
Medo de abandono pela vítima*		1	.542	24	.000
		2	.628	22	.000
		3	.628	13	.000
Défices de assertividade*		1	.616	24	.000
		2	.332	22	.000
		3	.311	13	.000

Notas:
***** *p-value* < .05 – Rejeição da hipótese nula: a distribuição não é normal.
[1] A variável assume valores constantes para o *cluster* 1, motivo pelo qual é omisso na tabela.
[2] A variável assume valores constantes para o *cluster* 2, motivo pelo qual é omisso na tabela.
[3] A variável assume valores constantes para o *cluster* 3, motivo pelo qual é omisso na tabela.

Anexo 5 (continuação). Resultados do teste de normalidade – *Shapiro-Wilks*

Variáveis do nível ontogénico – consumo de substâncias

Variável		Shapiro-Wilks		
	Cluster	**Statistic**	**df**	***p-value***
Consumo/abuso de álcool*	1	.763	24	.000
	2	.703	22	.000
	3	.638	13	.000
Consumo/abuso de drogas*	1	.393	24	.000
	2	.332	22	.000
	3	.311	13	.000

Nota:
***** *p-value* < .05 – Rejeição da hipótese nula: a distribuição não é normal.

Anexo 6. Resultados do teste de normalidade – *Shapiro-Wilks*

Documentos do processo avaliativo

a) Instrumento de Avaliação do Risco de Violência Conjugal

Variável	Shapiro-Wilks			
	Cluster	**Statistic**	**df**	***p-value***
SARA				
SARA total*	1	*.926*	24	.080
	2	*.584*	22	.000
	3	*.910*	13	.182
Historia Criminal*	1	*.692*	24	.000
	2	*.857*	22	.004
	3	*.815*	13	.010
Ajustamento psicossocial*	1	.938	23	.147
	2	.577	22	.000
	3	.894	13	.111
Historia de violência conjugal*	1	.957	23	.234
	2	.398	22	.000
	3	.940	13	.459
Índice de ofensas*	1	.826	23	.001
	2	.943	22	.223
	3	.881	13	.073

Notas:
***** *p-value* < .05 – Rejeição da hipótese nula: a distribuição não é normal.

b) Escala de Crenças sobre Violência Conjugal

Variável	Shapiro-Wilks			
	Cluster	**Statistic**	**df**	***p-value***
ECVC				
ECVC total**	1	*.971*	20	.769
	2	*.938*	14	.390
	3	*.830*	8	.059
Legitimação e banalização da pequena violência**	1	*.952*	20	.401
	2	*.967*	14	.841
	3	*.912*	8	.368
Legitimação da violência pela conduta da mulher*	1	.974	20	.829
	2	.888	14	.077
	3	.819	8	.046
Legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas**	1	.965	20	.658
	2	.916	14	.185
	3	.868	8	.145
Legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar*	1	.971	20	.766
	2	.842	14	.017
	3	.835	8	.067

Notas:
***** *p-value* < .05 – Rejeição da hipótese nula: a distribuição não é normal.
****** *p-value* > .05 – Não rejeição da hipótese nula: a distribuição é normal.

Anexo 6 (continuação). Resultados do teste de normalidade – *Shapiro-Wilks*

Documentos do processo avaliativo

c) Questões gerais sobre os consumos de bebidas alcoólicas

Variável	Shapiro-Wilks			
	Cluster	**Statistic**	**df**	***p-value***
CAGE*	1	*.658*	21	.000
	2	*.765*	18	.001
	3	*.811*	12	.012

Notas:
***** *p-value* < .05 – Rejeição da hipótese nula: a distribuição não é normal.
****** *p-value* > .05 – Não rejeição da hipótese nula: a distribuição é normal.

d) Questionário de Regulação Emocional

Variável	Shapiro-Wilks			
	Cluster	**Statistic**	**df**	***p-value***
QRE				
Reavaliação cognitiva**	1	*.943*	17	.361
	2	*.981*	11	.973
	3	*.967*	9	.869
Repressão emocional**	1	*.949*	17	.643
	2	*.888*	11	.793
	3	*.952*	9	.093

Notas:
***** *p-value* < .05 – Rejeição da hipótese nula: a distribuição não é normal.
****** *p-value* > .05 – Não rejeição da hipótese nula: a distribuição é normal.